



**República de Angola**

\_\_\_\_\_ \* \_\_\_\_\_

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA**

**ISCED-HUÍLA**

**DESCONSTRUÇÃO DOS MITOS SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA  
SUBSAARIANA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA**

**Autor: Octaviano Edmundo Miguel Bernardo**

**Lubango, 2023**



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/HUÍLA**

**ISCED-HUÍLA**

**DESCONSTRUÇÃO DOS MITOS SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA  
SUBSAARIANA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA**

**Autor: Octaviano Edmundo Miguel Bernardo**

**Orientador: Prof. Doutora Aurora Almada e Santos, Ph.D.**

**Lubango/2023**

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado aos meus estimados progenitores, Pascoal Augusto Bernardo (in memória) e Joana Chilepa Miguel, que nunca hesitaram em investir na formação dos seus filhos. Aos meus amados filhos, irmãos, sobrinhos, tios e toda a minha família de maneira geral.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado vida e saúde, sem as quais nada se teria realizado. Um especial agradecimento à Professora Doutora Aurora Almada e Santos, por ter aceite assumir o papel de orientadora desta árdua pesquisa desde o projecto de investigação e mesmo à distância. Grato fundamentalmente pelas chamadas de atenção pontuais desde o projecto, relativamente à escrita académica, correções textuais e nível técnico e científico. Estou ciente de que sem vossa prestimosa disponibilidade desde a distância até se deslocar a Angola para orientar a minha dissertação, teria muitas dificuldades em cumprir com os preceitos científicos, assim como o calendário previamente estabelecido no projecto. Muito obrigado!

Outrossim, os meus agradecimentos estendem-se a todos os professores que de forma afincada, incansável e inteligente ministraram as suas aulas no curso de Mestrado em Ensino da História de África, nomeadamente: Doutor Matondo Tomalela, Msc. Domingos Pascoal (in memória), Doutor Narciso Nhulilivali, Doutor Leonardo Tuyenikumue, Doutor Válter Chissingue, Doutor Edgar Jacob, Doutor Washington Nascimento, ao caro coordenador do Mestrado em Ensino da História de África e presidente do Isced da Huíla, Doutor Hélder Bahu, Doutor Ricardo Sousa, Doutora Solange Luís e ao Doutor André Serdoura. Muito Obrigado.

Por último, estendo os meus sinceros agradecimentos aos meus eternos colegas, pelos debates e discussões nas diferentes temáticas e módulos ao longo da nossa formação académica. Mais uma vez ao Doutor Hélder Bahu, muito obrigado pelos conselhos e dinâmica na direcção do Isced da Huíla, em particular na coordenação do Mestrado em Ensino da História de África.

Muito obrigado!

## **Resumo**

O presente trabalho está estruturado em três capítulos e trata da Desconstrução dos Mitos sobre a História da África Subsaariana. Pretende resgatar os valores culturais e históricos dos africanos deturpados por mitos de alguns historiadores europeus durante a colonização. Esses mitos consistiram em tentativas de falsificar, desprezar ou negar pura e simplesmente o passado do continente africano. Essas tentativas tinham como objectivo final demonstrar a superioridade europeia sobre o resto do mundo e justificar a ocupação das terras alheias e a exploração das suas populações. Com efeito, o surgimento sistemático de literatura desfigurando a personalidade negro-africana verificou-se na segunda metade do século XIX quando o colonialismo europeu se tornou uma realidade em África. Assim, os distintos tipos de mitos erguidos por alguns pesquisadores europeus sobre a história de África e a desconstrução dos mesmos por outros pesquisadores quer africanos como estrangeiros que procuraram restabelecer o verdadeiro passado do continente, constam entre os vários assuntos analisados nesta dissertação.

**Palavras Chave:** Desconstrução, Mitos, História, África Subsaariana.

**Abstract**

The present work is structured in three chapters and deals with the Deconstruction of the Barriers of Myths Erected against the History of Sub-Saharan Africa. It intends to rescue the cultural and historical values of Africans distorted by myths of some European historians during colonization. These myths consisted of attempts to falsify, despise or simply deny the past of the African continent. These attempts had the final objective of demonstrating European superiority over the rest of the world and justifying the occupation of alien lands and the exploitation of their populations. Indeed, the systematic emergence of literature disfiguring the black-African personality took place in the second half of the 19th century when European colonialism became a reality in Africa. Thus, the different types of myths erected by some European researchers against the History of Africa and their deconstruction by other researchers, whether Africans or foreigners, who tried to re-establish the true past of the continent, are among the various subjects analyzed in this dissertation.

**Keywords:** Deconstruction, Myths, History, Sub-Saharan Africa.

## **Siglas**

a.C.: Antes de Cristo

AUDCAM: Associação Universitária para o Desenvolvimento da Educação e da Cultura na África e em Madagáscar

BCGP: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa

CAB: Centro Ahmed Baba

CB: Conferência de Berlim

CCI: Comité Científico Internacional

CGU: Conferência Geral da Unesco

CHAM: Centro de História de Além-Mar

CIA: Congresso Internacional dos Africanistas

CIHA: Congresso Internacional sobre a História de África

D.C: Depois de Cristo

DRCT: Direção Regional da Ciência e Tecnologia

EUA: Estados Unidos da América

FCT: Fundação para a Ciência e Tecnologia

HGA: História Geral de África

N.E: Nossa Era

OUA: Organização de Unidade Africana

RPC: República Popular da China

SGM: Segunda Guerra Mundial

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

## Índice

Dedicatória .....	i
Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iii
Abstract .....	iv
Siglas .....	v
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DE ÁFRICA NA HISTORIOGRAFIA ATÉ INÍCIOS DO SÉCULO XX .....</b>	<b>8</b>
1.1-Concepções Europeias Sobre a África e os Africanos até Inícios do Século XX .....	9
1.2-Mitos Europeus sobre a História da África Subsaariana.....	28
<b>CAPÍTULO II: EMERGÊNCIA DA NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA .....</b>	<b>41</b>
2.1-Diferentes Contributos de Intelectuais Africanos e Estrangeiros Africanistas para o Resgate da História da África Subsaariana.....	42
2.2-África Berço da Humanidade e da Primeira Civilização.....	69
2.3-Dificuldades da Historiografia Africana .....	78
<b>CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO: EXEMPLO DE UM MITO SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA QUE FOI DESCONSTRUÍDO PELA NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA .....</b>	<b>87</b>
3.1-Desconstrução do Mito sobre a Incapacidade dos Africanos Formaram Estados.....	88
3.2-Início dos Estudos dos Reinos Pré-coloniais Africanos pela Historiografia: Primeiros Historiadores e Fontes Utilizadas .....	91
3.3-O Gana .....	94
3.4-O Mali .....	98
3.5-O Songhai.....	101
3.6-O Benim.....	103

<b>CONCLUSÃO GERAL .....</b>	<b>108</b>
<b>RECOMENDAÇÃO .....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

## **Introdução**

O povo do continente africano não somente foi vítima de uma exploração e dominação colonial europeia durante centenas de anos, como também alguns historiadores e intelectuais europeus de diferentes especialidades escreveram vários mitos com vista a menosprezar e excluir os africanos do processo histórico universal. Embora todas as sociedades sejam parte integrante da história universal, no que concerne às sociedades africanas registou-se durante muito tempo a predominância de correntes teóricas que sustentavam a inexistência da história africana, principalmente na parte Subsaariana.

A história da África Subsaariana foi deturpada especialmente por historiadores europeus, que criaram vários mitos e preconceitos de toda a espécie. As sociedades africanas eram encaradas como aquelas que não podiam fazer, nem sequer ter história. Alguns historiadores europeus diziam ainda que as sociedades pertencentes ao continente africano não podiam ser objecto de um estudo científico, porque não possuíam fontes, nomeadamente sob a forma escrita. Aos africanos lhes era recusado o poder de criadores de culturas originais, que prevalecem durante o tempo (Ki-Zerbo, 2010).

Apesar da situação geográfica de África, sua grandeza populacional e uma extensão territorial muito superior em relação aos demais continentes do mundo, em particular da Europa, historiadores e intelectuais levantaram vários mitos para obstruir a compreensão da história da África Subsaariana. O povo do continente africano foi durante séculos vítima da exclusão do processo histórico segundo uma visão de carácter eurocêntrico, que menosprezava a existência da história de África, que era associada à oralidade (Ela, 2013).

Os mitos contra a história da África foram elaborados por europeus que usaram todos os meios e argumentos para convencer o mundo que os africanos não tinham história e que a Europa era superior em relação aos demais continentes, sendo deste modo o berço da civilização. Por isso apesar da veracidade dos resultados das pesquisas arqueológicas, que atestam a África como sendo o berço da humanidade, alguns historiadores de pensamento eurocêntrico continuam duvidosos, ignorantes e descontentes, criando deste modo mitos de vários tipos sobre África (Silva, 2010).

Pode-se considerar que os mitos erguidos contra a história da África Subsaariana dividem-se em três tipos: mito sobre a negação pura e simples da história de África; mito sobre a incapacidade congênita dos africanos de fazer qualquer coisa de grande ou a sua passividade natural; e o mito sobre a história unicamente baseada em documentos escritos (Keita, 2009, p.15).

Nas últimas décadas, com vista a se desconstruir as barreiras de mitos erguidos contra a história da África Subsaariana, vários historiadores quer sejam africanos, europeus e outros, procuraram ultrapassar preconceitos ou visões de carácter eurocêntrico, levando a cabo estudos que visam restituir a história de África e dos africanos.

Os historiadores em referência basearam-se em paradigmas relacionados com a própria África, descartando normas ou padrões de carácter eurocêntrico. Estes historiadores fizeram parte por exemplo da comissão que elaborou a História Geral da África (HGA) organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), destacando-se: Joseph Ki-Zerbo do Burkina Faso, Fernando Mourão do Brasil, Ali Mazrui do Quênia, John Donnelly Fage do Reino Unido, Jan Vansina da Bélgica (figura 11), Abdul Sheriff da Tanzânia e Jacob Festus Adeniyi Ajayi da Nigéria. Este grupo de historiadores também fez parte da geração dos primeiros investigadores sobre a história do continente africano. Pertencentes a várias nacionalidades, o que lhes dá maior sustentabilidade e credibilidade, eles servem de referência para a pesquisa dos estudos da história do continente africano até a hodiernidade (Santos, 2019, p.118).

O primeiro grupo ou geração de historiadores africanistas fez estudos sobre a África baseando-se em outras disciplinas académicas que não a História, fundamentalmente a Antropologia (Ferreira, 2010):

«Este grupo de historiadores e outros ligados à História de África serviram de modelo para um outro grupo de investigadores que foi designado por pós-Unesco, dos quais pode-se citar: Carlos Moores de Cuba, Paul Lovejoy dos Estados Unidos da América, Alberto da Costa e Silva do Brasil, John Iliffe do Reino Unido e Luiz Felipe de Alencastro do Brasil. Estes investigadores estudaram várias temáticas ligadas ao continente negro, destacando-se por exemplo Paul Lovejoy em sua obra intitulada “A Escravidão na África: Uma História de suas Transformações” (2002), a obra de Luiz Felipe

Alencastro intitulada “Trato dos Videntes” (2000) e tantas outras cujo pendore de investigação estavam ligadas ao estudo da África para enquadrar o continente como parte integrante da História Universal, descartando-se a teoria eurocêntrica em relação a falsa ideia da imobilidade dos africanos e isenção do processo histórico do continente africano»(Santos, 2019, p.118).

Segundo Filho e Nascimento (2019, p.17), logo na primeira frase da Introdução Geral do volume I da HGA, Joseph Ki-Zerbo anunciava: “A África tem História”. Em finais da década de 1970, anunciava-se assim a tão aguardada edição dos livros que viriam contar a história do continente de acordo com a perspectiva dos africanos, apesar de muitos dos autores serem africanistas estrangeiros. Tal como refere Diop (1974), a contribuição da escrita americana, e não só, para o estudo da história de África tornou-se decisiva no resgate da imagem do processo histórico africano que fora deturpada. A coleção dos finais da década de 1970, trouxe a produção de uma série de intelectuais africanos que pela primeira vez trabalharam em conjunto, como Cheikh Anta Diop (Senegal), Amadou Ampate Ba (Mali), Ki-Zerbo (Alto Volta, actual Burkina Faso), Theophile Obenga (República Popular do Congo) e Elikia M’ Bokolo (República Democrática do Congo).

### **Delimitação do Estudo**

A investigação terá em conta o período compreendido entre finais do século XIX e o século XX.

### **Motivação da Escolha do Tema**

A insuficiência de bibliografia sobre a desconstrução dos mitos sobre a história da África Subsaariana e a sua pouca divulgação constituem as principais motivações da dissertação.

### **Formulação do Problema**

Os mitos erguidos contra a história da África Subsaariana tiveram e têm um impacto negativo no seio das populações africanas, quer seja a nível académico e não só. Assim sendo, o estudo procurará desmistificar algumas ideias resultantes da colonização, pois que, até aos dias actuais, ainda existem em África sociedades que se autoexcluem do processo histórico de maneira

inconsciente. Durante a colonização, a história de África não passava de um apêndice a história do país colonizador. Os europeus diziam que a história dos africanos somente começou com a chegada dos europeus, o que não é verdade. Gerações inteiras de jovens foram educadas num espírito ocidental, aprendendo que a chegada dos europeus libertou o continente da ferocidade e da barbárie dos chefes tradicionais. Considerando os argumentos atrás referenciados e tendo em conta o impacto sobre as populações africanas, colocam-se as seguintes perguntas de partida:

- Que tipos de argumentos ou mitos foram erguidos contra a história da África Subsaariana?

- Como foram e estão a ser desconstruídos os mitos erguidos contra a história da África Subsaariana?

Partimos da hipótese de que os mitos levantados contra a história da África Subsaariana permitiram obstruir a imagem verdadeira do processo histórico de África. Tal situação fez com que até aos dias de hoje algumas populações sem formação ou com pouca formação académica acreditem nessas barbaridades, daí a razão dos estudos levados a cabo pelos pesquisadores e historiadores africanos e não só a favor de uma história isenta de concepções eurocêtricas.

## **Objectivos do Estudo**

### **Objectivo Geral**

Demonstrar como foram desmantelados os mitos erguidos por alguns historiadores europeus contra a história da África Subsaariana através de estudos feitos por historiadores que têm uma visão de uma história de África isenta de racismo e eurocentrismo.

### **Objectivos específicos**

- Referenciar os tipos de mitos erguidos contra a história da África Subsaariana.
- Identificar o contributo dos intelectuais africanos na desconstrução dos mitos sobre a história da África Subsaariana.

- Identificar o papel dos pesquisadores estrangeiros no âmbito das escolas de história africana.
- Explicar as teses que justificam a África ser considerada o berço da humanidade.

### **Objecto da Investigação**

O presente trabalho tem como objecto de estudo os mitos sobre a história da África Subsariana.

De salientar que o percurso investigativo deste trabalho no âmbito metodológico teve o auxílio de métodos e técnicas de pesquisa que possibilitaram fazer uma abordagem lógica, objectiva e sistemática do tema que nos propusemos estudar.

### **Metodologia: Métodos e Técnicas de Pesquisa**

O presente trabalho será sustentado pelos seguintes métodos: Histórico e Bibliográfico.

Quanto ao método histórico, Marconi e Lakatos (2009) afirmam que consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado a fim de se verificar a sua influência na sociedade de hoje, de acordo com o contexto cultural particular de cada época.

Este método será usado para analisar o impacto dos mitos erguidos pelos europeus na forma como o passado das sociedades da África Subsaariana era encarado.

Relativamente à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (1992) salientam que consiste no levantamento de toda bibliografia publicada, quer seja sob a forma de livros, artigos, revistas, jornais e outras publicações. Uma vez que este método permite a realização de pesquisas em livros, jornais, revistas e outros documentos existentes em bibliotecas, mediatecas, livrarias e demais instituições, será usado no sentido de se obter informações sobre a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, assim como as obras que sustentam o estado da arte deste trabalho.

No que concerne às técnicas de pesquisas, importa referenciar que se fará recurso à análise bibliográfica.

Importa referenciar ainda que esta dissertação teve como suporte o design do tipo descritivo de carácter qualitativo. Este tipo de design consiste em explicar a situação actual do objecto da pesquisa e inclui a recolha de dados a fim de responder às questões em estudo (Carmo & Ferreira, 2008).

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo refere-se às Representações da História de África na Historiografia até Inícios do Século XX. O segundo capítulo refere-se à Emergência da Nova Historiografia Africana, contemplando aspectos inerentes à desconstrução dos mitos europeus por diferentes autores africanos e estrangeiros africanistas. O terceiro e último capítulo aborda um Estudo de Caso: Exemplo de um Mito sobre a História da África Subsaariana que foi Desconstruído pela Nova Historiografia Africana.

**CAPÍTULO I: REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DE ÁFRICA NA  
HISTORIOGRAFIA ATÉ INÍCIOS DO SÉCULO XX**

## **CAPÍTULO I: REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DE ÁFRICA NA HISTORIOGRAFIA ATÉ INÍCIOS DO SÉCULO XX**

### **1.1-Concepções Europeias sobre a África e os Africanos até Início do Século XX**

No que concerne aos primeiros trabalhos relacionados com a história de África, pode-se dizer que são muito antigos, tal como o início da história escrita, remontando ao período de Heródoto. Na época da Antiguidade Greco-romana, o continente africano era percebido e descrito através de referências de natureza geográfica ou etnográfica. A África era encarada como uma área de reservas de riquezas desconhecidas, de animais incríveis e de seres trogloditas. Mesmo o aparecimento da historiografia ocidental moderna quase nada fez no sentido de ampliar os supostos conhecimentos sobre a África, pois, os dados que ela apresentava eram incompletos e periféricos<sup>1</sup>, limitando-se exclusivamente ao litoral atlântico (Diallo & Lima, 2020).

Por isso, a discriminação racial a que os africanos e não só estavam sujeitos têm origens na Antiguidade Clássica Greco-romana, onde os filósofos já fundamentavam a discriminação racial de alguns grupos humanos, baseando-se na teoria teleológica (Kamabaya, 2014).

A história de África de maneira geral, e da parte Sul do deserto do Saara em particular, foi vítima de uma deturpação, fruto do contacto que os africanos estabeleceram com outros povos provenientes de algumas regiões, principalmente do continente europeu. Assim, os historiadores eurocêntricos ou racistas, no passado escreveram a história do continente africano segundo o olhar do próprio colonizador, ou seja, da elite dominante (Conde, 2023).

Importa salientar que a história de África começou a ser marcada pela presença europeia a partir do início da expansão marítima europeia no século XV. Inicialmente essa presença estava limitada à zona litoral do continente africano, razão pela qual a história do continente africano tem sido erradamente confundida com a história dos europeus em África. Foram publicados inúmeros trabalhos sobre a presença europeia em África, desde os empreendimentos

---

<sup>1</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

marítimos, à ocupação de terras alheias, ao comércio para o Oriente, de sublinhar ainda a propagação da fé cristã e em alguns casos sobre a imposição dos usos, hábitos e costumes durante o processo de colonização (Silva, 2013).

Há mais de cinco séculos atrás os primeiros navios europeus decidiram partir para a África Subsaariana, tendo sido os portugueses considerados pioneiros nessa empreitada. Tanto os espanhóis como outros povos navegadores do Norte, já sabiam há bastante tempo das riquezas de África sobretudo o ouro e já tinham tentado obtê-las, mas foram impedidos pela população muçulmana do Norte de África, os quais não aceitavam que os cristãos comercializassem e fizessem viagens no seu território, do mesmo modo que os cristãos faziam também contra os muçulmanos (Davidson, 1976).

Segundo Levinas (2000), no seu livro “Totalidade e Infinito”, na relação entre brancos e negros, a Europa determinou historicamente no imaginário a representação do continente africano, ao passo que a África não teve a possibilidade de se auto representar, a não ser de forma fragmentada, ou então com uma representação desempenhando apenas um papel de continente subordinado.

Parafraseando Zeleza (2006), o continente africano foi sempre imaginado e representado como uma fantasia em relação a outras referências, isto é, o continente europeu, os brancos, a escrita, o cristianismo e o desenvolvimento tecnológico, elementos que segundo a visão eurocêntrica faziam com que se excluísse a África do processo histórico, reduzindo assim a sua imagem a um estado incompleto.

Os europeus não tiveram a mínima consideração pelos africanos. Alves (2023) salienta que os ocidentais consideravam a cultura dos povos africanos como sendo primitiva, desprezando os seus costumes e hábitos, demonstrando uma visão preconceituosa e discriminatória sobre tudo aquilo que dizia respeito ao modo de vida dos africanos. Corroborando com Nascimento (1986), considera que a concepção que os brancos europeus tentaram transmitir sobre a África foi a de um continente bárbaro, estranho e isolado, e que a sua história apenas foi despertada com a chegada dos brancos europeus.

Os contactos que os europeus estabeleceram com os africanos através da costa Ocidental e Oriental durante a expansão deixaram sem fundamento a ideia de África como sendo uma “zona inabitável da terra”, pensamento que prevalecia desde o século V a.C. e que se expandiu em toda a Europa através do Tratado da Esfera<sup>2</sup>, de Johannes de Sacrobosco (Roque, 2011).

Segundo Roque (2011), essas viagens dos séculos XV e XVI permitiram informar ao público europeu que não eram somente as zonas temperadas que apresentavam condições para as populações viverem, pois também o Equador e as zonas tórridas podiam ser habitáveis, que nessas regiões o mar não fervia, que existiam homens e não monstros. Portanto, essas viagens contribuíram para uma nova concepção sobre o homem africano e o mundo, que os europeus difundiram ao longo dos tempos.

No seio da população europeia, em função dos relatórios resultantes das viagens de expansão, registaram-se divisões na concepção que se tinha do homem africano. Segundo Roque (2011), uma grande parte não acreditou na existência de seres humanos normais em África, mas os que acreditavam também não davam aos africanos o título de pertencentes à humanidade como tal, o estatuto de civilizado ou a sua identidade histórica fundamentada em padrões culturais e comportamentais distintos dos valores europeus. Prevalecia ainda em meados do século XVI concepções de africanos como sendo gente enegrecida, rude, que acreditava em agouros e feitiços, bárbaros, grosseiros, tal como a própria região onde viviam, pessoas que se alimentavam de carne humana e abatiam animais para beber o sangue<sup>3</sup>.

Apesar das provas que confirmavam a realidade do que foi constatado durante tais viagens de expansão, Letts (1967), citado por Roque (2011), afirma que muitos europeus durante o século XVI não acreditaram e continuaram com a antiga imagem de uma África selvagem, de um mundo onde para além da terra, ilhas e desertos dirigindo-se a Leste não se encontrava nada, senão rochas e

---

<sup>2</sup> Cf. Lynn THORNDIKE, *The Sphere of Sacrobosco and its Commentators*, University of Chicago Press, 1949.

<sup>3</sup> Cf. João de Barros, *Ásia- Década I*, Livro X, Cap 1, Imprensa Nacional –Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

grandes montanhas. África era tida como uma região tenebrosa onde não existia dia nem noite, com seres semi-humanos e semi-animais, com usos, hábitos e costumes do tipo selvagem e grosseiros, distantes daquilo que era o conceito de homem civilizado de que os europeus se consideravam exemplo exclusivo<sup>4</sup>.

Segundo Rodrigues (2011), as imagens edificadas no século das luzes jogaram um grande papel na propagação da ideia de inferioridade dos povos africanos, que habitualmente segundo a hierarquia ocupavam a escala mais baixa em relação aos brancos. Este tipo de representações do homem negro foi largamente divulgado e em alguns casos fabricados a partir de coletâneas de narrativas ou dicionários que ao escreverem histórias sobre viagens do século XVIII e antecedentes fixaram preconceitos negativos<sup>5</sup>.

A predominância desta desvalorização por parte dos pensadores do século XVIII não foi a única representação dos africanos. No que tange ao pensamento europeu das luzes, havia divergências e contradições sobre os africanos. Nalguns casos eram tratados como “bons selvagens” de acordo com ideias paternalistas eurocêntricas dos brancos residentes em África. Outros, os que não viviam em África, eram mais radicais (Rodrigues, 2011).

De referenciar também que, durante essas viagens de expansão os europeus entraram em contacto com diversos objectos usados pelos africanos. Foi assim que muitos missionários, jesuítas ou padres capuchinhos, espanhóis, portugueses ou italianos, de volta à Europa levaram consigo diversos objectos, como peles de animais, ossos, chifres, plantas, sementes, enfim. O padre Andrea da Pavia no século XVIII levou para Portugal um baú contendo vários objectos, suscitando deste modo a ideia de uma África supersticiosa, com crenças vãs, invocações demoníacas e rituais estranhos ligados à bruxaria (Almeida, 2011).

---

<sup>4</sup> Cf. Malcolm LETTS, *Mandeville's Travels, Texts and Translations*, Londres, Hayluyt Society 1967 & W.G.L. RANGLES. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*. Lisboa, Gradiva, 1990.

<sup>5</sup> Cf. Anne-Marie MERCIER-FAIVRE, “La danse du Hottentot généalogie d'un desastre (ou Kolbe réécrit par l'Encyclopédie, Prévost, Diderot et se que s'en suivit)”, in S. MOUSSA (Org), *L'idée de «race» dans les sciences humaines et la littérature (XVIIIe-XIXe siècles)*, Paris, L'Harmattan 2003.

Almeida (2011) acrescentou que o interior do baú levado para Portugal pelo padre Andreia da Pavia continha objectos grosseiros e imundos, pedaços de madeiras, trapos horrendos, conchas, pedras, dentes, folhas de árvores, cordões, penas e cabaças adornadas com motivos ridículos, em que dominavam cores brancas ou vermelhas, bolsas de peles de animais contendo vários elementos esquisitos, com os quais se procurava demonstrar o feiticismo reinante em África e justificar a necessidade de se enviarem missionários.

Em função das pesquisas que alguns intelectuais europeus faziam em relação ao homem negro, os filósofos europeus do século XVIII culpabilizavam os estrangeiros como responsáveis de todos os males que ocorriam no Ocidente, mostrando-se inconformados. Assim a África dos africanistas era vista como um mito, uma imaginação dos homens. Por isso existiam declarações tais como: os negros africanos são mais falados do que falam, o que se fala sobre eles é somente aquilo que o observador pretende fazer em cada viragem da história e é necessário ter em conta os riscos que os observadores correm ao investigar esses povos (Ela, 2013).

Ainda segundo Keita (2009), no limiar do século XIX, principalmente na região da Europa Ocidental e também nos EUA, apareceram distintas teorias racistas que se repercutiram em África. Os autores dessas teorias procuraram esclarecer aquilo que era considerado como o processo histórico, com base em dados emprestados pela ciência antropológica. No entanto, foram teorias que mais tarde foram consideradas anticientíficas e foram censuradas, pois do ponto de vista ideológico eram ferramentas desumanas por causa da natureza do seu conteúdo que difundia o complexo de desigualdade entre povos, nações e raças.

O racismo que vigorou em África teve suportes enganadores baseados na teoria evolucionista da Antropologia. O mesmo teve repercussões sérias não só em África como também na Europa, conforme descreve Keita (2009, p.69):

«Mesmo durante a antiguidade grega o racismo já se fez sentir em relação aos povos não gregos, durante a segunda guerra mundial, Hitler tentou colocar a raça ariana ou alemã como genuína e superior de todas, aquando do comércio do tráfico de escravos negros durante a idade média europeia e durante o regime do apartheid na África do Sul».

A teoria evolucionista foi usada pelos portugueses durante a colonização como pretexto para a legitimação da sua missão civilizadora. Segundo Borges (2011), tratou-se de uma ideologia muito antiga dentro da estratégia colonial do governo português, uma vez que em 1878 propunha-se já na nota informativa sobre o ensino nas colónias, presente na portaria 97 de 8 de abril, que era necessário instruir um ignorante ou indígena, selvagem e rude, desnudá-lo de todos os preconceitos, hábitos e vícios, purificá-lo dentro de um regime filantrópico e educador, impedi-lo de todo o contacto que o leve a costumes, hábitos e ideias ligadas ao espírito e fisionomia tradicionais, para melhor educação e inserção na sociedade comum. Assim estava confirmado cientificamente que os grupos dominados estavam submetidos aos dominantes tidos como referência da civilização cultural.

A teoria evolucionista faz parte da obra de Charles Darwin<sup>6</sup> a “Origem das Espécies”, muito aplicada no campo da Antropologia e que deu um grande impulso, supostamente científico, aos adeptos da superioridade da raça branca sobre a negra, assunto que depois do século XVII passou a ser muito difundido e defendido pelas diferentes formas de tradição literária na Europa. Assim, os europeus seguidores de Darwin ficaram de tal maneira convencidos que até justificavam a conquista dos ditos povos ou raças não evoluídas pela raça branca considerada superior, alegando a lei da seleção natural, em que na luta pela sobrevivência o fraco era dominado pelo mais forte. Por isso consideravam que a partilha de África e a colonização enquadravam-se neste princípio (Boahen, 2010).

Segundo Kamabaya (2014), quanto à escola ou teoria teleológica desde Aristóteles, esta declara que Deus criou os homens propositadamente desiguais, dando aos brancos inteligência, o que lhes permite dirigir as acções dos outros, enquanto aos negros deu costas fortes e os fortificou fisicamente, mas com uma inteligência muito fraca e um comportamento de obediência, para que o negro labutasse sob imposição dos padrões brancos sem reclamações. Esta teoria racial, tornou-se muito vulgar nos EUA e assim os negros eram duramente

---

<sup>6</sup> Cf. DARWIN, 1859

castigados. Também serviu para justificar a escravatura e os “códigos negros” que serviram para privar legalmente os africanos dos direitos básicos do homem.

Dentro desta mesma senda, Gobineau (1983) destacou que considerava-se que existiam três grandes tipos de raças, isto é, branca, amarela e negra, mas entre elas somente a branca era superior. Somente ela tinha condições para governar, enquanto a raça amarela, apesar de superior à negra, também estava isenta deste privilégio, pois apresentava um comportamento intermédio. Assim sendo, a missão civilizadora era direito exclusivo dos brancos, legitimando deste modo a supremacia da raça branca e a sua acção colonizadora.

Os preconceitos europeus contra os povos africanos, sobretudo os da região Subsaariana, foram de vários tipos e consistiram num desprezo total contra a raça negra. Henriques (2011), menciona desprezos quanto à estrutura física dos indivíduos, em que até os seus corpos eram desvalorizados fundamentalmente por causa da sua cor considerada negra. Também devido às suas características corporais, os africanos eram considerados como próximos dos animais, diferentes do corpo da norma que devia ser branco. Estes preconceitos do imaginário europeu foram aplicados aos africanos durante vários séculos e não desapareceram completamente. Foram os grandes argumentos dos europeus durante a dominação colonial e nas guerras coloniais registadas em finais do século XIX.

Segundo Mudimbe (2013), colonialismo ou colonização literalmente significam arranjo ou organização. Os dois conceitos têm a sua origem num termo latino “colére”, com o significado de conceber ou cultivar. No entanto, a presença histórica colonial não se reflectiu nas conotações pacíficas que estas palavras expressam. O que se verificou foi que, tanto aqueles que se estabeleceram em territórios africanos (colonos) como os que exploraram territórios e populações, preocuparam-se apenas em transformar a África numa região fundamentalmente europeia.

Mesmo as explorações geográficas, que aparentavam ter objectivos humanitários para o continente africano, na prática foram apenas para beneficiar a Europa cientificamente e economicamente.

Por isso, M'bokolo (2004) declarou que, durante muito tempo, as explorações geográficas foram tidas como momentos altos para o continente africano no século XIX, mas que na realidade pertenceram à história político-social, intelectual e diplomática do continente europeu, e não de África, pois os africanos não tinham noção de que estavam a ser explorados para o benefício da metrópole.

A colonização devia produzir um tipo de técnica empírica, tendo em conta a população africana, mas as suas quatro fundamentais propostas políticas consistiam em: primeiro lugar dar prioridade à revolução industrial sobre a revolução agrícola; constava na segunda prioridade a promoção concomitante de todos os ramos da indústria com particular incidência na indústria pesada; as actividades do sector terciário e dos serviços constavam na terceira prioridade; a quarta prioridade consistia nas exportações em detrimento do sistema económico local. Foi assim que, como resultado destas políticas, registou-se o subdesenvolvimento em todas áreas onde houve colonialismo (Amin, 1973).

Os europeus durante a colonização desumanizaram de tal maneira os africanos, que estes eram tratados como animais e expostos a todo tipo de torturas e humilhações.

Por exemplo, foi um grande absurdo quando Hegel (figura 1) referiu que os povos africanos não eram capazes de assimilar valores ou normas educativas europeias, pois os africanos não precisavam desses valores. Hegel se esqueceu que os valores só são concebidos pelos povos quando têm necessidade, em função das circunstâncias dos seus modos de vida. Não houve razões para os africanos precisarem dos valores morais dos europeus. Cada povo tem o seu modo de vida. Até os valores morais dos franceses não eram iguais aos dos alemães. Essas ideias de Hegel foram antiquadas e contraditórias visto que foram emitidas no fim do século XIX e ele nesta altura já possuía imensas informações sobre a África, dadas pelos exploradores, viajantes, missionários, entre outros (Keita, 2009).

Em meados do século XIX, surgiu um grupo de antropólogos físicos e outros cientistas, carregados de preconceitos racistas, que nos seus trabalhos científicos de antropometria, isto é, na medição do crânio humano e dos ângulos

faciais, nunca puseram de parte os seus errados conceitos tradicionais sobre o uso da cor da pele como meio para se poder determinar o grau de superioridade do homem branco e a grande proximidade do homem negro ou “preto” aos símios. Assim, mesmo apesar de o homem ter as suas origens no continente africano, o “factor cor negra” foi determinante para a discriminação da África e dos africanos na historiografia (Kamabaya, 2014).

Importa salientar que, no que concerne aos manuais ou estudos relacionados com a história de África, Ki-Zerbo (2010) salienta que houve uma certa unanimidade entre vários historiadores europeus em apresentar categoricamente imagens e ideias racistas ou eurocêntricas sobre o continente africano, deformando a sua história e desumanizando totalmente a sua população, caracterizando a história de África como se não tivesse existido antes da chegada dos europeus e da implementação do colonialismo em finais do século XIX.

Os europeus sempre consideraram a África principalmente a parte Subsaariana como uma região sem história, portanto, diferente da zona setentrional, criando deste modo clivagens ou separações entre os povos africanos. Por exemplo, o Egipto, que por causa das suas civilizações, não era considerado como parte integrante do resto da África, enquanto a zona Subsaariana era tida como uma região totalmente carregada de negatividade, conforme a classificou Hegel nos princípios do século XIX, como sendo uma zona sem Lei, escrita, Deus e, portanto, sem hipótese de fazer história (Henriques, 2011).

Ainda durante a colonização europeia em África, por exemplo os belgas tendo em conta a sua política “paternalista” aplicada no Congo, actualmente República Democrática do Congo, ainda em pleno século XX consideravam ou olhavam para os africanos como crianças, seres ingénuos e, como tal, incapazes de dirigir os seus próprios destinos. Assim, os belgas determinavam todas as condições que visavam o bem-estar dos seus súbditos e deste modo alguns congoleses foram de tal maneira “protegidos” e dominados que até não aceitavam qualquer influência externa. O paternalismo para uma maior e contínua exploração proporcionava saúde, educação, morada e pensões por aposentadoria para todos os funcionários africanos residentes no congo. Quanto à educação,

importa esclarecer que era da inteira responsabilidade das missões católicas e protestantes, mas com ideologia racista (Merriam, 1963).

Mesmo à distância, a representação histórica e imaginada de África era apresentada na Europa, pois desde o princípio a fotografia apareceu articulada às grandes expedições. Isto permitiu levar para o Ocidente diferentes imagens de regiões longínquas, em particular de África, despertando a atenção e curiosidade dos brancos que não tinham a possibilidade de viajar e que deste modo viam satisfeito o desejo de observar os ditos selvagens, monstruosos e exóticos povos africanos. A propagação dessas imagens fotográficas desde a década de 30 do século XIX representando o ambiente natural, a fauna e a flora africana, assim como os povos africanos e suas culturas, contribuíram para a perpetuação dos estereótipos culturais, raciais e artísticos (Pereira, 2011).

Na relação entre os brancos e os negros, a Europa marcou indelevelmente a história do continente africano com três grandes feridas, designadamente o colonialismo, a escravatura e o regime apartheid. Essas marcas igualmente tiveram fortes repercussões no percurso histórico dos africanos, isto é, em alguns casos os africanos foram obrigados a abandonar a sua verdadeira identidade pois não eram reconhecidos pelos europeus. A história do continente negro foi falsificada e muitos dos seus bens materiais expropriados a fim de se dar a ideia de degradação histórica. Os africanos foram humilhados, aprisionados, desenraizados, foi-lhes negada a dignidade humana, passaram por torturas psicológicas, físicas e até mesmo a morte (Mbembe, 2001).

Durante a presença colonial em África, os brancos descartaram e pretenderam destruir completamente a cultura dos africanos, tal como Coelho (2011, p.283) referencia:

«A violência e a destruição que se registou no período colonial consistiu na eliminação dos conhecimentos locais, que foram reduzidos ao estatuto de simples crenças, magias, opiniões e idolatria, factor principal que fez com que a cultura europeia se afirmasse como universal, isto é, a Europa destruiu os conhecimentos locais, com o intuito de representar o mundo, o outro e a si própria de forma autónoma».

Segundo M'bokolo (2004), os europeus desconsideravam as culturas africanas e desprezavam fortemente os sistemas educativos dos africanos baseados na

oralidade. Para os brancos, o único meio do negro alcançar a civilização seria através do método europeu de escolarização. Por isso, o sistema de ensino europeu tinha como objectivo fazer com que o africano assimilasse os fundamentos da cultura Ocidental, os venerasse e lhes reconhecesse a superioridade.

No entanto, os europeus tentaram impor em África uma mundividência Ocidental. Foi assim que os africanos foram obrigados a passar por um processo de assimilação e aculturação, absorvendo a cultura europeia, isto é, abandonando os seus usos, hábitos e costumes, arruinando deste modo a cultura e história da África Subsaariana. Esse processo de destruição dos conhecimentos locais ou alternativos é designado por epistemicídio (Santos & Menezes, 2009).

Importa referenciar que a teoria de assimilação começou com os teóricos franceses e também se tornou conhecida no seio da política colonial portuguesa. Essa teoria pretendia conceder aos africanos direitos de “cidadania”. Mas, os beneficiados eram somente os que reunissem certos requisitos, tais como domínio da língua do colonizador, profissão, monogamia como forma de vida familiar e tantos outros. Tal cidadania na prática não equiparava o branco e o negro. Por exemplo, em Angola no período colonial, não houve funcionários superiores negros, nem negros donos de grandes empresas apesar de serem assimilados. Outrossim, eram constantemente alvo de forte vigilância da polícia colonial (Gonçalves, 2011).

A história do continente africano permaneceu ofuscada durante a colonização. Ela foi elaborada por estrangeiros sem o mínimo consentimento dos africanos, não se teve em conta os elementos característicos próprios dos africanos, tais como as suas descobertas, invenções e realizações durante o paleolítico e antes da presença europeia, nem tão pouco os seus elementos culturais. No fundo, a «representação da história dos negros africanos, estava limitada a um olhar externo, isto é, a um olhar do continente lançado a partir da Europa» (Coelho, 2011, p.281).

Os africanos foram de tal maneira marginalizados, tal como alude Roque (2011), que os europeus encaravam os usos, hábitos e costumes dos homens africanos

e principalmente a sua estrutura física como estando no último grau da escala de desenvolvimento da humanidade. Os africanos eram considerados como estando muito distantes do modelo civilizacional europeu, inclinados para o “mundo animal” e selvagem, em oposição aos seres humanos e civilizados considerados como elementos integrantes do processo histórico universal.

A África, no que concerne ao espaço, segundo Gil (2011) foi sempre representada pelos europeus como grande espaço de cor negra e virgem, que não sofreu qualquer alteração pela intervenção humana. Diferente do espaço urbano europeu apetrechado de azulejos, ruas labirínticas e luxuosas, a África era vista como um espaço de solidão e de silêncio, um Édem na terra, um retrocesso ao paraíso perdido, a um tempo em que a humanidade estava exclusivamente em contacto com a terra. África era assim um espaço natural, sem quaisquer efeitos dos benéficos da nobre civilização europeia.

No que tange em particular aos territórios africanos sob colonização portuguesa, importa referenciar as descrições das coleções e textos elaborados por António de Melo e Castro antigo governador dos Rios de Sena, na capitania de Moçambique. Ele partilhou muitos pensamentos e fez circular na Europa várias ideias sobre o homem africano, carregadas de muitos preconceitos, tais como indolência, barbaridade e superstições. Os africanos eram tidos como culpados pelo atraso do seu próprio continente, pois o mesmo possuía terras férteis para a agricultura, mas a sua população era extremamente bárbara, inimiga do trabalho e supersticiosa<sup>7</sup>. António de Melo e Castro, em 1783 informou ainda que os africanos eram de tal maneira preguiçosos que preferiam fugir do trabalho a se sujeitar ao tipo de labuta que por natureza estavam acostumados<sup>8</sup> a fazer (Rodrigues, 2011).

Ainda segundo Rodrigues (2011), mesmo com as terras férteis do continente africano, os factores preguiça, superstição e barbaridade dos negros eram grandes obstáculos para o desenvolvimento da agricultura e da economia de uma maneira geral. Ele entendia que os africanos eram tão bárbaros que lhes

---

<sup>7</sup> Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 12 de maio de 1781.

<sup>8</sup> Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 7 de Maio de 1783.

faltava não a só a luz da fé, como também a da razão. Indicou que havia sempre roubos e homicídios entre os africanos, que eram<sup>9</sup> os responsáveis pelo estado nocivo de África.

Ela (2013) salienta que a história de África dentro da historiografia foi marcada por discursos acerca da civilização do homem pelo homem, que prestigiou a assimilação dos ditos “negros selvagens”. Ela (figura 6) acrescentou ainda que a história de África foi marcada pelo etnocentrismo, o medo dos negros e o seu desprezo total pelo homem branco. Durante a dominação colonial, falar de África significava falar de um território que precisava da nobre missão civilizadora dos brancos. A Antropologia dizia que «ao homem branco lhe era dado como oferta um mundo sem história, religião, escrita e, portanto, sem cultura, onde o homem negro, gente dos trópicos, permaneceu fechado na infância da humanidade, distante das grandes realizações da civilização»<sup>10</sup>.

Alguns dos principais factores que marcaram a obstrução do estudo objectivo da história de África foram o surgimento do tráfico de escravos e a colonização. Os preconceitos raciais que geraram, menosprezaram e até destruíram os verdadeiros conceitos da historiografia, quando se passou a usar as terminologias de brancos e negros para distinguir os colonizadores considerados superiores e os colonizados, os negros ou africanos, tidos como inferiores. Isto levou a que os africanos tivessem de lutar contra a opressão económica e psicológica marcada pela cor da pele. Tidos como uma mercadoria qualquer, selvagens e sujeitos ao trabalho forçado, essa falsa representação dos africanos contribuiu para a desvalorização histórica dos mesmos na visão ilusória europeia. Por isso, os historiadores africanistas devem estudar a História de África com rigidez, imparcialidade e objectividade (Ki-Zerbo, 2010).

Os europeus usaram vários argumentos para denegrirem o continente africano e as suas populações, apoiando-se até em argumentos supostamente científicos, principalmente em teorias da evolução ligadas a Antropologia. Por isso Borges (2011, p.83) refere:

---

<sup>9</sup> Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 10 de junho de 1785.

<sup>10</sup> Cf. M. Duchet, *Anthropologie et histoire au Siècle des Lumières*, Flammarion, Paris, 1977.

«Durante o processo de colonização, a Antropologia foi politicamente usada como factor de “legitimação científica”, e fundamentação humanitária da empreitada colonial europeia em África, assim o evolucionismo antropológico colonial afirmava que todas as sociedades humanas estavam subordinadas a determinadas leis de evolução que as levavam a alcançar as qualidades da civilização ocidental. A colonização foi o alargamento da civilização e da administração colonial, ferramenta que usou os benefícios do progresso da ciência para aplicá-los nas populações ditas “atrasadas”, baseada no princípio da dominação do colonizador sobre o colonizado, num contexto eurocêntrico».

Importa referenciar também que Kamabaya (2014) salienta que os europeus foram os primeiros, se não mesmo os únicos, que se debruçaram sobre o tratado do estudo da origem do homem com vista a enaltecerem a cor branca. Foi assim que os brancos criaram um sistema de hierarquia racial, como é óbvio e natural colocando sempre o homem branco no topo. Quanto às outras raças pouco escuras, isto é, não europeias, elas ficavam a baixo dos brancos e o negro africano no fundo de todas as raças, segundo a ordem da escuridão da pele<sup>11</sup>.

As teorias racistas foram aplicadas nas populações africanas e perduraram durante o período colonial. Essas teorias consistiam na divisão da humanidade em “raças superiores e inferiores”, que nem por questões hereditárias e nem por influências externas podiam sofrer mudanças. Assim, eram consideradas raças inferiores todos os povos negros e como tal sujeitos à submissão, escravidão e todo tipo de exploração, ao passo que as raças superiores eram constituídas pelos brancos, portanto aqueles que dominavam, exploravam e colonizavam o africano, alegando ser os desígnios das leis imutáveis da natureza (Keita, 2009).

Apesar das teorias racistas que menosprezavam os homens africanos, considerando-os como “selvagens”, no seio dos brancos ainda também havia indivíduos que consideravam os comportamentos dos africanos como sendo normais em relação a alguns europeus. Tal como referiu Rodrigues (2011, p.164-165), António de Melo<sup>12</sup> «considerava a simplicidade do homem primitivo, uma vez que condenava o envio de degredados europeus para os Rios de Sena por que descarrilariam a simplicidade dos nacionais com os seus maus costumes».

---

<sup>11</sup> Cf. UNESCO, “Rota do Escravo”

<sup>12</sup> António de Melo e Castro, governador dos Rios de Sena, Capitania de Moçambique (1780-1786).

Segundo Gil (2011), durante a dominação colonial os europeus impuseram aos africanos os seus traços culturais, onde procuraram extinguir as culturas nativas, domesticá-las ou então aniquilá-las totalmente. Isso aconteceu com o imperialismo português, britânico, francês, holandês e espanhol, pois consideravam a África como sendo selvagem. Curiosamente, os outros países europeus encaravam Portugal do mesmo modo.

Os europeus em várias publicações faziam constar ideias afro-pessimistas, informando que a sua presença em África e conseqüente ocupação, dominação e colonização foi uma grande bênção para África e os africanos, se não permaneceriam selvagens, estagnados no tempo e no espaço. Tal como com toda liberdade referiu Bernard Lugan (1992, citado por Ela, 2013, p.54) «a colonização europeia foi a grande idade de ouro para o continente africano»<sup>13</sup>.

Segundo Mudimbe (2013), permaneceu durante muito tempo a falsa ideia de que a modernidade europeia suplantava aquilo que era tida como “tradição africana” e que ambas eram completamente opostas. Mas, esta oposição era um modelo que a partir do Ocidente foi criado para impor regras externas ao continente negro, desvalorizando deste modo completamente as realidades culturais africanas. Assim, a cultura europeia impunha-se a todo o mundo.

Alguns historiadores europeus preconceituosos confirmavam que os egípcios criaram uma escrita original, denominada hieroglífica, mas não concordavam que fosse obra negro-africana. Também não afirmavam que a África é o berço da humanidade. Por exemplo, em Portugal alguma bibliografia asseverava que em muitas grutas da Europa podem ser comprovadas marcas da presença do homem pré-histórico, uma vez que foram encontrados restos de ossadas, vários instrumentos de pedras e ainda em mais de cento e trinta grutas encontraram-se sinais das suas manifestações artísticas, tais como esculturas, gravuras e pinturas, descartando assim a primazia africana (Barreira & Moreira, 1998).

Segundo António de Melo (1784), citado por Rodrigues (2011), a África Oriental era muito rica principalmente em recursos florestais e tantos outros recursos naturais, mas tais riquezas não eram aproveitadas por causa do atraso

---

<sup>13</sup> Cf. Bernard Lugan, *Afrique, bilan de la décolonisation*, Perrin, Paris, 1992.

tecnológico dos seus habitantes. Ele estava convicto de que os africanos seriam capazes de aprender as técnicas e com tempo se tornarem capazes, tal como os que vinham de fora<sup>14</sup>. No entanto, ele achava a civilização europeia como sendo a superior e que devia ser transmitida para a África, onde a propagação das técnicas europeias seriam o caminho para inclusão dos povos africanos no progresso universal, isto é, da passagem da selvajaria para a civilização e consequente processo histórico.

Os europeus tinham a noção de que o homem africano era uma excelente mão de obra para a prática da agricultura e da indústria, só que não tinha instrução.

Importa salientar que a história de África não foi apenas depreciada ou descartada pelos europeus. Tal como Silva (2010, p.17) refere:

«Ao inverso do que se possa idealizar, a manifestação imaginária de inferioridade sobre a África, não se restringiu a civilização cristã europeia, nos inúmeros relatos de viajantes árabes e muçulmanos, é possível encontrar concepções e ideias semelhantes as europeias; dessa forma, tal como os europeus, os árabes também deram destaque aos aspectos físicos dos povos, e geográficos do continente, além disso acreditavam que o calor também seria o responsável pelas diferenças na fisionomia dos africanos, daí os lábios pendurados, nariz abatado e falta de inteligência. Fruto da intensificação dos contactos internacionais das sociedades africanas no período moderno, resultou na alteração dessa visão influenciada pela crença de que a Europa era uma civilização extremamente mais desenvolvida».

Segundo Mudimbe (2013), os missionários e antropólogos europeus, durante os contactos que estabeleceram com os povos do seu continente, mas também com os de África em particular, incutiram-nos inúmeras ideias enganadoras. A influência dessas ideias não se fez sentir somente na Europa, como também entre os próprios africanos, na medida em que eles procuravam identificar-se a si próprios.

De referir também que, durante a colonização europeia em África, o cristianismo teve simultaneamente um papel positivo e negativo naquilo que foi o processo histórico colonial (Barreira & Moreira, 1998). O percurso histórico do continente africano e de outras colónias europeias têm marcas indeléveis da expansão do

---

<sup>14</sup> Cf. António de Melo e Castro, “De todas as ditas Madeiras se podem achar”, 5 de junho de 1784, AHU, Moç., cx 46, doc.40.

cristianismo. Por isso, Barreira & Moreira (1998) salientam que o cristianismo foi usado como uma arma poderosa durante o processo de colonização porque ajudou a tornar os colonizados mais humildes e menos revoltosos face à exploração colonial.

Por exemplo, no Congo Belga a Igreja Católica romana constituía o segundo maior poder reinante, visto que a maior parte da sua população era católica. Assim, as posições governamentais eram ocupadas por católicos, que muito influenciaram o Estado através do sistema de educação que era ministrado nas missões. O governo belga de 1925 a 1945 havia dado à Igreja Católica o monopólio total dos subsídios oficiais para o benefício da educação. A influência da Igreja Católica era tão forte que até foi criado um diretório interdependente entre a Igreja e o Estado belga (Merriam, 1963).

De acordo com Medeiros (2011), na década de 1940 o Estado colonial português assinou com o Vaticano uma Concordata, em que a Igreja Católica teria o monopólio do ensino para os africanos com um forte auxílio do Estado português. As outras religiões, como o islão, foram excluídas desse processo. Por isso, em Moçambique as escolas corânicas foram forçadas a encerrar e as crianças obrigadas a frequentarem as missões católicas. Parafraseando Penrad (2004), o Estado colonial português marginalizou as outras crenças religiosas com o objectivo de poder assegurar o poder da Igreja Católica e das suas escolas, surgindo deste modo um ambiente de discórdia e intriga em relação as outras religiões em particular contra o Islamismo.

Durante a colonização europeia em África, o baptismo da Igreja Católica mitigava o menosprezo dos negros por parte dos brancos. A conquista europeia estava associada à evangelização, segundo a qual a fé cristã libertaria o africano dos atributos de gentio, bárbaro e idolatra. Estes termos eram conotados negativamente, pois referiam-se a ser diabólico, traidor, inimigo e desleal. Portanto, os termos bárbaros, idolatras e gentios designavam o africano sem religião, aquele que ainda não tinha recebido a bênção ou ainda não fora evangelizado, diferente do africano baptizado e encarado pelos europeus como catequizado (Demaret, 2011).

Por isso, a imagem negativa do africano, tal como referenciou Horta (2011), tido como demoníaco ou monstruoso, por causa da cor da sua pele, não era generalizada a todos os africanos, mas sim fundamentalmente aos que não haviam sido baptizados em nome do cristianismo. A religião era tida pelos europeus como grande meio para moldar os africanos, libertando-os da selvajaria. Era considerada a grande porta para a transformação desejável do africano segundo a visão europeia, do ponto de vista civilizacional.

Ainda sobre a abordagem do fenómeno religioso, Mbembe (2013) defendeu que a ideologia da “missão civilizadora” que o cristianismo exaltava não se propunha pensar globalmente na evolução do africano, mas sim visava legitimar uma missão oportunista com o objectivo de impor e fazer reconhecer o Ocidente como centro exclusivo de cultura, local ideal para a concretização de ideias e discursos sobre o suposto desenvolvimento humano e o divino.

Por outro lado, a ocupação dos territórios africanos e a dominação das suas populações não foi fácil para os europeus, pois houve desde o início da presença estrangeira em África uma forte resistência dos reis locais, que muitas vezes estabeleciam coligações com outros reinos no sentido de vencerem o inimigo comum.

Segundo Silva (2011), tornavam-se páginas de realce nos jornais europeus apenas os combates em solo africano que confirmavam a derrota dos africanos, ao passo que a bravura e a resistência quase que não eram divulgadas. Por exemplo, surgiram relatos descrevendo as presumíveis vitórias das forças lusitanas contra as ditas “raças pretalhadas” comandadas pelo rei Gungunhana, em Moçambique. Portanto, a bravura dos africanos permaneceu durante muito tempo obscura diante dos relatos eurocêntricos.

A história de África e dos africanos no período pré-colonial não era considerada pelos europeus. Estes achavam que a história dos africanos começara com a sua presença no continente e que resultaria do contacto do homem branco europeu com o africano. Daí que durante o processo de colonização, a história de África e dos africanos não passava de simples acessório ou acrescento à história dos países colonizadores (Ki-Zerbo, 1999).

Nas diferentes páginas da imprensa portuguesa, onde os assuntos históricos locais constituíam prioridade, segundo Silva (2011) não faltavam também a apreciação de questões ligadas à história africana, fundamentalmente quando se tratasse das ingerências estrangeiras nas colónias, como por exemplo a intromissão inglesa. Outrossim, não passavam despercebidos alguns efeitos dos portugueses no continente africano, nomeadamente a ilusória noção de desenvolvimento das colónias e da abolição da escravatura, que continuava a ser praticada às escondidas. Falavam também da criação de colonatos para melhor atrair os portugueses, mas que por falta de fiscalização não tiveram os resultados esperados.

No que tange a Guiné-Bissau, existia um órgão de informação colonial designado BCGP, isto é, Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, que elaborou várias monografias sobre as relações entre portugueses e guineenses no aspecto histórico, cultural e etnológico. Logo no primeiro volume, Marcello Caetano declarava a ideia de um colonialismo científico, esclarecendo deste modo a relevância do BCGP para o processo de recolha e difusão das pesquisas científicas, que seriam de grande importância para a ingerência colonial (Borges, 2011).

No que tange ainda às crenças africanas, expostas pelo mundo europeu, segundo Almeida (2011) os ídolos e objectos supersticiosos dos africanos, tal como o padre Andrea da Pavia e os seus companheiros os expuseram, eram identificados por um nome que lhes foram dados. Os mesmos eram feitos de madeira, alguns apresentavam expressões faciais com feições de mulheres ou homens outros representavam animais ferozes, monstros, demónios. Existiam ainda sacos de feitiço confeccionados de pele de animais, contendo diversos ingredientes entre os quais ervas, fezes de animais ou humanas, bem como diferentes objectos em forma de colares ou pulseira para a protecção. Esses objectos eram usados para ilustrar a religião africana, tida como gentia, ligada a crenças supersticiosas ou à feitiçaria, sem fé cristã segundo a visão Ocidental.

De maneira geral, os africanos eram vistos como feiticeiros “mandingueiros”, quer na Europa como na América. Eles realizavam cerimónias religiosas que aos olhos dos europeus tratavam-se de feitiçaria. Eram tidos como possuidores de

poderes ocultos, em que a magia africana absorvia os símbolos cristãos. Por isso, alguns africanos foram vítimas de torturas e condenados mesmo pela “Inquisição”. A magia africana atraía a atenção de muita gente, daí os representantes da igreja considerarem que tinha uma íntima relação com os demónios e com as forças ocultas da natureza. Apesar disso, os ditos feiticeiros adivinhadores ou curandeiros tinham uma grande procura por parte da maioria dos negros e de alguns brancos, principalmente quando se tratasse de casos de uma suposta protecção ou cura (Pereira, 2011).

## **1.2-Mitos Europeus sobre a História da África Subsaariana**

Mitos e ignorâncias de vários tipos ocultaram a verdadeira história de África ao mundo. A África era tida como um território com sociedades que não podiam ter história, não deviam ser objecto de um estudo científico por não possuírem fontes escritas, o que significava que se rejeitavam todas as tradições orais características do continente. Assim, a história de grande parte de África era escrita apenas com o suporte de fontes consideradas externas, que analisavam o percurso histórico do continente e do seu povo não como ele foi ou poderia ser, mas como os europeus queriam e pensavam que deveria ser, tendo como modelo a própria Europa. As relações sociais, de produção e as instituições políticas dos africanos eram descartadas, olhando-se apenas para o passado europeu como ponto de referência (Ki-Zerbo, 2010).

Segundo Davidson (1981), durante centenas de anos, a verdade sobre a história do continente africano ficou oculta, visto que os europeus que procuraram explicá-la não puseram de parte os seus preconceitos racistas. De realçar que muitos destes indivíduos eram simples exploradores com pouco ou nenhum conhecimento sobre o continente, que levaram falsas ou mitológicas informações sobre a África e sua população aquando do seu regresso para a Europa. Muitos europeus, porém, infelizmente acreditavam nessas informações, contribuindo deste modo para a má interpretação da real história do continente africano.

No período mais intenso da colonização, segundo Hodgkin (1957) a disputa por África teve a duração de menos de um século, envolvendo grande parte do território africano no período compreendido entre finais do século XIX e meados

do século XX. Encarada a partir da perspectiva actual, representou apenas um curto momento na história africana. Mas, trata-se de um período muito debatido, uma vez que significou uma nova viragem na história de África, com o surgimento de discursos totalmente novos e falaciosos no que concerne às tradições e diversas culturas africanas.

Esta viragem representou também a negação de dois mitos contraditórios. O primeiro mito prende-se com a imagem hobbesiana de uma África pré-europeia, onde não havia noção de tempo, arte e escrita. Portanto, uma África sem sociedade e marcada pela eternização do medo e pelo devir de uma morte violenta. O outro mito é a imagem rosseana sobre um continente africano dourado, com plena liberdade e onde reinava a fraternidade e a igualdade entre o branco e o negro (Hodgkin, 1957).

O complexo de superioridade e o eurocentrismo levaram os europeus a recusarem que os africanos fossem povos fazedores de culturas, que se desenvolveram e passaram para outras gerações. A África não era vista como uma entidade histórica. Os europeus criaram ideias falsas para fazer acreditar que desde sempre existiu uma divisão entre uma África negra e outra branca, em que o Sahara foi apresentado como um espaço impenetrável. Daí que se pensava que nunca houve contactos entre a África norte-sahariana, que estava directamente relacionada a bacia mediterrânica ligada a civilização egípcia, e a África Subsahariana, o que tornaria impossível a mistura de etnias e povos. Contra estas falsidades provou-se que as civilizações africanas do Norte ao Sul apresentavam uma variedade cultural e linguística comum, o que demonstra a existência de laços antigos (Ki-Zerbo, 2010).

Segundo Silva (2011), mesmo durante o processo de colonização e tráfico de escravos para o Brasil, os africanos eram tratados de pretalhadas e raças nocivas. Nos séculos XVIII e XIX, os mitos raciais e consequentes discriminações agravaram-se por causa do surgimento das doutrinas antroporraciais, que não se restringiam apenas a impor a supremacia da raça ariana, mas determinavam preconceitos raciais juridicamente, religiosamente e mentalmente contra a maioria negra. Assim, a África era encarada como um continente sujeito à colonização, exploração e à escravatura.

Os europeus para justificarem a sua superioridade em relação aos demais povos do mundo, a ocupação, a colonização e a exploração das terras alheias elaboraram várias teorias falaciosas ou mitos. Tal como Ki-Zerbo (1999, p.10-11) refere:

«O ponto mais radical e triste no que concerne aos mitos erguidos pelos europeus, consiste na negação pura e simples da História do continente africano, ao afirmarem categoricamente que, a História da África Negra não existe. Por exemplo em 1830, Hegel no seu curso sobre a Filosofia da História declarou que: «A África não é uma parte histórica do mundo». Ressalta ainda que, não possui progressos, movimentos a apresentar, não tem movimentos históricos próprios dela, que a sua parte Norte pertence ao mundo dos europeus ou asiáticos, o que se percebe de África é o espírito a-histórico, não desenvolvido, em condição natural, e que deve ser tido aqui como no primórdio da História do mundo».

«Outro intelectual europeu Coupland, escreveu em 1928 no seu manual intitulado “História da África Oriental”, é verdade que até D. Livingstone a África propriamente dita não tinha História. Grande parte da sua população ficou durante tempos imemorais afundados na barbárie, permaneceram na estagnação sem avançar nem recuar».

«Alguns historiadores europeus salientam ainda que, com excepção do Egipto e outras partes da África Setentrional, a parte subsaariana não faz parte do processo histórico, um grande Historiador de nome Charles-André Julien, num parágrafo da sua obra intitulada História de África, escreveu mesmo que a África Negra, a verdadeira África, furta-se da História, portanto é um continente sem História».

Como havia insuficiência de fontes escritas em África, a maioria das sociedades africanas da parte Subsaariana conheceram a escrita num período relativamente tardio e tendo ainda em conta que a história de África era muito dependente da tradição oral, alguns historiadores utilizaram esses argumentos para autenticar o menosprezo ou a negação do processo histórico de África. Um exemplo, foi o professor e historiador britânico Arthur Newton, que em 1923, numa conferência sobre o continente africano e a pesquisa histórica na Royal African Society de Londres, afirmou categoricamente que a história somente teve início a partir do momento em que o homem se colocou a escrever. Para ele, como para muitos outros, a história sustentava-se em fontes escritas (Fage, 2010).

Importa salientar que os mitos europeus erguidos contra a história da África Subsaariana resumem-se em três tipos ou teorias fundamentais, que são: mito

sobre a negação pura e simples da história de África sem a presença europeia; mito sobre a incapacidade natural ou congênita dos africanos em fazer qualquer coisa digna, grande ou de realce, quer sejam obras materiais, espirituais como intelectuais; e por fim o mito sobre a história unicamente baseada em documentos escritos, que defende não ser possível estudar a história sem escrita e que portanto ela somente deve ser compreendida e grafada com fontes escritas (Keita, 2009).

Ainda um outro historiador europeu, Pierre Gaxotte em 1957 escreveu que os africanos não deram nada à humanidade. Qualquer coisa os tinha bloqueado e não produziram absolutamente nada. Nem sequer personalidades como Euclides, Galileu, Aristóteles, Pasteur ou Lavoisier. Nenhum Homero cantou as suas epopeias. Também o historiador europeu Endre Sik (figura 2)<sup>15</sup> afirmou que, antes da chegada dos europeus, para os povos de África não se pode falar de história no sentido rigoroso da palavra. Acrescentou ainda que a maior parte dos povos africanos, uma vez que não tinham classes, não edificaram literalmente Estados. Para Sik, entre os africanos as classes e o Estado somente existiram numa fase embrionária (Ki-Zerbo, 1999).

Os africanos eram tidos como apáticos. Segundo Gilroy (2007), apoiando-se numa citação de Kant, os africanos não tinham talento. Ele desafiou a que qualquer um citasse pelo menos um único exemplo em que um africano tivesse demonstrado habilidade. Acrescentou ainda que, mesmo entre os milhares de negros que foram transferidos para fora de África, apesar de muitos terem sido postos em liberdade, mesmo assim jamais algum fez qualquer coisa de valor, quer seja em arte ou ciência, ou ainda qualquer outra coisa digna de enaltecimento. Ao passo que, segundo ele, os homens brancos estavam sempre a realizar qualquer coisa de valor por meio da sua superioridade congênita, conquistando assim a consideração do mundo. Por isso, ainda de acordo com Gilroy, a diferença entre o homem branco e negro era tão grande em termos de capacidades mentais e no concerne à cor<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Cf. Endre Sik, *Histoire de l'Áfrique Noire*, Akademiai Kiado, Budapeste, 1965, t. I, p.19.

<sup>16</sup> Cf. Kant apud Gilroy, 2007, p.82.

Segundo Keita (2009), coube ao filósofo alemão Hegel (1770-1831) a primazia na construção e publicação de mitos sobre a não historicidade do continente africano. Entre os vários mitos já referenciados, ele também afirmou que o continente negro não apresentava nenhum interesse, não só no que concerne à sua própria história, como também nele o homem encontrava-se num estado de selvajaria e de barbárie, o que lhe impossibilitaria de ser componente de uma civilização.

Keita (2009) salientou ainda que Hegel afirmou que ao longo do percurso histórico os africanos ficaram isolados, sem qualquer contacto com o resto do mundo. A África era o continente da ausência e da infância, embrulhado na cor negra e na noite. Um continente que nunca mostrou nada ao mundo. Nunca houve transformações nem desenvolvimento. Os negros jamais seriam capazes de progredir, nem sequer de adquirir alguma educação.

Em contraponto, para Hegel (1946) a Europa, e especificamente o homem branco, estavam destinados a fazer história. Pelo contrário, o continente africano era considerado por ele como um lugar sem obra, um lugar sem capacidade de criar história ou quaisquer mudanças consideráveis no tempo. Assim, essas visões de carácter eurocêntrico de Hegel no que concerne à natureza e ao passado dos africanos comprometiam igualmente o futuro dessas pessoas. Para ele, os africanos «eram e serão o que sempre foram»<sup>17</sup>.

Neste período, isto é, entre finais do século XIX e princípios do XX, também se esquematizou a separação no que tange à história e à pré-história baseada na visão ocidental da relação entre a ciência histórica e a escrita. Assim, os povos estavam também divididos em letrados e não letrados, descartando-se deste modo a existência de qualquer produção histórica com suporte na oralidade. Por isso, a África era encarada como um continente sem história e era associada à pré-história (Hegel, 1946).

«Segundo a visão Ocidental, a História calava-se diante daquilo que para ela não existia, um passado sem quaisquer documentos escritos, ou sociedades que não produziram mudanças consideráveis no tempo não constituíam o seu objecto, assim,

---

<sup>17</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1946) Lecciones Sobre la Filosofia de la Historia Universal. Tomo I, Boenos Aires.

para o continente africano não havia nenhuma hipótese de produzir conhecimento histórico, nele apenas era divulgado o passado ou a presença dos europeus no continente africano, nos seus discursos científicos os europeus primavam pelo etnocentrismo, não falavam de África nem dos africanos, mas explicavam o processo de inventar e conquistar a África tida como primitiva e desordenada» (Mudimbe, 2013, p.38).

Estas ideias permaneceram até muito tarde. Trevor-Hoper, como foi referido por Fage (2010), em 1961 indicou que talvez no futuro haveria uma história do continente africano para ser transmitida, mas no presente ela não existia. O que existia segundo a opinião desse autor era a história dos europeus no continente africano. Ele desmereceu as experiências dos africanos, considerando-as como do domínio das trevas, o que não constituía objecto da história. Ele não nega que existiram homens em África, nem que eles tenham tido uma vida política e uma cultura interessante para os antropólogos e os sociólogos. Mas, acreditava que a história era fundamentalmente uma forma de movimento intencional e não simplesmente uma fantasmagoria de formas e de costumes em transformação, de dinastias e de usurpações, de batalhas e de conquistas ou ainda de estruturas sociais e de desintegração social<sup>18</sup>.

Todos os historiadores ou diferentes intelectuais que escreveram mitos sobre a história de África carregavam consigo preconceitos racistas, egocentrismo, eurocentrismo, preocupando-se apenas com questões políticas e económicas que visavam a supremacia europeia face à dominação e à exploração dos povos colonizados.

Durante muito tempo, na Europa diferentes historiadores por preconceito ou ignorância da história não acreditavam que a civilização egípcia foi a primeira que a história da humanidade conheceu. Por exemplo, o professor emérito de História da Universidade de Oxford Thomas Arnold aludiu que os gregos foram a primeira civilização da história da humanidade. Para ele, a civilização egípcia tida como mãe de todas outras civilizações nunca existiu. Referiu ainda que a capacidade de sobreviver era uma característica da superioridade humana, isto é, da raça branca (Kamabaya, 2014).

---

<sup>18</sup> TREVOR-HOPER citado em FAGE,2010, p.8-9.

Para obstruir ainda mais a história do continente negro, Hegel, como mencionado por Keita (2009, p.16-17), acrescentou que os negros eram permanentemente apáticos. Por isso, a história do seu continente deveria ser exposta nos manuais da Europa como estando somente nos primórdios da história universal, uma vez que as suas populações paralisaram-se de tal forma na evolução, que era normal excluí-las do processo histórico. Para Hegel, os africanos tinham um espírito não desenvolvido e como se não bastasse sem qualquer vestígio histórico. Apesar da intelectualidade de Hegel notou-se nele uma certa ignorância ou desconhecimento científico sobre a ciência histórica e uma falta de humanismo. Teve uma visão do processo histórico como sendo linear. Mais crítico ainda foi quando afirmou que os africanos eram incapazes de aprender aquilo que eram as normas e os valores educativos da Europa, considerada como o padrão da civilização universal.

Segundo Kamabaya (2014), em meados do século XIX assistiu-se a um reviver ou reaparecimento da teoria teleológica, marcada por publicações racistas agressivas contra o homem negro. Entre os autores defensores desta teoria contavam-se o inglês Thomas Carlyle (figura 3), o sociólogo francês Arthur de Gobineau, o anatomista escocês Robert Knox e também o americano A. H. Foot.

O anatomista Knox, na sua tese afirmava que a «raça real do negro ou preto atingiu o auge da sua capacidade há muitos séculos e já se tornou estagnada». Por seu turno, Foot negava que o homem negro tivesse feito qualquer coisa digna de ser mencionada. Acrescentou ainda que «Se tudo o que os negros africanos e os seus antepassados tinham feito desde os tempos antiquíssimos fosse esquecido ou destruído o mundo estaria bem, com raças verdadeiras, com arte aproveitável e um modo de vida exemplar» (Kamabaya, 2014).

Fruto dos vaticínios de alguns intelectuais europeus acreditou-se durante muito tempo que os povos africanos faziam parte do mundo dos primitivos, das comunidades estagnadas no tempo, resistentes a qualquer tipo de mudança, defendidas dos efeitos externos. Pertenciam a um mundo natural, puro e intacto, que escapou dos benefícios da civilização<sup>19</sup>. Eram sociedades trancadas no

---

<sup>19</sup> Cf. Jean-Marc Ela, *L'Afrique des Villages*, Karthala, Paris, 1982.

mundo do mito, isto é, na repetição<sup>20</sup>. Elas não se preocupavam com o progresso, escapando assim ao dinamismo e à influência do modelo dos hábitos culturais ocidentais (Ela, 2013).

Ainda segundo Kamabaya (2014, p.86), no século XIX o sociólogo francês Gobineau declarou que a cultura e a civilização eram obras exclusivas das raças superiores, isto é, branca, e que a inferioridade e a superioridade não eram criações do homem, mas sim naturais. Outro racista, o inglês Thomas Carlyle, escreveu: «meus amigos pretos e obscuros, acreditem é, e foi sempre a lei da natureza ou do mundo, para vós homens negros ou pretos serem empregados, e os brancos serem mais sábios ou inteligentes, é triste realidade, mas devem se conformar a esta lei do mundo»<sup>21</sup>.

Sobre esta suposta inferioridade dos africanos, Servier (1967), citado por Ela (2013), acrescentou que os africanos se aproximavam das suas origens primitivas. Estavam desesperadamente fixados no presente, mas virados para o passado, revivendo os períodos em que a humanidade vivia em comunidade, acreditando no invisível, condenados ao pecado original. Servier acreditava que os africanos usavam todas as forças para evitarem mudanças rumo ao progresso. Por isso, considerava que era difícil, senão mesmo impossível falar de verdadeiro dinamismo a respeito das sociedades africanas, que estavam instintivamente sempre estáticas no tempo<sup>22</sup>.

Segundo Fage (2010), os mitos criados em torno da história do continente africano principalmente por Hegel, quando este afirmou e defendeu a tese de que a “África não tinha História”, teve uma conotação bastante negativa, que até aos dias actuais ainda exerce um impacto sobre as concepções que se tem a respeito do continente africano. Por isso, alguns intelectuais africanos e europeus africanistas preocuparam-se em investigar a verdadeira história de África, com vista a dignificar o passado do continente.

Segundo Ki-Zerbo (2009), não existe nenhuma colectividade humana no planeta terra que foi tão inferiorizada ou menosprezada como os africanos após o século

---

<sup>20</sup> Cf. M. Eliade, *Aspects du Mythe*, Gallimard, Paris, 1966 & G. Gusdorf, *Mythe et Métaphysique*, Flammarion, 1984.

<sup>21</sup> Cf. Carlyle Thomas (1849) *Discursos Ocasionais sobre a Questão do Negro*.

<sup>22</sup> Cf. J. Servier, *Histoire de l'utopie*, N.R.F., 1967.

XV. Acrescenta ainda que nenhuma sociedade viu a história de seus grupos humanos tão negada, como os povos africanos no decorrer do tráfico de escravos. Investigadores de diferentes áreas do saber produziram alguns arcabouços teóricos supostamente científicos, que negavam aos africanos a sua própria história e a sua subjetividade. Os efeitos desse tipo de concepção até hoje se fazem sentir, tanto para os africanos residentes no continente como também para os negros localizados nas diásporas.

A historiografia colonial referente aos séculos XVIII e XIX baseava-se no padrão da teoria do “vaso vazio”, segundo a qual a história do continente negro era vista como um simples prolongamento das actividades europeias em África. Por esta via, negava-se e negligenciava-se todas as realizações endógenas dos africanos. Essa historiografia colonial baseada em princípios preconceituosos e eurocentristas, durante longo tempo julgou o continente africano como sendo a periferia da história, sem dinamismo próprio e dependendo exclusivamente de factores externos. Com isso, registou-se a falsificação da história de África e conseqüentemente o aparecimento de diferentes mitos preconceituosos e racistas (Diallo & Lima, 2020).

No entanto, no que concerne à falsa ideia da inércia ou estagnação da África em relação ao resto do mundo, Keita (2009) refere que o filósofo Hegel demonstrou falta de conhecimentos sobre a história de maneira geral e da própria Europa em particular. Era preciso que ele confrontasse as relações comerciais que os dois continentes estabeleceram desde a Idade Média. Essa informação fora publicada por vários autores, mas Hegel desconhecia a enorme biblioteca europeia da sua época, onde já se falava até da escrita egípcia. Portanto, nesses períodos desde a Antiguidade houve fortes contactos, pode-se dizer mesmo que as trocas comerciais entre a Europa e a África eram quase estáveis.

Outrossim, torna-se importante referenciar que o professor emérito de História da Universidade de Oxford, Doutor Thomas Arnold, foi infeliz ao aludir que a capacidade de sobreviver é a superioridade humana, isto é, da raça branca, enquanto que as outras extinguíam-se. Mas, esta ideia nunca foi provada e não teve sustentabilidade científica, como também o desenrolar do tempo demonstrou o contrário (Kamabaya, 2014).

A mulher africana também foi duramente discriminada e mal interpretada pelas antigas autoridades coloniais. A sua representação na sociedade foi produzida a partir das vertentes ideológica e metodológica eurocêntricas e também em confrontação com o modelo da dita mulher civilizada, europeia. A mulher africana era considerada inferior, animal de trabalho, de sexo e reprodução, objecto de prazer e de labuta. Era tratada como objectos e como erráticas, selvagens e primitivas. Foi com base nestes conceitos que a mulher africana foi completamente desvalorizada em termos de raça e género e excluída de determinadas actividades consideradas específicas para os homens, nomeadamente a política e a económica. Por isso, se defendia a necessidade de educá-la e elevá-la a uma posição equiparada à mulher cristã europeia (Borges, 2011).

Durante a colonização, os europeus tinham uma má concepção sobre as mulheres africanas. Elas eram tidas como indomesticadas, submissas ou dependentes dos homens em todos os aspectos da vida. Eram ainda encaradas simplesmente como objecto sexual e meio para a continuidade da raça, sem educação e, portanto, inferiores à mulher europeia a quem elas deviam seguir como modelo.

É de salientar que, tanto na Europa como na América, nos ditos zoos humanos ou aldeias negras, a integração das mulheres negras nos espetáculos reforçava ainda mais a ideia de selvajaria dos povos negros. Porque os brancos apresentavam imagens ampliadas de mulheres negras com nádegas e ancas excessivamente largas, com barbas, órgãos genitais também excessivamente desenvolvidos por meios artificiais, o que era estranho e chocante. Essas mulheres serviam de modelo de comparação, a fim de se elevar ainda mais a beleza feminina europeia. O tamanho anormal e ampliado do corpo e dos órgãos genitais da mulher africana era associado a indivíduos inferiores fisicamente, mentalmente e intelectualmente. Criou-se também deste modo estereótipos de hiper-sexualidade, em que o tamanho dos órgãos genitais era visto como intimamente proporcional ao apetite ou ao prazer sexual e era ligado ao mito de que a sexualidade feminina negra era doentia (Silva, 2011).

Segundo Felipe (2020), mesmo os árabes no século VII durante as guerras santas ou jihad, que tinha como objectivo expandir o islamismo por meio da palavra, de acordos comerciais e fundamentalmente por meio das armas, convertiam os líderes políticos africanos e transformavam em escravos os não convertidos, principalmente as mulheres. Neste sentido, Lovejoy (2002) salienta que a preferência dos árabes em transformar as mulheres africanas em escravas deveu-se à utilidade reprodutora das ditas escravas, que eram levadas ao mundo árabe onde a cultura dos países muçulmanos e a sua religião islâmica tolerava a prática da concubinação. Assim, as concubinas negras ocupavam as posições de preferência, não só para a reprodução e por serem obtidas a baixo custo pelos seus patrões em comparação com as suas legítimas esposas ou mulheres, mas também porque serviam de mães e companheiras. Prova disso é a presença negra em vários países do Oriente.

Ainda no que concerne a este diapasão, Antunes (2011, p.191) destaca que algumas fontes revelam que em Moçambique até mesmo uma boa parte dos padres e outros missionários se envolviam com muitas mulheres africanas. Por exemplo, no limiar da década de 1670 o padre português Frei Pedro foi o melhor comerciante de ouro e marfim, «grande ambicioso e viciado, que morreu ao se aventurar num “envolvimento” de mais de trinta concubinas»<sup>23</sup>.

Salienta Diop (1989), que a concepção estrutural que se tem da maternidade em África é a principal causa de desigualdade no que tange ao estatuto histórico das mulheres europeias e africanas, uma vez que a mulher europeia tem uma simples dependência do homem, já para a mulher africana o homem é a condição fundamental do seu poder e estatuto.

Pensava-se que a mulher africana apesar de exercer o relevante papel de direito costumeiro, ser o elemento de fiança no que concerne ao vínculo de consanguinidade, jamais alcançaria a capacidade civil, pois na sua condição de solteira quem a protegia era o pai, o tio ou o sobrinho do pai. Já enquanto casada ficava sob a protecção do esposo. Se fosse viúva quem a protegia era o herdeiro do falecido esposo. Ou seja, estava sempre dependente ou sob protecção de

---

<sup>23</sup> AHU, Moçambique, Carta do padre Capelão de Quelimane, Domingos José dos Reis, para o governador de Moçambique, José de Vasconcelos e Almeida, sobre os abusos das tripulações dos barcos de viagem, 24 e 30 de julho de 1780.

alguém (homem). Se fosse independente era rapidamente encarada como desordenada (Quintino, 1969).

A Antropologia que vigorou durante o regime colonial negligenciou o papel das mulheres na comunidade, fundamentalmente na esfera social, política e económica. Ignorou as relações de género, menosprezando a condição feminina africana. Actualmente, diferentes estudiosos que se dedicam a assuntos relacionados com a mulher africana, acreditam e provam que elas, do ponto de vista económico, eram independentes em várias vertentes. Mesmo estando sujeitas à autoridade do pai ou do marido, a nova produção científica africana sobre as mulheres sublinha até diferentes papéis das mulheres no período pré-colonial, em actividades políticas, rituais e religiosas<sup>24</sup>.

Portanto, de uma maneira geral, o continente africano era encarado como menor e insignificante. Os movimentos e as dinâmicas das diferentes etnias que habitavam o continente eram vistas como se não tivessem tido nenhuma influência sobre os territórios do próprio continente africano e do mundo de maneira global. Assim, a escrita da história sobre a África e dos africanos era feita a partir de fora e fundamentada no eurocentrismo, que considera o modo de vida e do progresso europeu Ocidental como sendo superior (Barbosa, 2008).

Os historiadores europeus enquadravam os africanos nos últimos degraus de desenvolvimento da raça humana. Por isso, referiu Oliva (2003, p.436) que:

«No século XIX as crenças científicas provenientes das concepções do Darwinismo social e do Determinismo Racial, fizeram com que os africanos fossem vistos como infantis, tribais, primitivos, incapazes de aprender ou de evoluir, pensava-se que os africanos deveriam receber a benfazeja ajuda europeia por meio das intervenções imperialistas em África».

---

<sup>24</sup> Cf. Maria Manuela Borges DOMINGUEZ, Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau, (tese dout. Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa).

## Quadro síntese sobre alguns exemplos dos diferentes tipos de mitos

Tipos de mitos	Exemplos de tipos de mitos
<p><b>Mito sobre a inexistência da História de África.</b></p>	<p><b>1-Hegel (1830)</b>, no seu curso sobre a “Filosofia da História” declarou que: A África não é uma parte histórica do mundo, não possui progressos, não tem movimentos históricos próprios dela, que a sua parte Norte pertence ao mundo dos europeus ou asiáticos, o que se percebe de África é o espírito a-histórico.</p> <p><b>2-Coupland (1928)</b>, escreveu que até D. Livingstone a África propriamente dita não tinha História. Grande parte da sua população ficou durante tempos imemoriais afundados na barbárie, permaneceram na estagnação sem avançar nem recuar.</p> <p><b>3-Trevor-Hoper (1961)</b>, indicou que talvez no futuro haveria uma história do continente africano para ser transmitida, mas que no presente ela não existia. O que existia segundo a opinião desse autor era a história dos europeus no continente africano.</p>
<p><b>Mito sobre a incapacidade congénita dos africanos de fazer qualquer coisa de grande ou a sua passividade natural.</b></p>	<p><b>1- Gaxotte (1957)</b> escreveu que os africanos não deram nada à humanidade. Qualquer coisa os tinha bloqueado e não produziram absolutamente nada. Nem sequer personalidades como Euclides, Galileu, Aristóteles, Pasteur ou Lavoisier. Nenhum Homero cantou as suas epopeias.</p> <p><b>2-Sík (1965)</b>, salientou que os povos africanos não tinham classes e não edificaram literalmente Estados. Para Sik, entre os africanos as classes e o Estado somente existiram numa fase embrionária.</p> <p><b>3-Thomas Carlyle (1849)</b>, escreveu: «meus amigos pretos e obscuros, acreditem é, e foi sempre a lei da natureza ou do mundo, para vós homens negros ou pretos serem empregados, e os brancos serem mais sábios ou inteligentes, é triste realidade, mas devem se conformar a esta lei do mundo.</p>
<p><b>Mito sobre a História unicamente baseada em documentos escritos</b></p>	<p><b>1-Arthur Newton (1923)</b>, afirmou categoricamente que a história somente teve início a partir do momento em que o homem se colocou a escrever. Para ele, como para muitos outros historiadores eurocêntricos a história sustentava-se em fontes escritas ou documentos escritos.</p>

## **CAPÍTULO II: EMERGÊNCIA DA NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA**

## **CAPÍTULO II-EMERGÊNCIA DA NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA**

### **2.1-Diferentes Contributos de Intelectuais Africanos e Estrangeiros Africanistas para o Resgate da História da África Subsaariana**

Segundo Ki-Zerbo (2010), não se registou apenas contributos de europeus na historiografia africana, pois o comércio transaariano e a expansão do islamismo, em especial na zona Sudanesaariana, tiveram como consequência a instrução ou alfabetização da elite local na língua árabe, o que veio a resultar numa historiografia endógena. Esta historiografia endógena resultou na produção de diferentes obras que começaram a ser escritas fundamentalmente entre os séculos XVI e XVII. Temos como exemplos dessas obras “Tarikh Es Sudan” e o “Tharikh Al Fettach”, escritos respetivamente por Mahmoud Kati e Es-Asdi ambos na altura estudantes da Universidade de Tombuctu. Destacaram-se também outras importantes obras, como as de Idriss Aloma grande historiador de Canen-Bornout, a crônica de Kilwva (Quénia) e as crônicas de Goncha, no Gana actual.

Entre alguns pesquisadores ou historiadores que elaboraram uma historiografia que tinha por finalidade a conscientização dos povos africanos em relação à sua verdadeira história, podemos destacar James Horton (1835-1883), John Sarbah (1864-1910), Edward Blyden (1832-1912) e Joseph Danquah (1895-1965)<sup>25</sup>. Estes autores foram qualificados como protonacionalistas (Diallo & Lima, 2020).

Segundo Fage (2010), a historiografia africana de acordo com a perspectiva africana, isto é, com particularidades nacionalistas começou a partir de finais do século XIX, nas obras dos intelectuais acima referenciados, incluindo John Sarbah (1864-1910) e Joseph Casely-Hayford (1866-1930).

Segundo Ki-Zerbo (2010), na árdua e extraordinária empreitada de reconstrução do passado da história de África foi indispensável que a cultura e a história do continente fossem encaradas a partir de dentro e não analisadas ou medidas por régua estrangeiras, de europeus. Foi igualmente indispensável que as relações que os europeus estabeleceram com os africanos fossem analisadas como

---

<sup>25</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

trocas mútuas e influências multilaterais, em que a contribuição dos africanos para a evolução da espécie humana fosse também destacada.

Foi assim que, de acordo com Julião (2006), a partir da década de oitenta do século XX os ditos indígenas ou negros africanos passaram a ser vistos não somente como objectos de estudo, mas fundamentalmente como homens produtores de culturas e sujeitos da sua própria história, rompendo assim com a falsa percepção do valor exclusivo da história e cultura ocidentais.

Uma vez que os africanos passaram a ser vistos de uma outra forma, segundo Diallo e Lima (2020) a nova historiografia africana começou logo a emergir na década de 1950/60. Essa historiografia teve um grande desenvolvimento na década de 1980 e começou com as obras de vários intelectuais africanos e não só, instruídos nas diferentes universidades da Europa e América. Esses intelectuais aprenderam várias técnicas e metodologias de História, o que de certa maneira permitiu o arranque do processo de desconstrução dos vários mitos e preconceitos da historiografia colonial sobre a África Subsaariana<sup>26</sup>.

«Os africanos estavam fartos de uma história racista, sob qualquer forma que ela se apresentasse, não admitiram ser considerados como objectos e instrumentos quaisquer eternamente passivos e discriminados, evitaram que toda história africana se transformasse num reflexo árduo do universo europeu, num beco sem saída, extinguindo deste modo a imposição das influências negativas da civilização Ocidental sobre todos os outros continentes» (Ki-Zerbo, 1999, p.14).

Os intelectuais africanos ao abordarem a história do seu continente declararam ao mundo que o homem é naturalmente um animal histórico e o homem africano evidentemente não escapava a esta definição, pois em toda a parte onde ele se encontra sempre fez e continua a fazer história. As obras e outras provas da sua capacidade criativa são visíveis ao nosso olhar, quer seja em forma de práticas agrícolas, organizações sociopolíticas, manifestações artísticas, celebrações religiosas, receitas de medicamentos, culinária, enfim. Portanto, desde o surgimento dos primeiros homens, os africanos criaram ao longo de vários milhares de anos uma sociedade independente que exclusivamente pela sua

---

<sup>26</sup> <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

vitalidade é testemunha do génio histórico daquilo que os seus autores produziram (Hama & Ki-Zerbo, 1982).

Os intelectuais africanos com a colaboração de estrangeiros africanistas muito fizeram para resgatar a verdadeira história do continente africano, dando assim a conhecer ao mundo que a África também tem história.

Por isso, segundo Barbosa (2018) a HGA teve como legado fundamental a pretensão de propagar a opinião dos intelectuais africanos sobre aquilo que era a sua própria história. A publicação da HGA foi uma obra organizada e escrita por cerca de 350 especialistas, na sua maioria não africanos, como o antropólogo francês M. Gleglé, o antropólogo e historiador francês Jean Devisse, o historiador e linguista belga Jan Vansina, o historiador checoslovaco Ivan Hrbek e o historiador e egiptólogo francês Jean Vercoutter, que se despiram da visão eurocêntrica e encararam os africanos como sujeitos da sua própria história e não meros objectos.

Importa referenciar que a HGA começou em 1964, logo após ter sido aprovada na 16ª Conferência Geral da Unesco (CGU), como um dos projectos de cooperação científica internacional. Para se começar o projecto, o francês René Maheu, na altura Director Geral da organização, escolheu um dos primeiros historiadores académicos africanos, o nigeriano Kenneth Onwuka Dike como o primeiro Director científico da publicação (Barbosa, 2018).

Ainda segundo Barbosa (2018), na altura em que o francês René Maheu escolheu Kenneth como o primeiro Director científico da publicação, o mesmo também já ocupava o cargo de vice-reitor da Universidade de Ibadan e simultaneamente Presidente do Iº Congresso Internacional dos Africanistas (CIA) desde 1962. Foi assim que sob sua orientação foram escolhidos outros principais organizadores do projecto, tais como o historiador Joseph Ki-Zerbo do Burkina Faso, Mostefa Lacheraf da Argélia, Jacob Ade Ajayi da Nigéria, Mamadou Dagnogo da Costa do Marfim, Amadou Hampaté Bâ do Mali, George McCall dos Estados Unidos da América (EUA), entre outros.

Segundo Silva (2010), as correntes do pensamento africano tiveram grande impacto no fim da década de 1970 e possuíam fortes ligações com o aumento

dos movimentos negros nas américas. O grupo de pensadores dessa época era uma geração de intelectuais constituída na sua maioria por historiadores, encabeçados pelos grandes historiadores africanos Cheikh Anta Diop (figura 4) e Joseph Ki-Zerbo (figura 5).

Este grupo de intelectuais encabeçados por Diop e Ki-Zerbo divulgaram a ideia de que a África e os africanos também possuíam história. Também insistiram que as investigações deveriam se focalizar em África, na sua própria trajetória, em que as histórias das civilizações e dos reinos africanos eram usadas como exemplos da capacidade de transformação, organização e produção africana, que nada tinham a ver com as normas ocidentais. Defendiam ainda que os restos materiais que os antepassados deixaram, as práticas agrícolas, a estética das suas artes e os demais vestígios do passado deveriam ser utilizados para demonstrar as qualidades do continente africano (Silva, 2010).

Para os grandes intelectuais a favor do enquadramento da história de África na história universal, trabalhar a história do continente negro implicou refutar os conceitos que foram inventados pela história colonial. Simultaneamente tiveram de efectuar a desconstrução dos estereótipos forjados pelo imaginário Ocidental sobre os africanos e seus descendentes na diáspora. Portanto, para eles dialogar sobre a história de África significava obrigatoriamente interrogar, criticar e desafiar crenças e tantas outras tradições europeias impostas sobre os povos africanos (Meneses, 2007).

Assim, para um melhor estudo da história de África, o historiador maliano Amadou Hampaté Bá aconselhou aos jovens historiadores africanos que se distanciassem de uma história de carácter memorialista e da crônica e que se apegassem na construção de uma história baseada numa análise crítica de todas as fontes e numa reflexão sobre os movimentos e as modalidades que estimularam os actores da história. Ele foi ainda mais além, tendo afirmado que se tornaria necessário inserir de forma sistemática nos diferentes programas universitários, e não só, conteúdos sobre a historiografia africana isenta de preconceitos (Ba, 1972).

Segundo Diallo e Lima (2020), a Associação Universitária para o Desenvolvimento da Educação e da Cultura na África e em Madagáscar

(AUDCAM), com sede em França, empreendeu um grande esforço para uma maior valorização da história de África, através da africanização dos programas de história. Esta organização reuniu em 1965 os melhores especialistas em matéria de produção de normas curriculares, com vista a se estabelecer uma nova forma metodológica de ensino da história nas diferentes instituições escolares do continente. Isto resultou na elaboração de importantes manuais sobre a história de África, como por exemplo o da coleção Hatier, coordenada por Amadou M'Bow, Joseph Ki-Zerbo e Jean Devisse, resultantes das investigações feitas em universidades africanas.

A história de África é parte integrante e considerável do mundo. Por isso, Davidson (1976, p.93) afirmou que «o que se passa no continente africano, também afecta o resto da história da humanidade, e, o contrário é também, evidentemente, verdadeiro».

Um dos principais marcos da nova historiografia africana foi ressaltar a importância da anterioridade das civilizações africanas, ao defenderem que a África é berço da humanidade. Também divulgaram as descobertas, as técnicas, os saberes, os meios de organização social e as religiões dos africanos, recordando sempre que muitos desses aspectos tiveram origem no continente africano. Demonstraram ainda a participação dos africanos nas economias do mundo, o reflexo do encontro mundial de culturas, a resistência e as transformações geradas pelos africanos, a troca de conhecimentos e, enfim, a participação dos povos africanos no processo histórico universal. Assim, descartaram as falsas acusações dos europeus sobre a inexistência da história dos africanos (Alves, 2023).

Deste modo, coube à nova historiografia africana, segundo Coelho (2011), lutar contra os mitos europeus. Criaram-se relatos de uma história unificada, baseada na objetividade e apoiada na actividade académica. Para tal, foi necessário o envolvimento de académicos africanos e estrangeiros africanistas, pois sem tal actividade não teria sido possível construir uma imagem séria e verdadeira de África. Outrossim, sem essa imagem seria impossível existir uma academia africana. Por isso Dirlik (2006, n.p) salientou que:

«impôs-se a necessidade de se unir o global e o local, o nacional e o transnacional, e as estruturas determinadas pelas trans-localidades num grande esforço renovado para capturar os todos sem ter que sacrificar as partes e vice-versa».

A nova historiografia africana permitiu aos historiadores africanos e outros estrangeiros africanistas levarem a cabo trabalhos que visavam cada vez mais derrubar ideias sobre a superioridade do homem branco em relação ao negro. Procuraram que o africano passasse a ser conhecido por aquilo que ele era verdadeiramente, mesmo tendo supostamente os seus defeitos e lacunas<sup>27</sup> como qualquer outro ser humano, independentemente da cor da pele. Portanto, a nova historiografia passou a criticar veementemente toda a história com argumentos que ofuscavam a imagem do africano e do seu continente, procurando demonstrar de forma propositada aquilo que não correspondia à realidade (Locke, 1969).

Com a nova historiografia africana e na diáspora africana, isto é, na América, surgiu um “novo negro”, com ideias que mais tarde se expandiram para África. Segundo Locke (1969), o “novo negro” reflectia uma nova maneira de ser e estar do negro. Era um negro acima de tudo pensante, que almejava a cooperação, a democracia, a igualdade entre todos os povos e raças no mundo. Pensava numa relação entre o homem branco e o negro baseada na equidade. Era um homem capaz de discernir quando estava a ser vítima de exploração e segregação racial perante o homem branco, O “novo negro” era um sujeito e não um simples objecto, capaz de se auto-afirmar. Portanto, tinha uma mente dinâmica, pois escapara à tirania da intimidação social e passara a estar liberto da psicologia da imitação e da inferioridade implícita<sup>28</sup>.

«Os jovens investigadores e professores formados nas antigas metrópoles com intuito de contribuir no progresso da construção da consciência nacional, uma vez regressados para o seu continente se engajaram fortemente na construção do Estado Nação, escrevendo deste modo uma nova história para a África, esta tarefa nas antigas colónias inglesas foi mais fácil, uma vez que, a política de administração que ali vigorou, isto é, a indirecta permitiu o dinamismo das civilizações e sociedades africanas, foi assim que foram feitas várias pesquisas e elaboradas importantes obras,

---

<sup>27</sup> <https://www.buala.org/pt/mukanda/o-novo-negro>

<sup>28</sup> <https://www.buala.org/pt/mukanda/o-novo-negro>

como por exemplo na Nigéria (Ibadan), foi divulgada uma obra colectiva de história de dimensão nacional, também no Gana Kwame N'Krumah teve a iniciativa de destacar uma história nacional de carácter pan-africanista consubstanciada a Du Bois, já nas outras colónias a história foi fortemente solicitada, no entanto a ideia da elaboração de uma outra história de carácter nacionalista teve um forte apoio das autoridades governamentais» (Diallo & Lima, 2020, p.283).

A historiografia africana apareceu para despertar o continente africano e a diáspora africana, tidos como adormecidos diante do processo histórico. Segundo a visão de carácter racista e eurocêntrica, que descartava de forma não convincente o uso da tradição oral como sendo fonte histórica, os africanos foram remetidos para o período designado de “pré-história”. Face a esta situação, os africanistas se engajaram afincadamente para que a história de África fosse considerada e estudada, o que contribuiu para o surgimento de escolas dedicadas aos estudos africanos tais como: Escola de Wisconsin nos EUA, Escola de Dakar de História Africana, Escola de Estudos Africanos de Dar es Salaam, Escola de Estudos Africanos da África do Sul, entre outras (Ferreira, 2010).

Segundo Filho e Nascimento (2019), foi indispensável que a África estivesse incluída nos debates académicos a nível mundial. Por exemplo, no Brasil diferentes pesquisas históricas faziam parte do quotidiano académico de intelectuais. Nos EUA e na Europa, os intelectuais também começaram a abordar questões relacionadas com a história de outros continentes de uma maneira geral, sem restrições, considerando outras regiões do planeta terra, onde a África era estudada como o continente mais antigo no que concerne às civilizações humanas.

Por outro lado, o conjunto de traços culturais africanos encontravam-se presentes quer seja na Europa como na América e tiveram uma grande influência sobre todo o mundo. Daí que as grandes discussões sobre a história da humanidade poderiam se tornar empobrecidas, se ficassem de fora as contribuições e produções intelectuais africanas. Por isso, não foi de se surpreender que diversas publicações brasileiras apresentassem contributos de intelectuais africanos, tal como o senegalês Diop e outros, que deixaram um grande legado na promoção dos estudos africanos (Filho & Nascimento, 2019).

Foi preciso que os africanos rejeitassem definitivamente o mito de que as suas sociedades eram “frias” e paradas. Ela (2013) salientou que foi necessário que acreditassem no dinamismo das suas sociedades, que utilizassem ferramentas e argumentos científicos que permitiram restituir a história de África perturbada pela violência colonial e outras ingerências. Para tal, foi também imprescindível que se investisse na formação académica dos jovens, factor determinante que permitiu compreender a história das sociedades africanas em acção e em transformação. Daí a razão dos Institutos de Estudos Africanos das diferentes universidades quer em África como na diáspora terem promovido pesquisas sobre as realidades dos países africanos, contando com o apoio dos homens de ciência conscientes da natureza investigativa.

Depois de tanta marginalização europeia, o continente africano saiu da obscuridade para se destacar no primeiro plano da cena internacional. A África e a sua população se transformaram num tema de grande interesse em todos os continentes. As pessoas, tais como peritos em políticas internacionais, economistas e o grande público em geral, interrogam-se a si mesmos sobre por exemplo: «Afinal quem são tais africanos que estão no centro das atenções da contemporaneidade? De onde eles vieram e o que eles fizeram até ao momento?» (Ki-Zerbo, 1999, p.9).

Por isso, Ki-Zerbo (1999), tendo em conta este destaque internacional de África e dos africanos, salientou em finais da década de 1990 que hoje não é necessário ser um historiador para notar que, a nível do mundo, de mês a mês, são publicados vários livros sobre a história do continente africano. Por isso, concluiu que era necessário que os africanos valorizassem e ressuscitassem a sua história, para se irmanarem e se identificarem por meio da sua memória colectiva.

Importa destacar que com o fim da Segunda Guerra Mundial (SGM) notou-se o despertar da personalidade negro africana. Conforme referencia Mbembe (2001), verificou-se a dinâmica na luta pelas independências que se expandiu pelo Terceiro Mundo e para África de modo particular. Os africanos manifestaram o desejo de reconquistarem a sua soberania, a fim de se tornarem livres e autónomos. Essas pretensões passavam necessariamente pela reapropriação

da sua cultura, conhecimento, capacidade de conhecer de forma autónoma o mundo, de representá-lo e de se auto-representar. A ideia era que a representação do africano deixasse de ser mediada pelo poder colonial e os primeiros esforços nesse sentido tiveram início na diáspora<sup>29</sup>.

No processo de reconstrução das sociedades africanas, segundo Ki-Zerbo (2009) as reflexões em torno da história do continente africano emergiram simultaneamente como um meio de tomada de consciência e instrumento de descolonização da historiografia, o que contribuiu para despertar o sentimento nacionalista e promover o desenvolvimento interno dos intelectuais africanos. Nas vésperas das independências da maioria dos países africanos, isto é, em 1959, decorreu em Roma o Segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, no qual se constatou o carácter incompleto e inclusivamente pouco científico dos trabalhos realizados por parte dos pesquisadores sobre o continente africano e o mundo negro em geral (Ela, 2013).

Foi assim que o Congresso dos Escritórios e Artistas Negros sugeriu que fosse empreendido um esforço especial na investigação sobre o estudo das transformações sociais que se registavam em África. O objectivo dessa proposta era que não se continuasse a repetir o discurso em que se encarava a África como um museu de antiguidade europeia. Para isso tornou-se urgente que nas universidades onde se ministravam ciências sociais e humanas fossem incutidos nos estudantes um novo espírito capaz de discernir a deturpação do verdadeiro processo histórico do negro africano (Ela, 2013).

Como consequência da obtenção das independências dos países africanos nos finais da década de 1950 uma nova historiografia africana começou a emergir:

«A partir do momento em que começou o processo de descolonização dos países africanos, a reconstrução da história do continente negro passou a ser desejada a partir de três bases que são: o primeiro elemento e mais custoso consistiu em descartar e denunciar a historiografia europeia desqualificante dos séculos anteriores, o segundo

---

<sup>29</sup> Cf. Amselle, Jean-Loup (2008), *L'Occident Décroché. Enquête sur les postcolonialismes*, Paris. Onde salienta que, as primeiras formas de auto-representação de África, imaginadas ou reais foram manifestadas a partir da passagem para o século XX, em locais diaspóricos, concretamente com as ideias e os congressos pan-africanos. Gradualmente transitou para o continente africano num processo que teve como protagonista na frente cultural, figuras como Cesaire e Fanon, e cuja natureza o célebre prefácio de Sartre ao Orfeu Negro de Senghor tão bem reflecte.

elemento consistia em construir uma história que permitisse aos países africanos que se nutrissem de sentimentos de pertencimento em si, fundamentados naquilo que ficou conhecido como pan-africanismo<sup>30</sup>, já o terceiro e portanto último movimento foi caracterizado por uma abordagem diferenciada que se levantou fundamentalmente contra a história eurocêntrica e elitista» (Silvério, 2013, n.p).

No entanto, o objectivo fundamental desses três elementos era de se escrever uma nova e verdadeira história sobre o continente africano, empreitada que já era levada a cabo por diferentes historiadores africanos, tal como Joseph Ki-Zerbo, Boubou Hama, Diop, Achille Mbembe (figura 7) e outros, que escreveram várias obras que visavam dismantlar os mitos europeus, a fim de se revelar a verdadeira história dos africanos (Felipe, 2020).

Os intelectuais a favor do enquadramento dos estudos africanos foram influenciados por diferentes acontecimentos e não somente pela descolonização. Uma das influências foi a luta dos afroamericanos pelos direitos civis nos anos 1960, ocorrida nos EUA. Essa luta teve um grande impacto na introdução dos estudos africanos em várias universidades americanas.

As reivindicações dos afroamericanos eram cada vez maiores e o governo americano receava a difusão do socialismo no seio dessa população, visto que se vivia no período da guerra fria (Ferreira, 2010). O tráfico negreiro transatlântico fez com que o continente americano fosse habitado por um grande número de negros de diversas linhagens. Segundo Ferreira (2010), como se sentiam excluídos, esses negros levaram a cabo várias manifestações, facto que contribuiu para que a história do continente africano também passasse a ser ensinada nas escolas, essencialmente ao mais alto nível de ensino. Foram feitos grandes investimentos pelo Estado americano, o que incentivou a classe de intelectuais negros. Os Mestrados e Doutorados sobre a história do continente africano multiplicaram-se face aos incentivos. A título de exemplo, no período compreendido entre 1963 e 1999 a Universidade de Wisconsin, que se destacou

---

<sup>30</sup> Foi um movimento de carácter social, filosófico e político que tinha como objectivo a redenção e a promoção da defesa dos direitos do povo africano, em África ou fora dela. Esse movimento tem origem nos países de colonização inglesa e pode ser entendido ou abordado sob duas Perspectivas, isto é, uma quanto ao projecto de libertação dos povos africanos e seus descendentes, e outra, quanto ao projecto de integração desses povos, em África ou ainda fora dela (Hernandez, 2005).

pelos seus estudos sobre a história africana, concedeu a oitenta e sete historiadores o título de doutorado.

Conforme já se fez menção, alguns intelectuais estrangeiros também eram a favor da existência de uma verdadeira historiografia africana. Tal como referiu Curtin (2005), citado por Ferreira (2010), o antropólogo belga Jean Vansina deu um grande contributo na elaboração de uma metodologia específica da historiografia africanista nos EUA. Ele liderou juntamente com Philippe Curtin (figura 13) na Universidade de Wisconsin um programa de pós-graduação em história do continente africano em solo americano, o que resultou na formação da primeira linhagem de africanistas americanos, dos quais muitos ainda estão em funções. Vansina e Curtin eram defensores de que o estudo da África deveria ser feito com base num programa que reunisse outras regiões do Terceiro Mundo, que ficou conhecido como “Program in Comparative Tropical History”.

A partir de finais do século XVIII começou-se a registar a desvinculação de alguns autores em relação às teses da historiografia colonial racista. Assim, de forma precoce teve início uma nova concepção sobre a África, defendida por diferentes individualidades, tais como filósofos, homens religiosos e ainda vários exploradores europeus, que comprovaram e produziram diferentes relatos sobre a organização das comunidades africanas e o carácter admirável das suas civilizações<sup>31</sup>. No entanto, a desqualificação da historiografia colonial carregada de preconceitos ampliou-se no século XIX e no início do século XX quase que se generalizou no seio dos historiadores europeus (Diallo & Lima, 2020).

Muitos historiadores europeus mostravam simpatia pela historiografia africana. Ainda segundo Diallo e Lima (2020), por exemplo muitas obras notáveis de historiadores europeus como Charles Monteil (1929) referente ao império do Mali, de Louis Tauxier acerca dos Bambara (1942) e ainda a obra de William Walton Claridge referente à costa do Marfim e à Costa do Ouro (Gana) em 1940, deram um contributo bastante positivo para a historiografia da parte Ocidental do continente africano<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

<sup>32</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

Ainda sobre a contribuição dos historiadores europeus, Hama (2010) salienta que a obra de Maurice Delafosse sobre as “Civilizações Negro Africanas” deu um grande contributo para a historiografia africana. Essa obra despertou a curiosidade, o que permitiu levar a cabo várias investigações que resultaram em diferentes descobertas fundamentalmente nos impérios do Sudão Ocidental nomeadamente, Gana, Mali e Songhai. O trabalho de Delafosse (figura 12) deu um novo e fecundo rumo à historiografia africana, que obteve maior profundidade temporal ao remontar ao século IX, aquando da criação do reino do Gana.

Além de Delafosse, podemos citar outros historiadores europeus tal como Yves Urvoy, que deu uma importante contribuição à historiografia africana sobre o Sudão Central. Urvoy focou a sua investigação sobre o império africano de Kanem-Bornou. Outrossim, Leo Frobenius, etnólogo alemão, demonstrou nas suas diversas obras interesse em relação à história das sociedades africanas. Foi um defensor da necessidade de serem realizadas pesquisas e publicações sobre a história das civilizações africanas (Hama, 2010).

Uma outra importante contribuição para a historiografia africana, de acordo ainda Hama (2010), foi a do antropólogo britânico Siegfried Nadel, que elaborou uma obra acerca do reino Nupè, que se situava na região da actual Nigéria. A sua obra foi intitulada “Byzance Noir” e debruçava-se sobre a organização das instituições africanas e ainda o auge atingido pelas mesmas nos distintos ramos da cultura material ou espiritual.

Segundo Hama (2010), importa também fazer menção a Hermann Baumann (1940), pesquisador europeu que fez uma investigação enciclopédica sobre as populações e as civilizações africanas, em especial à sua história. O contributo da obra de Baumann para a historiografia africana foi tão notável que até à hodiernidade constitui ainda uma grande referência<sup>33</sup>.

Assim, a partir de meados de 1950 começou-se a registar uma história que se preocupava com a pesquisa daquilo que enaltescesse o passado do continente africano, com vista a se desconstruir o mito da superioridade europeia.

---

<sup>33</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

Destacaram-se várias obras importantes, entre as quais a revista “Presence Africaine”, cujos artigos promoviam a ideia de um continente africano descolonizado.

O ano de 1950 foi muito importante no processo histórico africano, pois constituiu o momento da construção de uma nova historiografia africana, que surgiu graças ao trabalho de alguns intelectuais africanos que achavam que as explicações europeias sobre aquilo que era a história do continente africano eram deficientes, etnocêntricas e preconceituosas. Por essa razão, tudo fizeram no sentido de se produzir uma narrativa histórica cientificamente aceita sobre a África. Recorreram a teorias e metodologias que englobavam as diferentes fontes disponíveis, nomeadamente a Linguística, os vestígios arqueológicos e a criticada tradição oral. Fruto do trabalho desses intelectuais, em 1980 a história do continente africano foi considerada internacionalmente como uma área de pesquisa consolidada, totalizante e acima de tudo problematizante (Barbosa, 2012).

Segundo Diallo e Lima (2020), entre os principais centros de investigação e difusão sobre a História de África no período entre 1950 a 1960 destacaram-se: a Universidade de Dakar no Senegal, o Makerere Colege Kampala no Uganda, o Gordon College Cartum no Sudão e a Universidade de Nairobi no Quênia. No que concerne aos espaços de difusão e discussões sobre a história do continente africano destacaram-se o Congresso Internacional sobre a História de África (CIHA) em 1965 na Tanzânia; o Congresso de Africanista de 1961; e o de Yaoundé nos Camarões em 1975. Importa lembrar também que a elaboração da HGA de 1965 a 1999, sob coordenação da UNESCO, foi um grande marco na emergência e difusão da historiografia africana<sup>34</sup>.

Os historiadores sobre a história do continente africano foram consensuais em afirmar que até finais do século XIX a historiografia estava fundamentalmente alicerçada em concepções ou ideias fantasmagóricas sobre um continente bárbaro, terra sem história. A produção intelectual da época indicava que a história de África não era conhecida. O passado do continente africano era desprezado, enaltecendo-se uma única visão etnocêntrica, baseada na

---

<sup>34</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

autoidentificação da Europa como modelo de civilização<sup>35</sup>. Daí ter havido a necessidade de se desconstruir tais concepções, com vista a se restabelecer a regularidade científica do processo histórico africano (Diop, 1964; Appiah, 1997; Mbembe, 2001; Ki-Zerbo, 2009; Mudimbe, 2013).

Segundo Coelho (2011), o pensamento pós-colonial foi uma grande alavanca para a historiografia africana que começou a se tornar autónoma a partir da diáspora, concretamente nos EUA e na Europa. Académicos oriundos do Sul e outros despidos de concepções eurocêntricas contribuíram para esse processo desenvolvendo discursos críticos contra as teses eurocêntricas que tinham do Sul e do continente africano em particular uma ideia de espaços falhados, que eram encarados com negatividade. Razão pela qual Dirlik (2006, n.p) salienta que «o pós-colonialismo rejeita os grandes relatos temporais, e as construções espaciais que excluem a heterogeneidade das experiências históricas».

Ainda segundo Filho e Nascimento (2019), os intelectuais africanos tornaram-se mais sonantes no período pós-independência, quando denunciaram a inferioridade cultural e racista a que estiveram sujeitos durante muitos anos. Com os seus estudos procuraram saber as razões ou a lógica da civilização europeia considerar-se superior. Também tentaram evidenciar as consequências da colonização, pois promoveu a subordinação, desestruturou sociedades, economias e culturas africanas. Denunciaram o autoritarismo, as relações de género e de classe desiguais. A actividade desses intelectuais foi desenvolvida por meio de produções culturais, via oral ou por escrito, com vista a dignificar o homem negro, e para que as relações entre o homem branco e negro fossem baseadas na igualdade.

Quando os países africanos se tornaram independentes, os intelectuais africanistas acharam também conveniente rever a história de África, que estava subordinada aos distintos estereótipos europeus. Por isso, Ferreira (2010) salientou que, tão logo foi alcançada a independência, os primeiros trabalhos no plano académico tinham como foco escrever a história de África segundo o ponto de vista dos próprios africanos. O objectivo era negar os estereótipos comumente aceites sobre a África, como por exemplo a ideia de um duradouro

---

<sup>35</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

atraso institucional e de falta de dinamismo das sociedades africanas. Foi assim que a primeira geração de africanistas, para se distinguirem dos historiadores imbuídos de eurocentrismo, procuraram a todo o custo escrever a verdadeira história de África, congregadora e isenta de preconceitos<sup>36</sup>.

A historiografia Ocidental não tinha uma concepção do processo histórico de África e dos africanos. Por isso, segundo Coelho (2011) surgiram alguns historiadores africanos a favor do enquadramento de uma história de África, entre os quais Cheikh Anta Diop, considerado como um dos fundadores da historiografia africana moderna. A historiografia africana moderna consistiu na negação dos ditames da historiografia imperial ou Ocidental, que durante o período colonial ditou a falsa ideia de que ela era a história mais antiga da humanidade. Com a destruição desses ideais, a África passou imediatamente a ser analisada como parte integrante da história universal, como um continente uno e singular.

Neste mesmo diapasão, Diouf (1999) salienta que a atitude de Cheikh Anta Diop, Ki-Zerbo e Ade Ajayi sobre aquilo que é a história do continente africano fez com que a concepção da tradição gloriosa do passado africano e do colonialismo como factor de destruição da história da África Subsaariana continuasse presa a uma história de tempo linear, conforme apresentada pela Filosofia iluminista. Ainda na mesma senda, Jewsiewicki e Mudimbe (1993, n.p) salientam que:

«Surgiu deste modo um paradoxo, isto é, embora que ela se constitua como alternativa radical a exclusão hegeliana de África do território da humanidade, constitui também uma extensão lógica do pensamento ocidental, tendo as suas raízes na epistemologia do século XIX».

Os intelectuais do continente africano ultrapassaram as balizas criadas pela historiografia. Por isso, Filho e Nascimento (2019) revelam que eles também reclamaram o direito de representar os momentos, as invenções e as descobertas vivenciadas pelas populações africanas ao longo do tempo. Também reclamaram o direito de escrever a sua própria e verdadeira história, quebrando os preconceitos criados pelos europeus e as suas consequências nas sociedades pós-coloniais. Entre os vários intelectuais que participaram deste

---

<sup>36</sup> -Cf. Newbury, David. *Historiography*. In: MIDDLETON, 1997.

processo referencia-se a escritora Chimamanda Adichie, de nacionalidade nigeriana, que a partir dos seus trabalhos literários fez várias críticas e questionou a subjugação das mulheres africanas, duramente injustiçadas não só na Europa como no seu próprio continente.

Para convencer o mundo europeu e não só de que a África é parte integrante da história universal e que os africanos também produziram história, Diop (1974, p.533-534) refere:

«Por meio de escavações arqueológicas, provou-se mais uma vez que alguns esqueletos tidos como pré-humanos também foram encontrados no continente negro perdurando de quatro a cinco milhões de anos, os africanos foram os primeiros a organizar expedições de pesca e a se engajar na actividade mineira, pois, os restos de instrumentos encontrados insinuaram que houve no passado uma cultura primitiva baseada na pesca e um certo domínio da metalurgia durante o neolítico».

Tem-se dito que a necessidade leva o individuo a inventar qualquer coisa para poder sobreviver ou vencer algum obstáculo. Portanto, não é verdade quando alguns historiadores europeus alegaram que os povos africanos permaneceram inertes e não inventaram nada.

O trabalho dos historiadores em escrever a história de África foi necessário, urgente e complexo. Exigiu a cooperação de todos os intelectuais comprometidos, não só africanos como também estrangeiros africanistas. Com esses intelectuais desenvolveram-se ideias de uma história total e não de carácter eurocêntrico. Obviamente, estes intelectuais acabaram por estar sobrecarregados, porque eram em número reduzido na labuta de tornar claro o carácter informativo e explicativo dos textos históricos e a sua importância didática (Barbosa, 2018).

Ao se escrever uma nova história de África, livre de preconceitos e discriminações, segundo Ela (2013) foi necessário também lembrar as verdadeiras relações que se estabeleceram entre europeus e africanos. Foram demonstrados exemplos concretos de realizações dos africanos que desconstruíram o mito de uma África sem conflitos e história. As mudanças e progressos dos africanos foram evidenciados como prova do seu dinamismo e verdade histórica. Os africanos precisaram demonstrar de forma aberta que eram

contra qualquer forma de discriminação, principalmente racial fruto da dominação colonial. Só assim foi possível ter uma outra África, que já não era tida como fantasmagórica, mas sim ambígua, uma vez que estava marcada pela reconstrução do seu passado e os conflitos do presente.

Também através da expansão do cristianismo, os africanos aprenderam que todos os homens são iguais perante Deus. Foi assim que o mito da superioridade branca também foi desconstruído. Actualmente, os europeus para não terem o complexo de culpa sobre as consequências do tráfico de escravos, face ao despertar da personalidade do negro, tendem a usar o esquecimento histórico. Mas, tal não é possível porque têm-se dito que “perdoar sim, mas esquecer nunca” (Kamabaya, 2014).

Como consequência da má interpretação da história de África, fruto das falsas ideias elaboradas por alguns intelectuais europeus, até Portugal que prolongou com o processo de colonização em África, preocupa-se com a restituição do verdadeiro passado de África. Tal como Rodrigues e Rodrigues (2011, p.11-12) referem:

«Actualmente o olhar sobre este continente e dele sobre o mundo, tendo em conta a globalização, a expansão de ideias, bens e serviços, com destaque as migrações transnacionais, exige de todos um grande esforço de compreensão, por isso, por exemplo em Portugal, têm sido realizados vários colóquios com múltiplas vozes a cargo de distintas instituições tais como, o Centro de História de Além Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, albergando especialistas nacionais e estrangeiros de diferentes áreas do saber, destacando ainda a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a Direção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT) do Governo dos Açores, estas organizações revejam-se particularmente aos espaços africanos onde a presença portuguesa foi mais forte».

Depois de tantos anos de colonização, fruto dos distintos níveis de escolaridade alcançados, quer seja em África, na Europa e não só, alguns africanos se tornaram conscientes daquilo que o jugo colonial lhes submetia. Juntamente com europeus e americanos progressistas começaram a levar a cabo estudos sobre

a África e a luta anticolonial, desmascarando assim os mitos destinados a perpetuar a dominação estrangeira<sup>37</sup>.

A UNESCO levou a cabo acções que tinham em vista a promoção e a simplificação de reuniões de cooperação entre especialistas, colocando como condição primordial de investigação e estudo da história de África a recolha sistemática de tradições orais. Assim, a partir de 1966 esta organização sugeriu e promoveu um projecto de elaboração de uma HGA, atendendo aos anseios dos intelectuais e dos países africanos, cuja concretização foi possível a partir de 1969 (Ki-Zerbo, 2010).

Segundo Santos (2019, p.118), surgiram historiadores que levaram a cabo estudos sobre o continente africano, baseando-se em paradigmas relacionados com a própria África e não em normas ou padrões de carácter eurocêntrico. Este grupo de historiadores fez parte da comissão que elaborou a coleção de HGA, organizada pela UNESCO. Tal como já se fez menção, entre esses autores contavam-se Joseph Ki-Zerbo do Burkina Faso, Fernando Mourão do Brasil, Ali Mazrui do Quênia, John Donnelly Fage do Reino Unido, Jan Vansina da Bélgica, Abdul Sheriff da Tanzânia e Jacob Adeniyi Ajayi da Nigéria. Estes historiadores, alguns dos quais eram estrangeiros, também fizeram parte da união dos primeiros investigadores sobre a história de África.

«Importa salientar que, este grupo de investigadores sobre a História da África, serviram de fonte de inspiração e modelos para um outro grupo de investigadores que passaram a ser designados por pós-UNESCO, entre os quais destacamos: Carlos Moores de Cuba, Elíxia M'Bokolo (figura 9) do Congo, Paul Lovejoy dos Estados Unidos da América, Alberto da Costa e Silva do Brasil, John Iliffe do Reino Unido, Luiz Felipe de Alencastro do Brasil. Estes investigadores escreveram várias temáticas relacionadas com o continente africano, destacando-se como por exemplo Paul Lovejoy em sua obra intitulada “A Escravidão na África: Uma História de suas Transformações (2002)”, a obra de Luiz Felipe Alencastro intitulada “Trato dos Videntes (2000)” e tantas outras obras cujo pendor de investigação estavam ligadas ao estudo da África para demonstrar ao mundo e enquadrar a África como parte integrante da História Universal, descartando-se a teoria eurocêntrica em relação a falsa ideia da

---

<sup>37</sup> - Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe.

imobilidade dos africanos e isenção do processo histórico do continente africano» (Santos, 2019, p.118).

É de salientar que, fruto da valorização de um estudo aprofundado sobre a história do continente africano, com vista a despertar o interesse dos pesquisadores académicos ligados à história, localizados em África e em outros continentes, elaborou-se o seguinte trabalho científico:

«A História Geral de África (HGA) está escrita numa coleção de 8 volumes compostos por 900 páginas cada um, foi um trabalho colectivo realizado sob auspício da UNESCO que tinha grande preocupação em intensificar o seu trabalho na África, com a duração de 35 anos no seu período inicial, isto é, de 1965 a 1999. No primeiro congresso internacional dos africanistas, que teve lugar no Gana, isto é, na sua capital, de 11 a 18 de dezembro de 1962, foi apresentada a ideia de se realizar ou escrever uma História Geral de África. Vansina (1993), referenciado por Barbosa (2018), salienta que no ano 1963, a ideia do projecto foi retomada na reunião da fundação da Organização da Unidade Africana e no ano seguinte na 16ª Conferência Geral da Unesco, foi aprovada como sendo um dos projectos de colaboração científica internacional, a partir daí teve início o verdadeiro projecto da História Geral de África como tal» (Barbosa, 2018, p.401-421).

O encontro realizado na Etiópia, isto é, em Adis Abeba, aquando da fundação da Organização de Unidade Africana (OUA) teve um papel primordial na composição da HGA. Os participantes nesse evento definiram como meta estudar a história do continente africano. Nessa reunião foi notória a criação de uma lista das questões que deviam ser abordadas pela HGA. De acordo com a OUA, a África precisava de ser estudada de forma total, portanto sem quaisquer exceções (Barbosa, 2018).

Para a HGA, ainda de acordo com Barbosa (2018), os africanos deviam ser vistos como sujeitos da sua própria história e não como simples objectos. O projecto era que África e os africanos constituíssem o centro da investigação histórica, tendo em conta as suas ideias e culturas. Para isso, seriam necessárias abordagens problemáticas e não ideias de carácter dogmático ou alheias aos africanos.

Segundo Ki-Zerbo (2010), a HGA divulgada pela UNESCO sob o cuidado do Comité Científico Internacional (CCI) apareceu por causa das várias versões

falaciosas que visavam obstruir a imagem histórica dos africanos. A HGA foi uma obra colectiva, que tinha como objectivo compreender de forma clara a evolução das sociedades e culturas africanas, demonstrando a relevância dos contributos de África para a história universal. A HGA nasceu graças ao contributo das nações africanas recentemente independentes e com o grande auxílio da UNESCO. Uma das suas principais características é o estudo da história total de África, para demonstrar o progresso histórico do continente africano e as suas relações com outros povos do mundo.

Em paralelo, houve de facto uma grande preocupação por parte de intelectuais estrangeiros africanistas em estudar a história de África. Essa preocupação ainda prevalece na hodiernidade. Segundo Ferreira (2010), até o governo brasileiro em 2003 obrigou o ensino da história de África em todos os níveis educacionais do país. Uma vez que se trata do país com o maior número de afrodescendentes, os alunos brasileiros eram ensinados sem obterem o mínimo de conhecimentos sobre a história da África Subsaariana. Hoje, graças aos esforços de pesquisadores e professores universitários brasileiros, a situação mudou consideravelmente, pois têm-se dedicado aos estudos sobre o passado e o presente do continente africano, em diversas áreas, como a Antropologia e a Sociologia.

Mesmo antes da chegada dos europeus na costa atlântica de África, os africanos já tinham relações comerciais com o mundo. Davidson (1976), salienta que houve regiões em África que não ficaram afastadas do resto do mundo. Existiram contactos entre África e os outros continentes ao longo dos séculos. No princípio do século XV antes de os navegadores portugueses chegarem ao litoral atlântico, registou-se ligações entre o Ocidente de África e o mundo mediterrâneo, entre a África Oriental e alguns territórios do litoral índico. Existiram também durante séculos rotas de caravanas através do deserto do Saara, que eram percorridas por homens e camelos carregados de produtos para trocas comerciais. Por meio dessas rotas saarianas, o Ocidente de África importava diversas mercadorias do Norte de África, do Próximo Oriente e da Europa, tais como sedas, tecidos especiais, espadas de ferro e aço. Estas

relações mercantis aproximaram a África Oriental da China, da Índia e da Arábia<sup>38</sup>.

Esta fase é descrita por alguns historiadores, segundo Dilolwa (2000), como sendo um momento em que os reinos africanos eram suficientemente desenvolvidos quando comparados com os reinos europeus. Em certos aspectos, como os morais e os sociais, os reinos africanos eram superiores aos europeus.

Importa também sublinhar que o tráfico de escravos não somente teve consequências nefastas para a África e os africanos, mas contribuiu bastante para o desenvolvimento económico e social da Europa. Graças ao trabalho manual dos africanos e ao comércio desigual, dentro do seu próprio continente, mas também na Europa e fundamentalmente no continente americano, os africanos contribuíram para que os europeus acumulassem enormes riquezas.

Por isso, Davidson (1976) salientou que a utilização de africanos nas colónias da América e das Caraíbas, isto é, nas plantações e minas, permitiu à Europa a acumulação de riqueza e poder. Em contrapartida, o continente africano perdeu a sua riqueza humana. Os países europeus sobretudo a França e a Inglaterra tiraram grande benefício do “comércio triangular”, que lhes permitiu a acumulação do capital e conseqüentemente o surgimento da revolução industrial. Por isso mesmo, podemos afirmar que o tráfico negreiro e a escravatura contribuíram bastante para promover o arranque da revolução industrial na Inglaterra, que mais tarde se expandiu para outros países europeus e não só. Mais uma vez temos um exemplo de como o africano contribuiu para um aspecto da história universal, neste caso para a revolução industrial.

Ainda como prova de que os africanos nunca foram indolentes, tanto antes como depois do contacto com os europeus, importa destacar o papel desempenhado por eles nas duas guerras mundiais. Os africanos ajudaram na defesa das metrópoles ou do homem branco. O continente africano foi um fornecedor de milhares de militares, que nos campos de batalhas equiparam-se e muitas vezes superavam os brancos (M'bokolo, 2004).

---

<sup>38</sup> - Cf. As descrições dramáticas destas caravanas nos escritos de viajantes árabes antigos.

Ainda segundo M'bokolo (2004), nos conflitos mundiais os negros notaram que o homem branco também tinha as suas debilidades, pois passava fome, frio, morria de sede, com tiros, enfim. Isto contribuiu para acabar com o mito que alegava a superioridade e invencibilidade do homem branco. Em resultado, houve desilusões e a rejeição da exploração do homem branco contra o negro, isto é, da colonização.

Ainda de acordo com Diallo e Lima (2020), os historiadores e outros pesquisadores africanos, ao reverem a história, tiraram o continente africano do silêncio, ao qual foi condenado pela colonização europeia. Com eles, a história passou a servir de porta-voz de uma série de interrogações, cujo objectivo era reverter a historiografia colonial, com vista a se revalorizar a consciência histórica dos povos africanos. A orientação da historiografia africana actual resultou de uma ruptura epistemológica feita por uma ideologia de carácter anticolonialista e pelas lutas de libertação. Por isso, tornou-se necessário fazer constar no currículo das cadeiras de história de África presentes em várias universidades reflexões críticas sobre aquilo que é a produção historiográfica.

«As independências dos países africanos permitiram para que a História se transformasse em uma disciplina não só de ensino como também de pesquisa, por causa das profundas mudanças de ordem ideológica e política. Foi assim que, a historiografia africana passou a focalizar-se nas dinâmicas internas das sociedades no que concernia as escolhas próprias dos africanos, suas iniciativas endógenas, descartando todo tipo de imposição de elementos externos, encaminhando deste modo a historiografia para novas problemáticas, novas metodologias e novo objecto historiográfico» (Diallo & Lima, 2020, p.282).

Segundo Ba (1972), o fim da SGM teve uma influência muito forte na historiografia africana por vários motivos. Em primeiro lugar, permitiu a tomada de consciência e a aspiração de se libertar do jugo colonial. Em segundo lugar, como já se fez referência, permitiu o desmantelamento do mito da suposta superioridade Ocidental. Simultaneamente, a emancipação da Índia (1947) e ainda o surgimento da República Popular da China (RPC) em 1949 contribuíram para que no continente africano surgissem novas ideias ligadas à liberdade.

Sobre este diapasão, Diallo e Lima (2020) afirmaram também que a historiografia ao longo do tempo já tinha considerado a África como objecto de estudo. No

entanto, a nova corrente historiográfica que passou a dar ênfase à historicidade dos povos africanos, qualificada como historiografia moderna, somente emergiu com o despertar nacionalista no seio dos africanos, mais concretamente com o fim da SGM.

Um outro aspecto a se ter em conta foi o Congresso de Manchester realizado em 1945, logo após o fim da SGM. Nesse congresso se defendeu a ideia de que o governo dos africanos deveria ser dos próprios africanos. O congresso, que teve como suporte o ideal-pan-africanista, incentivou os intelectuais africanos a formarem partidos políticos. Outrossim, importa referenciar que dois outros importantes congressos desempenharam um grande papel na historiografia africana. Foram eles o Congresso de Paris em 1956 e o de Roma em 1959. No primeiro se expôs a necessidade de uma independência cultural urgente para a África. Essa independência cultural deveria apoiar-se em três pilares: 1) não há povo sem cultura; 2) não há nenhuma cultura que não tenha antepassados; e 3) nenhuma libertação cultural é verdadeira se não for precedida de uma libertação política<sup>39</sup>.

Segundo Samb (1992), o congresso realizado em Roma estabeleceu condições para uma importante alteração na historiografia africana. Os historiadores africanos reunidos pela primeira vez com outros escritores e artistas negros resolveram que deveriam escrever a história do seu próprio continente. Nesse congresso foi fundado um subcomité para facilitar o trabalho dos historiadores e adotou-se uma resolução especial, que se referia a dois aspectos importantes da historiografia africana.

Os dois aspectos, que descartavam a historiografia de carácter racista ou Ocidental, eram, tal como refere Samb (1992, citado por Diallo & Lima, 2020, p.280):

«O primeiro aspecto consistia na denúncia aberta feita a todo o pensamento historiográfico de carácter colonial, e aconselhou-se que se retirasse todos os manuais coloniais no programa de formação das instituições escolares africanas, visto que, segundo a visão do subcomité, tais manuais eram a causa da alienação da verdadeira história de África, por isso deveriam ser imediatamente substituídos por outros

---

<sup>39</sup>Cf. PRESENCE AFRICAINE, 1959.

produzidos por historiadores africanos com vista a se enraizar os jovens estudantes africanos na sua própria cultura. A resolução também estimulava os governos africanos a seguirem o grande exemplo que se verificou na Nigéria, onde se criou arquivos para se preservar os seus patrimónios históricos».

«O segundo aspecto consistia no aporte histórico da cultura negra, a partir das investigações sobre a civilização do Egipto faraónico, o que constituiu uma verdadeira resolução, numa época em que quase não se ensinava a história pré-colonial do continente africano».

Ainda sobre este segundo aspecto, Samb (1992) salienta que o estudo do Egipto faraónico teve uma grande ressonância nos territórios que estavam sob dominação francesa, onde se destacou a emergência de uma historiografia contestatória. Nesses territórios, durante o período em que se reclamava a independência surgiram várias publicações, como em 1954 a obra “Nações Negras e Cultura” do historiador senegalês Cheikh Anta Diop. Esta obra, que transformou Diop num dos pioneiros da historiografia africana moderna, está estruturada em duas partes. A primeira aborda a questão da origem da civilização egípcia e a sua íntima relação com as culturas negro-africanas. A segunda parte analisa a diversidade cultural da África negra, com especial destaque para as línguas.

A problemática que sobressai da obra “Nações Negras e Cultura” de Diop estava intimamente relacionada com a crítica à historiografia colonial, que era uma fonte de alienação. Estava ainda associada à constituição de uma verdadeira história para a África, que teria uma visão geral do passado do continente tendo como ponto de partida o Egipto antigo. É necessário colocar essa obra no seu contexto histórico, para se entender o papel que desempenhou na modificação da historiografia africana (Diallo & Lima, 2020).

Diallo e Lima (2020), acrescentam ainda que a ideia de libertar o continente africano generalizou-se entre os líderes afro-americanos, dos mais moderados aos mais radicais. As ideias pan-africanas foram assimiladas pelos intelectuais africanos que residiam na Europa, especialmente na Inglaterra e em França. Foi a partir deste movimento que emergiu uma corrente de pensamento designada Negritude, que defendia a valorização e a defesa da personalidade colectiva dos povos negros.

Segundo Appiah (1997), a Negritude foi uma corrente que se alimentou das ideias pan-africanas promovidas a partir dos EUA em finais do século XIX e iniciadas por intelectuais como William du Bois (figura 10) e Marcus Garvey. O pan-africanismo foi inicialmente um movimento que estava relacionado com as reivindicações dos negros nos EUA e nas Antilhas. No entanto, os negros americanos não se limitaram apenas a lutar pelos seus direitos nos EUA. Nos mais variados congressos que realizaram defendiam os direitos dos negros residentes em África.

A corrente da Negritude preocupou-se com a Nova Historiografia Africana. Segundo Diallo e Lima (2020), a Negritude defendia a ideia de se retornar aos valores culturais africanos. Assim, para esse movimento era indispensável a reelaboração das narrativas históricas sobre o continente negro. Os teóricos da Negritude ajudaram na reformulação da historiografia através das críticas que fizeram ao sistema colonial e das suas interrogações. Contribuíram deste modo para o desmantelamento dos fundamentos ou justificações coloniais, que alegavam a inexistência da história de África e a superioridade da civilização Ocidental.

Entre os intelectuais europeus que se associaram ou demonstraram simpatia pelo movimento da Negritude contavam-se Theodor Monod, Jorges Hardy, Robert Delavignette e Leo Frobenius. Em 1935, Theodor Monod escreveu na introdução do romance de Ousmane Socè Diop com o título “Karim” o seguinte: «O homem negro não é um indivíduo sem passado, ele não caiu de uma árvore anteontem, o continente africano é realmente rico em vestígios pré-históricos, é um absurdo continuar a olhar a África como se fosse uma tábua rasa em que na sua superfície pode-se construir qualquer coisa» (Ba, 1972).

Importa também destacar que a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia de 18 a 24 de Abril de 1955, desempenhou um papel no reforço do despertar da personalidade africana. Nessa conferência referiram-se ideias que ajudaram ao despertar dos africanos face à exploração branca a que estavam sujeitos. Algumas dessas ideias foram o respeito pelos direitos humanos, pela soberania e a integridade territorial, o respeito pela justiça, a não ingerência ou a recusa da pressão de um Estado sobre outro, e fundamentalmente a igualdade

entre todas as raças. A ideia de igualdade entre as raças contribuiu para que os africanos lutassem pacificamente e violentamente contra a colonização, com vista a alcançarem a autodeterminação e a resgatarem a sua história que tinha sido deturpada (Monteiro, 2000).

Como consequência do fim das guerras mundiais e do contributo dos intelectuais africanos e africanistas para o despertar da personalidade africana a concepção da primitividade dos povos africanos, tidos como antepassados dos europeus que estavam no topo do progresso da humanidade, começou a desaparecer<sup>40</sup>. Actualmente é conhecido que o mito de que o africano não tem história é uma mera invenção da ideologia colonial<sup>41</sup>. Vários dados confirmaram que foi em África o local onde nasceu a razão<sup>42</sup> (Ela, 2013).

Por isso mesmo, Ela (2013) acrescenta que definitivamente as sociedades africanas passaram a ser encaradas pela sua própria historicidade. Elas apresentaram marcas indeléveis, que confirmaram o seu dinamismo e a sua participação no processo histórico universal. Hoje a África é analisada de maneira geral, não se estuda só o que ela é, mas a sua conservação e transformação incessante. Para além das especificidades locais, também são evidentes as suas invenções, mudanças e estratégias de desenvolvimento. O estudo destas vertentes tem-se repercutido na desconstrução das falsas teorias e conceitos outrora criados pelo sistema colonial europeu:

«A recuperação da memória histórica de África brutalmente apagada pela prática da escravatura foi urgente, pois a falsa ideia de que a África não tinha cultura, e que assim sendo era necessário a colonização ocidental, que consistiu na exploração dos africanos a todos os títulos, estes preconceitos todos estiveram na base do crescente interesse dos estudiosos negros em restabelecer a verdadeira história do seu continente, tarefa que se afirmou principalmente desde a década de 30 do século XX, com o movimento da negritude<sup>43</sup> francesa e de mais movimentos que estavam preocupados com a restituição das culturas oriundas em África e espelhadas na diáspora, foi assim que apareceram nas universidades dos E.U.A, programas tal como o Black Studies que tinha em vista ensinar aos estudantes negros conhecimentos sobre

---

<sup>40</sup> Cf. Auguste Comte. Cours de Philosophie Positive (1830-1843). Discours sur l'esprit positif.

<sup>41</sup> Cf. Hegel, La Raison dans L'Histoire.

<sup>42</sup> Cf. DIOP, Cheikh Anta, ou l'honneur de penser.

<sup>43</sup> Termo utilizado pela primeira vez por Aimé Césaire no célebre *Cahier d'un retour au pays natal* (1938).

a sua própria cultura ou história, que outrora não faziam parte das disciplinas históricas norte americanas, senão apenas questões sobre a escravatura ou a imposição de uma história branca de matriz anglo-saxónica» (Miceli, 2011, p.354).

Os intelectuais africanistas realizaram vários trabalhos com o objectivo de restabelecer a história do continente africano, destruindo assim a péssima imagem que se tinha de África e que fora criada por alguns historiadores europeus.

Por isso, Miceli (2011) neste diapasão salienta que os primeiros trabalhos de intelectuais como William Du Bois, Richard Wright, Frederick Douglass e tantos outros foram essenciais para o iniciar de uma reflexão inovadora acerca do passado e do presente africano. Foram também fundamentais para que se encarasse os africanos e os seus descendentes na diáspora não como meros objectos passivos, mas sim como sujeitos pensantes e activos no quadro do processo histórico universal.

Assistiu-se assim ao despontar da personalidade africana na historiografia moderna. Davidson (1976) mencionou que, ainda durante o período colonial, surgiram alguns africanos, americanos e descendentes de africanos nas Índias Ocidentais que se destacaram na luta pela reconstrução do passado de África. Entre as personalidades que mencionou contavam-se Edward Blyden, que era liberiano por adopção, Caseley Hayford, do Gana, e também William Du Bois (figura 10), dos EUA. Neste último país, os negros viviam os mesmos problemas que os africanos em África. Estas personalidades deram um grande contributo para a história africana, pois actualmente ainda se ouve eco das suas palavras.

Ainda segundo Davidson (1976), William Du Bois é considerado o pai da visão moderna da história africana, pois defendia o princípio de que os africanos têm uma história que é e será sempre digna de respeito. Du Bois reflectia as ideias de Edward Blyden, que defendeu que o continente africano não era uma ilha, isolada dos outros continentes do globo, e separada através dos tempos, sem que tivesse influenciado os destinos da humanidade. Pelo contrário, o continente esteve sempre ligado a todos os factos que marcaram e marcam a história universal.

Outrossim, Du Bois foi um impulsionador das ideias da unidade pan-africana. Caseley Hayford, do Gana, e outras personalidades das colónias britânicas na África Ocidental, também defendiam ideias semelhantes. Caseley Hayford referiu que antes dos britânicos chegarem a África os africanos eram desenvolvidos porque já tinham as suas próprias instituições e possuíam também os seus próprios sistemas de governo<sup>44</sup>, ou seja, tinham formado Estados (Davidson, 1976).

No entanto, a partir do emaranhado de mitos europeus erguidos contra a história da África Subsaariana, actualmente os próprios africanos, e não só, leem, despertam, desconstroem e reescrevem os textos caluniosos produzidos no passado, com vista a esclarecerem e definirem a sua própria história, cultura e existência. O africanismo desde o seu surgimento tem vindo a produzir e a promover sistematicamente conhecimentos que visam fazer emergir discursos africanos sobre África, enquanto continente integrante da história universal. O objetivo é que se possa ter uma nova visão sobre a personalidade africana e enaltecer a história intelectual da África contemporânea (Mudimbe, 2013).

## **2.2-África Berço da Humanidade e da Primeira Civilização**

A historiografia africana despertou a atenção de muitos historiadores a nível internacional, principalmente quando se comprovou que a civilização egípcia é de origem negro-africana e que a África era de facto a terra natal do homem. Chegou-se a essa conclusão com o auxílio de investigações arqueológicas feitas na parte Leste de África, isto é, na Tanzânia e na Etiópia, bem como na faixa Meridional, especialmente na África do Sul. Apesar da veracidade dos resultados da pesquisa arqueológica, alguns historiadores de pensamento eurocêntrico continuaram céticos e descontentes com essa constatação quanto ao papel do continente africano no surgimento da humanidade (Silva, 2010).

Os povos africanos em vários aspectos relevantes da sua evolução, «encontravam-se a frente dos seus vizinhos do continente europeu e da Ásia Ocidental, destacando-se durante vários milhões de anos entre os avançados do progresso humano» (Davidson, 1981, p.5).

---

<sup>44</sup> Cf. Basil Davidson (1976), Guia para a História de África.

Ainda segundo Davidson (1981), até Darwin, uma das mais reputáveis mentes do século XIX, afirmou isso há cem anos, numa altura em que a maior parte dos cientistas achavam que o berço da humanidade era a Ásia Central. Mas, Charles Darwin estava convicto de que algum dia seria demonstrado que o berço da humanidade é o continente africano. É precisamente isso o que se tem registado nos derradeiros 30 anos, em que pesquisas feitas pelos arqueólogos permitiram descobrir ossos fossilizados na Tanzânia, em Olduvai, e em muitos locais. Com isso, comprovou-se a previsão de Darwin de que a África é de facto o local de nascimento da humanidade e o lugar de algumas das primeiras e decisivas fases da evolução do homem. Actualmente, não há dúvida de que a humanidade nasceu mesmo em África, e, mais precisamente na região Subsaariana.

Parafrazeando Nsiangengo et al. (2018), os seres humanos surgiram no continente africano, onde foram encontrados numerosos vestígios ósseos pertencentes aos mais antigos e primeiros seres humanos, através de escavações arqueológicas feitas na África do Sul, na Tanzânia, no Quênia e na Etiópia. Os seres humanos mais antigos diferenciavam-se dos demais animais por causa da sua posição erecta, bípede e do desenvolvimento do cérebro, que os tornou racionais ou inteligentes. A inteligência permitiu que os primeiros seres humanos em África fizessem várias descobertas fundamentais para a história da humanidade, entre as quais o fogo através da fricção de duas pedras e criassem também diferentes instrumentos de pedra e madeira para a realização das suas actividades.

Segundo Davidson (1976), os primeiros seres humanos eram negros e habitavam em espaços com imensas florestas virgens, com calor e frio excessivamente severos, com perigosos e enormes animais. Nem todos estes seres primitivos conseguiram sobreviver. Por isso, algumas espécies extinguiram-se e desapareceram. As que conseguiram resistir tornaram-se antepassados dos seres humanos actuais, isto é, de todas as raças humanas, independentemente da cor da pele. Estes antepassados do homem nasceram no continente africano, por isso pode-se afirmar que a África é sem dúvida o local onde pela primeira vez apareceu a humanidade.

Os cientistas consideraram o continente africano como o lugar verdadeiro da origem da humanidade porque foi a única região do planeta terra onde foram encontrados os mais antigos fósseis de homínídeos com características idênticas às do homem actual. Conforme já se fez menção, por meio de investigações arqueológicas feitas no Quênia, na Tanzânia, na Etiópia e na África do Sul, foram achados restos de esqueletos de distintos tipos de homínídeos, aos quais se chamou de Australopitecos (Afonso et al., 2014).

A partir do continente africano, a humanidade espalhou-se para outras partes do mundo conforme alude Davidson (1976). De maneira geral, os antropólogos e os arqueólogos actualmente concordam que foi a partir de África que as primitivas espécies humanas sucessivamente se foram espalhando para outros continentes. Algumas dessas espécies desenvolveram-se e multiplicaram-se, enquanto que outras desapareceram, tal como aconteceu com tantas outras espécies pré-históricas que sumiram da face da terra.

Segundo Roque et al. (2005) é importante saber que a constatação de que a África Subsaariana é o berço da humanidade é já um facto histórico adquirido e estudado há muitos anos. Está confirmado que o continente africano registou a mais longa e antiga presença humana. O continente africano foi também o lugar onde se constituíram antigas civilizações. Foi no território tanzaniano onde se encontrou a mais antiga indústria pré-histórica, que existiu há cerca de 1,8 milhões de anos. Assim, a África entrou na história como a terra natal da humanidade e da primeira civilização que a humanidade conheceu.

As descobertas no continente africano de vestígios ósseos pertencentes a diferentes tipos de homínídeos mostraram as condições em que se desenrolou a hominização, processo que igualmente teve início em África num passado muito longínquo. Os estudos têm destacado também que as diferenças geográficas e climáticas associadas aos movimentos das populações para outros continentes, contribuíram ao longo dos milénios para que a espécie humana adquirisse diferenças na estrutura facial, altura, características do cabelo e fundamentalmente na cor da pele, o que se reflecte na variedade de raças humanas. No entanto, a África é mesmo o berço da humanidade, sendo que a cor inicial do homem terá sido a negra. A África é a única região do mundo

onde se encontram em sucessão regular e sem descontinuidade todas as fases do desenvolvimento humano conhecidas até ao momento<sup>45</sup>.

Através da Arqueologia foi no continente africano onde se descobriu a mais numerosa, completa e contínua série de vestígios humanos pré-históricos. Foi no continente africano e apenas nele, particularmente nos planaltos meridionais e orientais, que se encontraram os elos que demonstram a ligação entre o homem actual e os seus antepassados. Em África se encontraram os parentes presumíveis do homem. O ser humano apareceu pela primeira vez em África, comprovando o pressentimento de Darwin (Ki-Zerbo, 1999).

Não faz sentido estabelecer-se relações desiguais entre os seres humanos, em que o negro é subjugado, porque a humanidade nasceu em África e os primeiros homens terão sido negros. A diferenciação da cor foi consequência de mudanças climáticas. Todos os seres humanos são descendentes de África, quer sejam europeus, indianos, libaneses, chineses, sírios, indo-paquistaneses, americanos e tantos outros<sup>46</sup>.

Actualmente, todos os cientistas aceitam que o ser humano primeiramente apareceu em África e também nele se desenvolveu, tendo mais tarde emigrado para outros continentes. Como resultado das investigações das diferentes áreas do saber, essa primazia da história africana não pode mais ser contrariada, apesar de alguns ignorarem ou se esquecerem disso. Ki-Zerbo considera que os africanos não têm sabido explorar esta superioridade comparativa que resulta do facto de o continente negro ser o berço das invenções fundamentais que estimularam o progresso humano (Ki-Zerbo, 2009).

Por causa dos mitos ligados ao complexo de superioridade de alguns historiadores europeus, a história do continente africano foi durante muito tempo negligenciada, mesmo sendo África o lugar onde surgiu a humanidade. Por isso, Silva (2010, p.44) afirmou que «o continente que deu a vida a própria humanidade, foi condenado pelos europeus a ser visto como inferior, e atirado ao esquecimento».

---

<sup>45</sup> Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.ª Classe.

<sup>46</sup> Cf. MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África Descolonizada, 2014.

O continente africano não é somente considerado o berço da humanidade, pois Afonso et al. (2014, p.51) referem que «nele também se desenvolveu umas das grandes e mais antigas civilizações negras do mundo, isto é, a civilização egípcia que contribui bastante para a cultura universal».

Os africanos que habitavam nas margens do rio Nilo há mais de seis mil anos atrás não se limitaram a lançar as sementes na terra, também a cultivaram a fim de alcançar as melhores colheitas. Esta foi a chamada revolução agrária, que permitiu ao povo do antigo Egipto erguer uma das maiores civilizações que a história da humanidade registou em todos os tempos e que foi obra exclusivamente africana (Davidson, 1976).

Diop (1974, p.55), para demonstrar o impacto dos factores ambientais na repartição da população em África, recorreu à climatologia, ressaltando que:

«É geralmente aceito que, por volta de 7000 a.C., o Sahara tinha secado, a África Equatorial era provavelmente ainda uma zona de floresta muito densa para atrair os homens. Consequentemente, os últimos Pretos que viviam no Sahara agora presumivelmente o deixaram migrando em direcção ao Alto Nilo, com a possível excepção de alguns pequenos grupos isolados no resto do continente, que ou haviam migrado para o Sul ou tinham se dirigido para o Norte. Talvez o primeiro grupo encontrou uma população Preta indígena na região do Alto Nilo, seja qual for o caso, foi a partir da gradual adaptação às novas condições climáticas, as quais a natureza, permitia a essas populações pretas que o mais antigo fenómeno de civilização surgiu. Acrescenta ainda, que esta civilização, chamada de egípcia em nosso período, desenvolveu-se por um longo tempo em seu primitivo berço; em seguida, ela desceu lentamente o vale do Nilo para se espalhar em torno da bacia do Mediterrâneo. Este ciclo de civilização, baseada nas condições da natureza (climatologia), a mais longa da história, no que concerne a cronologia provavelmente durou 10.000 anos».

A zona Setentrional de África desde a Antiguidade não foi habitada por brancos, pois provas antiquíssimas e históricas atestam que esta zona foi povoada por negros. Furon (1943), mencionado por Diop (1974), destacou que na zona de Constantino (Argélia) foram encontrados cinco depósitos de homens enterrados, entre eles diversos negros ostentando parentesco aos núbios do Alto Egipto e que viveram na época final do Paleolítico.

Segundo Keita (2009), o continente africano apresenta muitas potencialidades em relação aos outros continentes do mundo, o que significa que não pode ser

excluído do processo histórico. No que concerne ao estudo da história universal, diferentes investigações demonstraram que coube ao continente africano o local de nascimento e da evolução do Homo Sapiens, bem como das primeiras civilizações da humanidade. Partindo da África do Sul, atravessando o Chade até à parte Oriental de África, localizam-se os célebres sítios arqueológicos onde estão os vestígios ósseos e os outros vestígios materiais pertencentes aos primatas superiores e homínídeos nas suas distintas fases de evolução.

A civilização egípcia foi predominantemente negro-africana. A maior parte da sua população e os vários aspectos da sua cultura têm origem nas antigas populações africanas que viveram no Saara, outrora verdejante, e que se fixaram na região do Nilo. Essa civilização teve um grande impacto nas civilizações europeias e gregas, visto que a civilização europeia se ergueu em muitos aspectos relevantes graças aos brilhantes contributos dos antigos gregos, mas que estes por sua vez também aprenderam muito com os antigos egípcios. A civilização egípcia influenciou a grega quer do ponto de vista das ideias como das artes práticas. As raízes dessa civilização é sobretudo o delta e o vale do Nilo. Foi ao longo do Nilo que as diferentes artes egípcias se transformaram num exemplo para todos os povos que tomaram contactos com elas (Davidson, 1981).

Diop (1974), quanto à questão das raças, vai mais longe na sua pesquisa, salientando que antropologicamente e culturalmente o mundo semítico nasceu durante o tempo proto-histórico, resultando da união de pessoas de cor negra e de cor branca na Ásia Ocidental. Daí que para se perceber o mundo semítico, mesopotâmico e árabe é necessário tomar como ponto de referência ou modelo a realidade africana subjacente. Leakey, citado por Diop (1974), refere que dada a constatação de que o primórdio da humanidade se encontra no continente africano pode-se afirmar que todas as pessoas provêm da raça de pigmentação negra.

Segundo Diallo e Lima (2020), o período em que os intelectuais influenciaram e actuaram contra a dominação colonial em África passou a ser conhecido também como “descolonização da história”. A obra do historiador senegalês Cheikh Anta Diop a “Origem Africana da Civilização” é um importante exemplo dessa

“descolonização da história”. Nessa obra, Diop sustenta que a comunidade egípcia do tempo faraónico era predominantemente negra e formou as civilizações indo-europeias. Nessa “descolonização da história” destacaram-se também outras importantes obras na construção de uma metodologia no que concerne à tradição oral africana. Entre essas obras, Barbosa (2012) cita a “Campanha do Senegal” (1958) de Abdoulaye Ly; “Sudjata ou o Épico Mandinga” (1960) de Djibril Tamsir Niane; e ainda a “Tradição Oral” (1958) de Jan Vansina<sup>47</sup>.

Importa também referenciar que foi no continente africano que surgiu a primeira escrita coerente e prática sustentada na língua egípcia, local da primeira grande civilização que a história da humanidade conheceu. Como já se sabe, ocorreu no antigo Egito nas margens do rio Nilo. Por isso, a noção de África berço da humanidade não se limita ao facto de o ser humano ter surgido em África, mas também ao facto de as manifestações da cultura humana terem principiado no continente (Keita, 2009).

Os diferentes cientistas, para provarem que a civilização foi de facto obra de povos negros, tiveram de datar os vestígios arqueológicos da civilização egípcia, nomeadamente os restos ósseos. Para justificar a supremacia negroide fizeram recurso a vários métodos para a determinação do tempo, isto é, quando os ossos foram sepultados. Um desses métodos foi o carbono radioativo (C14), que começa por reduzir a uma taxa notória e em função dessa diminuição é possível traduzir aproximadamente a idade dos ossos. Importa destacar que este método apresenta algumas limitações, pois aplica-se apenas a corpos com máximo de sessenta a setenta mil anos, pois além deste intervalo a porção de C14 que resta nos ossos é ínfima, o que dificulta a estimativa da idade provável dos vestígios (Diop, 1974).

Ainda Diop (1974), para explicar a importância das fontes históricas, principalmente escrita no estudo da história da civilização egípcia, salientou que se a cultura hodierna se extinguisse presentemente, mas deixasse bibliotecas, os sobreviventes encontrariam evidentemente algum livro e veriam logo que as comunidades que habitam na zona meridional do Sara são designadas de

---

<sup>47</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

negras ou pretas, a expressão África “preta” ou África negra seria suficiente para assinalar o habitat dos africanos.

Por outro lado, as pesquisas baseadas na fonte material permitiram verificar que a arquitetura grega possui raízes no Egito antigo. Tendo em conta as semelhanças e a antiguidade da arquitetura egípcia foi possível notar que os monumentos greco-romanos são simples imitações ou miniaturas dos grandes monumentos egípcios. Apesar das alterações, as artes gregas e romanas, por exemplo, no que se refere à solidez facial das figuras estão estreitamente ligadas à arte egípcia, de tipologia negro-africana (Diop, 1974).

Segundo Nsiangengo et al. (2018), a antiga civilização egípcia faz parte das que se prolongaram por mais tempo ao longo da história da humanidade. Contou com mais de trinta dinastias ou famílias, que governaram o antigo Egito durante um período superior a três mil anos. Teve mais de duzentos faraós que reinaram sobre a região e que se sucederam uns aos outros. Importa ainda referir que os faraós mais antigos que dirigiram o antigo Egito eram todos negros.

O Egito é conhecido na história como o primeiro Estado da humanidade e também como o território onde ocorreu a primeira civilização, que entre várias legados à humanidade inventou a primeira escrita há cinco mil anos. Como já se fez menção, isso foi obra negro-africana, apesar de alguns persistirem em silenciar essa realidade, alegando que os seus fundadores foram os semitas ou os africanos brancos, isto é, líbios, tuaregues ou berberes. Estes argumentos procuram menosprezar os africanos de pele negra ou da África Subsaariana, pois a civilização egípcia foi notável, a mais longa da história, rica em descobertas e invenções, que muito contribuíram para o desenvolvimento da arquitetura europeia e não só (Keita, 2009).

Com recurso à Linguística, Diop (1974) soube demonstrar que é simples comprovar que houve uma profunda relação entre as línguas egípcias e de algumas regiões de África, ao passo que é muito difícil demonstrar a relação entre os idiomas egípcios, indo-europeus e israelitas. Diop destacou também que N. Reich, ao fazer a confrontação das origens linguísticas egípcias com diferentes línguas usadas pelas populações da África Central e da Núbia, concluiu que elas eram totalmente idênticas.

«Heródoto, ao relatar sua prova ocular comunicando que, os povos do Egípto eram pretos e ainda informou e testemunhou aos gregos que todos os constituintes da sua cultura mesmo o ritual das divindades, tomaram por empréstimo ao Egípto e que o Egípto também foi a terra natal da civilização. E para reforçar esta tese, as descobertas arqueológicas, incessantemente provam as palavras de Heródoto contra seus opositores. Assim, a favor das declarações de Heródoto, um historiador de nome Christiane Desroches-Noblecourt, escreveu sobre novas escavações em Tanis, isto é, na foz Leste do rio Nilo, em que Heródoto, já havia observado as edificações externas destes túmulos e escreveu sobre eles, facilitando o historiador Pierre Montet, provar e perceber melhor que, Heródoto estava certo, e que as provas arqueológicas de facto mostram que não só a Grécia como tantas regiões a nível da Europa devem bastante a arquitetura egípcia» (Diop, 1974, p.31-32).

Muitos factores provaram e provam que a África Subsaariana é parte integrante da história universal, mas a visão eurocêntrica queria negar esse direito aos africanos. Daí a emergência da Nova Historiografia Africana para devolver a verdadeira imagem de África deturpada pelos mitos erguidos pelos europeus. Através de diferentes estudos foi possível comprovar o contributo dos africanos para o processo histórico, as razões da África ser considerada o berço da humanidade e da primeira civilização que a história da humanidade conheceu, isto é, a civilização egípcia, obra autenticamente negro-africana.

Apoiando-se ao método da Antropologia Biológica e Cultural, Diop (1974, p.18-33) salientou que após a tomada do Egípto por Alexandre o acasalamento de gregos brancos e povos egípcios negros aumentou por causa da estratégia da integração. Fez-se uso do culto como recurso primordial para difundir a assimilação no seio dos conquistadores gregos a fim de se juntarem com os naturais egípcios. Todos estes factos provam que se a população egípcia era originalmente branca, «teriam permanecido assim, mas se Heródoto a encontrou ainda preta mesmo de tanto cruzamento, é evidente que eles só podem ter sido negros no princípio».

Segundo Keita (2009, p.114), até ao momento «nenhum historiador trabalhou melhor que Diop, no que concerne a história da civilização do antigo Egípto, pois ele especializou-se nesta área, foi um grande egiptólogo».

No mesmo diapasão, Filho e Nascimento (2019, p.10-11) salientam que o legado de Diop está e estará sempre presente. Diop foi o primeiro grande intelectual

africano do século XX, protagonista da ideia de os africanos serem eles mesmos a contarem suas histórias. Foi ele que abriu caminho para que surgissem mais tarde outros intelectuais africanos, tais como Achille Mbembe, Valentin-Yves Mudimbe (figura 8), Paulin Hountondji, Amílcar Cabral e tantos outros.

### **2.3-Dificuldades da Historiografia Africana**

As pesquisas sobre a história do continente africano são extremamente difíceis, uma vez que fazer investigações sobre África são dificultadas pelos mitos europeus, pela deterioração de muitas fontes com o passar do tempo, pelas contradições nos textos históricos árabes e europeus e pelo facto de muitas fontes escritas se encontrarem em arquivos estrangeiros, alguns dos quais de difícil acesso (Ki-Zerbo, 1999).

Por isso, Ki-Zerbo (1999) acrescentou ainda que, para se encontrar a verdadeira história do continente africano, é necessário remover terras e montanhas. É indispensável existir um guia para se fazer uma pesquisa ordenada, porque como se costuma dizer «quando não se sabe o que se procura, não se compreende o que se encontra».

Importa salientar que a historiografia africana enfrenta algumas dificuldades, tal como Ela (2013, p.59) referiu:

«O conteúdo de disciplinas históricas herdadas do colonialismo, constituem o obstáculo principal para a inovação dos estudos africanos. Outrossim é sabido que, algumas disciplinas foram durante bastante tempo discriminadas: também o africanismo nem sempre concedeu as línguas africanas a sua verdadeira importância, numerosas disciplinas desenvolveram-se numa ocasião em que a vida quotidiana não estava realmente no centro do estudo. A percepção que se tem das nossas sociedades continua insuficiente, tendo em conta que uma grande quantidade de objectos de estudo foi desclassificada pelos pesquisadores na medida em que, muitas vezes não se vai ao encontro do homem africano nos lugares recônditos».

Há pouca representatividade das línguas africanas no sistema educativo no continente. Na pesquisa da história de África, a Linguística não aparece apenas como uma ciência auxiliar, mas sim como disciplina independente. Os estudos linguísticos permitem demonstrar que as trajetórias e os caminhos de determinadas migrações, bem como a expansão de culturas imateriais e materiais, são caracterizados pelo uso de palavras semelhantes. Daí a

importância da Linguística para os pesquisadores que pretendem esclarecer a razão da semelhança entre diferentes povos no que tange à linguagem (Ki-Zerbo, 2010).

«A Linguística, tem um grande valor, uma vez que, as línguas africanas exprimem determinada ideia, quer seja filosófica ou científica, isto é, Matemática, Física, História e enfim em nações negras, por isso sugere-se que o uso de línguas e culturas africanas na educação seja concretizado, os acontecimentos verificados nos derradeiros anos, demonstraram que a Unesco concordou com as ideias, ao ponto de terem tomado medidas para a transcrição e promoção das línguas africanas no processo de ensino e aprendizagem» ( Diop, 1974, p.21-22).

Em África existem poucas fontes sobre o seu passado e muitas delas foram deturpadas pelo colonizador. Grande parte das fontes estão no exterior do continente. A possibilidade de se escrever a história de África requer o uso de numerosas fontes, mobilizando-se todos os vestígios humanos deixados pelos nossos antepassados, desde os restos de comida até aos desenhos e à tradição oral (Ki-Zerbo, 1999).

Na África Subsaariana existem poucos arqueólogos e historiadores especializados e os métodos de pesquisas disponíveis não são fidedignos nos seus resultados. Por exemplo, o método C14 tem os seus limites em termos de datação, isto é, data vestígios com *menos* «de 60 a 70 mil anos aproximadamente, sendo necessário que o historiador recorra a um outro método como por exemplo o método de potássio 40/árgon, que pode datar vestígios arqueológicos acima de 1.700.000» (Diop, 1974, p.518).

A maioria das sociedades africanas conheceram a escrita num período relativamente tardio. Assim sendo, durante muito tempo a sua história baseava-se na oralidade, que tem sido objecto de muitas críticas como fonte histórica. Tal como Ki- Zerbo (1999, p.19) descreve:

«A tradição oral foi durante muito tempo contestada como fonte histórica, tendo a maior parte dos historiadores hoje, uma outra visão sobre esta fonte. Os historiadores mais críticos, continuam a negar o uso da oralidade como fonte de pesquisa do conhecimento histórico, sendo os funcionalistas mais moderados. Grande parte dos historiadores de África, admite sem sombra de dúvidas, a importância da tradição oral para a reconstituição da História do continente africano, mesmo se muitos a têm como

menos consistente e aconselham que ela seja sustentada por uma outra fonte, portanto mesmo as fontes escritas como as demais não fogem a esta importante regra, todas fontes são imprescindíveis, sendo aplicadas de acordo com o assunto histórico a ser investigado».

Assim sendo, não constituiu verdade quando alguns europeus com suporte em suas teses mitológicas alegaram que a história só se faz com documentos escritos. A memória histórica, passada por via oral e fortalecida pelo culto dos antepassados, é um elemento característico da identidade cultural dos africanos. A maior parte das sociedades africanas conheceu tardiamente a escrita, assim a oralidade representou tal como em outros territórios não alfabetizados um grande factor de união. A oralidade constituiu o mecanismo de conservação e transmissão de costumes, ideias, práticas e reflexões filosóficas adquiridas ao longo tempo (Rodrigues, 2011).

Rodrigues (2011) acrescenta ainda que a oralidade é também uma forma de Literatura, mas em “forma oral”. Por meio da oralidade educaram-se pessoas desde a tenra idade, pois durante muito tempo ela ocupou o lugar dos livros. A memória dos anciãos teve a responsabilidade de transmitir a tradição oral dos povos ao longo das gerações.

É preciso referir que o manuseio das fontes escritas é particularmente trabalhoso quando se pretende estudar a história do continente africano. Por isso, Ki-Zerbo (2010) referiu que, entre as três fundamentais fontes que constituem os pilares da ciência histórica, isto é, as orais, as arqueológicas ou as materiais e escritas, esta última é de difícil consulta. Quando as fontes escritas não são escassas, muitas vezes encontram-se mal distribuídas no espaço e no tempo. Para os períodos mais antigos da história africana, concretamente os períodos que antecederam e sucederam imediatamente o nascimento de Cristo, existem muito poucos escritos, excepto para a parte setentrional de África. Outrossim, as fontes escritas existentes sobre o continente africano podem conduzir-nos a conclusões subjetivas. A sua interpretação acarreta várias complexidades quando comparadas por exemplo com as versões europeias e árabes.

Um exemplo dessa complexidade foi constatado por vários historiadores ao fazerem uma releitura das obras sobre as viagens de Ibn Batutta, analisando

minuciosamente as diversas grafias dos topónimos por ele aplicados e por Al`Umari. Através dessa confrontação de fontes, muitos historiadores refutam que Niani, localizada nas proximidades do rio Sankarani, tenha sido a capital do Mali antigo<sup>48</sup>. Muitos materiais escritos, arquivísticos ou narrativos, sobre a história do continente africano continuam ainda inexplorados, tal como pode ser constatado por alguns recentes catálogos de manuscritos inéditos sobre a história da África Subsaariana que se encontram nas bibliotecas de Marrocos<sup>49</sup>, Argélia e também de muitos países do continente europeu.

Podem ser igualmente encontrados documentos inéditos sobre a história da África Subsaariana nas bibliotecas privadas dos célebres eruditos Sudaneses, concretamente na cidade da Curva do Níger<sup>50</sup>, cujos títulos possibilitam prever questões promissoras sobre a história de África. Por isso, a UNESCO criou em Tombuctu uma associação designada Centro Ahmed Baba (CAB), com o objectivo de promover a recolha de todos esses documentos (Ki-Zerbo, 2010).

Segundo Ki-Zerbo (2010), também podem ser encontrados documentos inéditos sobre a história da África Subsaariana em diferentes arquivos, igualmente de difícil acesso, em países como o Iraque, o Irão, a Índia, a Arménia, a China e ainda nos EUA. Esses documentos contêm informação sobre a história do continente africano e aguardam pela intervenção dos pesquisadores africanistas. Alguns institutos de estudos africanos, sob os auspícios da UNESCO, têm realizado recolhas de alguns dos documentos que se encontram dispersos em muitas partes do mundo Ocidental.

Ainda sobre as fontes escritas, Keita (2009) acrescenta que os problemas da investigação histórica em África prendem-se com questões de particularidades, ora de carácter subjectivo, ora de essência subjectiva. Como já vimos temos em primeiro lugar particularidades ligadas às fontes, mais concretamente à ausência de fontes fidedignas ou documentos escritos sobre todas as regiões de África e sobre todos os períodos históricos. Em alguns casos, as fontes são

---

<sup>48</sup> Cf. HUNWICK, J.O. 1973, p.195-208. O autor corre o risco do argumento a silentio: "Se Ibn Batutta tivesse atravessado o Níger ou Senegal, teria feito referência a isso".

<sup>49</sup> Cf. UNESCO, *Coletânea seletiva de textos em árabe proveniente dos arquivos marroquinos, pelo professor Mohammed Ibraim EL KEITANI, SCH/VS/894.*

<sup>50</sup> Cf. *Études Maliennes*, I.S.H.M., n.3, set.1972.

extremamente escassas e encontram-se desigualmente repartidas. Por outro lado, apesar da importância das outras fontes escritas, não se pode ignorar a legitimidade ou validade de outras fontes, como por exemplo a oral, que é característica de África.

A história oral é uma metodologia que constitui uma grande fonte de conhecimento, por meio da qual se recuperam registos de memórias passadas. Ela resulta da capacidade de fala, escuta e troca de opiniões entre os indivíduos. Em África há a possibilidade de se aprender diferentes tipos de conhecimentos através de um conteúdo narrado por via oral (Delgado, 2006).

Ainda sobre este diapasão, Diallo e Lima (2020, p.279) salientam que:

«A História e a consciência histórica, são cultivadas até mesmo naquelas sociedades em que a oralidade constituiu o único meio de comunicação. Foi notório que o griot na sociedade Mandinga da zona sudanesa ou o jogador de arpa (mwet) nas sociedades florestais, detinham um excelente saber histórico que era apreciado e solicitado por toda gente da comunidade naquela época»<sup>51</sup>.

Importa lembrar que apesar da maior parte das sociedades africanas terem estabelecido contacto com a escrita num período reactivamente tardio, isso não significa que antes da escrita não faziam história. Conforme aludiu Lucien Febvre (1949), citado por Keita (2009), a história se faz sem dúvida com documentos escritos, mas quando existem. Ainda de acordo com Febvre, a história também pode fazer-se, e deve fazer-se, sem documentos escritos, quando não os temos. Ao defender esta ideia, Febvre parte do pressuposto que tudo que o homem tocou com a sua mão criadora é história, tudo que é do homem depende dele e serve-o, exprime o seu ser, significa a sua presença, gostos, actividades e diferentes maneiras do indivíduo. No seu conjunto, Febvre considera que todos estes elementos servem e são documentos para os historiadores.

Alguns historiadores estrangeiros africanistas, nomeadamente Pereira (2013) e Silvério (2013), consideraram que os testemunhos que têm sido divulgados pela Arqueologia, de maneira geral, são mais convincentes do que muitos testemunhos de algumas fontes escritas, como certas crônicas. A Arqueologia, pelas suas descobertas materiais, tem dado uma valiosa contribuição para a

---

<sup>51</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

história africana. Outrossim, a Linguística deu uma importante contribuição, que permitiu compreender os processos de socialização dos povos africanos e a descodificação de certos símbolos linguísticos, o que demonstrou antigos contactos entre diferentes povos africanos.

Silvério (2013), acrescenta ainda que as investigações que aproximam as tradições orais e a Linguística mostraram que as tradições orais foram de capital importância na descoberta de criações socioculturais dos povos sem escrita, como eram os casos das diferentes populações africanas no período anterior à chegada do islão e dos europeus, nomeadamente os portugueses.

Por outro lado, através do uso do método da Etnografia e da Linguística confirmou-se que existe uma base cultural comum a todos africanos. Ou seja, um sustentáculo linguístico comum, como se pode comprovar pelos nomes de clãs totémicos, que grande parte dos africanos possuem de forma coletiva ou pessoalmente. Atendendo à extensão da sua disseminação, o estudo minucioso desses nomes através de um exame linguístico apropriado permitiu obter resultados objectivos, descartando-se a visão probabilística (Diop, 1974).

Segundo Ferreira (2010), apesar das tradições orais, da Linguística e da Arqueologia terem prestado importantes contribuições à história africana, a principal influência foi incontestavelmente da Antropologia, uma disciplina que tem tido uma longa relação com o continente africano<sup>52</sup>.

Ainda segundo Ferreira (2010), a primeira geração de historiadores africanistas fez estudos sobre a África baseando-se em cadeiras não históricas, fundamentalmente na Antropologia. Na Escola de Madison, as técnicas e metodologias interdisciplinares como a Linguística, a Etnobotânica, a Etnozoologia, a Paleobotânica e a Arqueologia foram determinantes para o desenvolvimento dos estudos africanos.

Quanto à fonte arqueológica, Ki-Zerbo (2010) salientou que, através das suas importantes descobertas, a Arqueologia deu um grande contributo à história africana. Isso se aplica sobretudo para os períodos históricos para os quais não

---

<sup>52</sup> Cf. SOUTHALL, Aidan. The contribution of Anthropology to African Studies. *African Studies Review*, 1983; MOORE, 1987.

há disponibilidade de fontes orais ou escritas. Mas, dadas as dificuldades existentes no continente africano para o desenvolvimento da investigação académica, a escavação de sítios arqueológicos em grande escala só terá sucesso no âmbito da cooperação internacional.

Quanto a esta questão, Fage (2010) salientou que, nas décadas de 1960, fruto do cruzamento entre as fontes orais e escritas, a Linguística e a Arqueologia, bem como do intercâmbio entre diferentes universidades africanas e estrangeiras foi possível a formação de muitos especialistas africanos em história.

Outra dificuldade enfrentada pela historiografia sobre África resulta de na história estudada na maioria das escolas africanas predominarem as narrativas coloniais, de carácter ocidentocêntrico ou eurocêntrico. Esta situação tem fortes repercussões nos currículos escolares, o que se manifesta de diferentes formas. Por exemplo, as representações cartográficas do mundo obedecem ao modelo eurocêntrico, considera-se que a História como ciência surgiu na Europa, a Filosofia ensinada é predominante a europeia, entende-se que os grandes pensadores ou historiadores são oriundos da Grécia, a divisão da história universal é feita com base nos acontecimentos ocorridos no continente europeu. Tudo isto, directa ou indirectamente acaba por legitimar a hegemonia da cultura Ocidental (Martins, 2023).

Segundo o professor Cunha Júnior (1999), no que concerne ao estudo da história de África no Brasil, para além da complexidade dos diferentes espaços que compõe as civilizações africanas, o ensino e a aprendizagem acerca da história do continente africano são extremamente difíceis. Isso se deve à presença no imaginário da maioria dos brasileiros de informações racistas, restritivas e preconceituosas. Isso tem dificultado que as pessoas pensem num continente africano que não seja faminto, aidético e destruído por guerras fratricidas, resultantes de conflitos interétnicos.

Cunha Júnior (1999) acrescenta ainda que no Brasil o africano é maioritariamente tido como um selvagem preso na pobreza. Esta imagem resulta da persistência das representações africanas que identificam a África como o continente dos macacos, de escravos e de homens nus. A África é imaginada

como deserto, selva e tribos selváticas espalhadas pelas florestas. Pelo contrário, no imaginário brasileiro os povos europeus, asiáticos e americanos são imaginados como guerreiros, com castelos e conjunturas históricas diversas<sup>53</sup>.

Para se ultrapassar essas concepções e imaginações errôneas sobre a África existentes no Brasil, explica Cunha Júnior (1999, p.15):

«Que a introdução da história da África deve ser antecedida por um excelente trabalho de desconstrução e superações de representações racistas e preconceituosas a partir de cinco aspectos fundamentais que são: 1. A África não é nenhuma selva tropical; 2. O continente africano não é mais longínquo que os outros continentes; 3. Os povos africanos não estão isolados e perdidos na selva; 4. Os europeus em momento nenhum chegaram um dia em África trazendo consigo civilização; 5. O continente africano tem história e igualmente tinha a escrita; no entanto o componente fundamental para a inserção à História Africana não consta na história africana mas sim na desconstrução e supressão de alguns principais elementos das ideologias racistas brasileiras»<sup>54</sup>.

Por outro lado, segundo Diallo e Lima (2020) na parte Ocidental e Central de África, apesar de terem passado aproximadamente meio século das independências africanas, a historiografia nacionalista não conseguiu cumprir totalmente a sua missão no que concerne ao processo de união e progresso. As limitações dos Estados ainda constituem obstáculos para a concepção e a criação de uma nova historiografia, que ultrapasse as fronteiras que foram impostas na Conferência de Berlim (CB), em 1884/1885<sup>55</sup>.

Actualmente, é necessário pôr fim às animosidades das hostilidades raciais resultantes da consciência escravagista e do colonialismo. As relações entre a historiografia europeia e a historiografia africana devem-se basear na cientificidade, para se evitar o egocentrismo de ambas as partes. Essas relações devem também ser baseadas na igualdade e na justiça, reconhecendo-se o terrível sofrimento de que os africanos foram vítimas durante várias centenas de anos (Mbembe, 2014).

---

<sup>53</sup> <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>>

<sup>54</sup> <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>>

<sup>55</sup> <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

Portanto, foi notório ao longo da nova historiografia que muitos historiadores, quer fossem africanos ou estrangeiros, desconstruíram os mitos erguidos contra a história de África com vista a se ter um conhecimento real sobre a África e os africanos. A atuação desses historiadores foi fundamental, pois como afirmou Laureano (2008, p.343) «Somente o verdadeiro conhecimento da história e uma excelente compreensão de sua cultura poderão conduzir a nossa sociedade para o rompimento de práticas preconceituosas e discriminatórias».

**CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO: EXEMPLO DE UM MITO SOBRE A  
HISTÓRIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA QUE FOI DESCONSTRUÍDO PELA  
NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA**

## **CAPÍTULO III-ESTUDO DE CASO: EXEMPLO DE UM MITO SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA QUE FOI DESCONSTRUÍDO PELA NOVA HISTORIOGRAFIA AFRICANA**

### **3.1-Desconstrução do Mito sobre a Incapacidade dos Africanos Formarem Estados**

Existem vários exemplos de mitos europeus contra a história da África Subsaariana que foram desconstruídos pela Nova Historiografia Africana. Mas, no âmbito da presente pesquisa será debatida a desconstrução do mito do historiador europeu Endre Sík<sup>56</sup>, quando afirmou o seguinte: «antes da chegada dos europeus, para os povos de África não se pode falar de História no sentido rigoroso da palavra, acrescentou ainda que, a maior parte dos povos africanos uma vez que não têm classes, não edificam literalmente Estados, certamente neles as classes e o Estado somente existiram numa fase embrionária» (Ki-Zerbo, 1999).

Endre Sík (1891-1978) foi professor e historiador europeu de nacionalidade húngara. Formou-se na Universidade Eötvös Lorand (1913) e no Institute of Read Professors (1926). Foi membro do Partido Comunista Húngaro e fez vários estudos sobre a história de maneira geral e do continente africano em particular. Escreveu diferentes obras, nomeadamente “Vihar a Levelet”, “The History of Black Africa”, “Histoire de l’Afrique Noire”<sup>57</sup> e outras. Foi nesta última obra que ele erradamente referiu que no continente africano, fundamentalmente na parte Subsaariana, nunca se formaram literalmente Estados e que provavelmente existiriam apenas numa fase embrionária (Sík, 1965).

Por isso, Sík era muitas vezes encarado pelos historiadores africanistas como um deficiente em habilidades narrativa e visão histórica sobre o continente africano. Mas, apesar das suas debilidades como historiador de África, ele foi muito considerado principalmente por marxistas, pois foi autor de vários artigos nos anos 1930 e 1940 que tiveram impacto no que concerne aos estudos africanos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde foi

---

<sup>56</sup> Cf. Endre Sík, *Histoire de l’Afrique Noire*, Akademiai Kiado, Budapeste, 1965.

<sup>57</sup> [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net)>Sík Endre

refugiado político, e mais tarde em outros países socialistas (Darch & Littlejohn, 1983).

Ainda segundo Darch e Littlejohn (1983), nas universidades em que Endre Sík lecionou na URSS era tido como um professor favorito no seio de outros indivíduos preconceituosos, pois formou um grupo de estudo sobre a “questão do negro”, juntamente com alguns estudantes da universidade de KUTVA na Rússia. Alguns artigos por ele produzidos foram: “Questão Agrária na África”, a “Questão Racial e o Marxismo”, bem como a “História Geral da Agricultura Tropical e Sul da África”, publicados em língua russa.

Para contradizer a afirmação de Endre Sík sobre a inexistência de Estados em África, Pedro afirma que (2006, p.67):

«A partir do século VII da N.E organizaram-se na África Subsaariana uma série de Estados mais ou menos vastos e centralizados, e em consequência de um lento processo, as desigualdades sociais foram-se agudizando até serem criadas classes antagónicas. O Estado surgiu como uma necessidade organizativa, e tinha funções políticas, militares e judiciais permanentes».

Assim sendo, importa referenciar ainda que, entre os finais do século XI e até finais do século XVI, foram considerados os “grandes séculos da África Negra”. Neste período, o continente africano conheceu um desenvolvimento simultâneo de todas as suas regiões no que concerne aos aspectos político, económico e cultural. Estes quatro séculos constituíram na realidade a grande época da África Subsaariana (Kamabaya, 2014).

No período que antecedeu o século XV, o continente registou a fundação dos Estados pré-coloniais na África Ocidental. Estes Estados se desenvolveram na savana Sudanesa depois da progressiva seca no deserto do Sahara, o que fez com que o limite do deserto (Sahel) se transformasse numa área agrícola, de refúgio, com grande densidade populacional. Esta era uma área estratégica, pois permitia as transações comerciais entre a África Subsaariana e a região do Magrebe (Ki-Zerbo, 1999).

Segundo Pedro (2006), o elemento determinante na consolidação dos Estados pré-coloniais foi o comércio do ouro. Desenvolveram-se cidades que estabeleceram contactos entre o mundo saariano e o sudanês nas áreas onde

as caravanas de camelo faziam paragem e também nas áreas onde foram fundados postos de venda e compra de ouro, cola e, posteriormente, escravos. Já no século XV, a presença portuguesa alterou as vias comerciais transaarianas, uma vez que os Estados costeiros se transformaram no novo centro do comércio internacional. Assim, o ouro africano passou a ser permutado por mercadorias europeias, provocando deste modo o declínio dos impérios sudaneses, que perderam o controlo das mais importantes trocas comerciais.

Segundo M'bokolo (2009), a região do Sudão Ocidental caracterizou-se pela sua originalidade, que se manifestou além de outros factores pelo surgimento sequencial de um grande número de Estados, pelo tipo de povoamento, que era constituído por uma miscelânea de povos que remontava a um período muito antigo, pelo constante deslocamento da população fruto do dinamismo de uma economia aberta às trocas e ainda pelo aparecimento precoce de uma vida urbana em consequência da influência do islão nas estruturas estatais.

As antigas cidades-estados da África Ocidental atraíram comerciantes muçulmanos para o Sul através do deserto do Saara. Nestas cidades encontravam-se os intermediários ou embaixadores de outros reis longínquos, banqueiros e mercadores. Com o tempo apareceram até teólogos, eruditos e peritos legais. Mas, estes impérios e cidades não surgiram unicamente devido à influência do comércio e das ideias estrangeiras, visto que foram criações puramente africanas. Eles foram uma resposta às necessidades dos africanos ocidentais. Apesar dos seus reis terem aceite o islão no século XI, os estados africanos tinham as suas raízes nas crenças, nos costumes e na evolução da própria África Ocidental (Davidson, 1981).

Assim sendo, antes da presença europeia no continente africano, isto é, nos períodos que antecederam o século XV, a África já tinha um certo nível de desenvolvimento político. Mesmo a região Subsaariana já estabelecera relações comerciais com os muçulmanos. Nela surgiram e desenvolveram-se os antigos Estados pré-coloniais africanos na parte Ocidental, nomeadamente os estados do Gana, do Mali, do Songhai, do Benim, entre outros<sup>58</sup> (Pedro, 2006).

---

<sup>58</sup> Impérios de Oyo, Kanem, Bornu, Hauça, kongo etc

Vários estudos demonstraram que estes estados se desenvolveram inicialmente sem qualquer contacto com o continente europeu, pois os mesmos começaram a surgir como já se fez menção a partir do século VII no Sudão Ocidental, isto é, na região da Bacia do rio Níger. Nessa altura não havia ainda a presença europeia no continente africano ao sul do Sara (Lopes & Macedo, 2017). Por isso, não é correcto quando alguns historiadores europeus afirmaram que a história de África apenas começou com a chegada dos europeus e que em África não havia Estados. Os Estados acima referenciados foram genuinamente erguidos por africanos e tinham já atingido um certo nível de desenvolvimento político.

A maioria dos primeiros reis dos Estados africanos, assim como os que lhes sucederam, foram também chefes de religiões africanas, eram “reis divinos”. Os Estados que eles tiveram a responsabilidade de governar saíram de formas de organização tribal, de modos de vida e costumes especificamente africanos e como tal distintos das sociedades tribais da Europa, da Ásia ou da América. Além das características especificamente africanas, os Estados da África Ocidental foram grandemente influenciados pela natureza do sistema comercial, que se baseava não só na importação como também na exportação de mercadorias (Davidson, 1976).

Segundo Diallo e Lima (2020), a existência dos grandes impérios pré-coloniais africanos foram grandes argumentos que sustentaram as teses de uma África antiga com estruturas políticas, criadora de civilizações economicamente florescentes e ligada à economia mundial através das rotas trans-saarianas. Um outro aspecto a se ter em conta nestes Estados foram as resistências face às conquistas e ao domínio estrangeiro, europeu. Todos esses factores foram citados e exaltados como grandes exemplos para as novas gerações<sup>59</sup>.

### **3.2-Início dos Estudos dos Reinos Pré-coloniais Africanos pela Historiografia: Primeiros Historiadores e Fontes Utilizadas**

Segundo Fage (2010, p.25), no seu artigo “A Evolução da Historiografia da África”, no que concerne às primeiras pesquisas sobre a história de África pode-se dizer que “são tão antigas tal como o início da escrita”. Explica ainda que os

---

<sup>59</sup><https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

historiadores greco-romanos possuíam conhecimentos sobre a África tropical por causa dos contactos que com ela estabeleceram. Daí a razão de autores tal como Heródoto, Caio Plínio e outros terem fornecido relatos e impressões sobre esta região.

Os Estados da África Subsaariana pouco interessavam aos autores europeus do século IX pois as suas atenções concentravam-se sobretudo no Norte de África, que era um território mais próximo e segundo eles mais relevante em termos de confrontações guerreiras, estabelecimento de relações comerciais e trocas diplomáticas vantajosas para ambas as partes. No entanto, esta região era vista por eles como insignificante e sobre ela recaiam apenas descrições míticas (Masonen, 2006, p.73).

Apesar dos autores árabes dos séculos IX e XV, como por exemplo Ibn Hawkal e Al Bakri, terem feito muitas descrições sobre as localidades africanas particularmente naquelas em que as trocas comerciais foram mais fortes, nomeadamente na região do Sahel sudanês, não se registaram estudos sistemáticos sobre as mudanças ocorridas naquelas sociedades ao longo do tempo (Fage, 2010, p.25).

Importa referenciar que Ibn Khaldun (1332-1406) foi considerado como um dos primeiros historiadores árabes do continente africano. Na sua obra “Muqqaduna” elaborou um capítulo com descrições históricas sobre o Estado do Mali apoiadas na tradição oral daquela época. Mesmo nos dias actuais, essa obra ainda serve de suporte para o estudo da história desse império (Fage, 2010, p.25).

Segundo Ki-Zerbo (2010), os Estados pré-coloniais africanos começaram a ser estudados com maior interesse pela historiografia em resultado da alfabetização da elite local em língua árabe, do comércio trans-saariano e da propagação do islamismo. Assim, as obras mais notáveis começaram a ser escritas nos séculos XVI e XVII, nomeadamente o “Tarikh Es Sudan”<sup>60</sup> e o “Tarikh Al Fettach”<sup>61</sup>, escritas por Mahmoud Kati e Es-Saadi, na altura estudantes da Universidade de

---

<sup>60</sup> Foi uma obra de três gerações da família Kati de Djenné, que cobriu a história do Songhai e dos países vizinhos até a conquista marroquina no ano 1591.

<sup>61</sup> Foi uma obra muito extensa, e com muitos detalhes, foi elaborada pelo historiador de Tombuctu, Es-Saadi, e cobriu em parte o mesmo período, só que se prolongou até 1655.

Tombuctu. Destacou-se também Idriss Aloma que foi historiador de Canem-Bornout, as crônicas do reino de Goncha (Gana) ou ainda as de Kilwa (Quênia):

«Nestas duas obras (Tarikh Es Sudan e o Tarikh Al Fettach) os autores fizeram um relato dos acontecimentos não só das suas épocas como também dos períodos imediatamente anteriores, com muitos detalhes, análise e interpretação, mas antes desses relatos existiu também evocação de tradições orais relativamente aos períodos mais antigos, assim, os primeiros registos escritos não só se referiam a História do império do Songhai e do Mali, mas também da antiga relação de subjugação com outros Estados sobretudo do antigo império do Gana» (Fage, 2010, p.62).

Segundo Ki-Zerbo (1999, p.15), as fontes árabes contam-se entre as mais importantes para o estudo da história do continente africano, pois os árabes foram bons observadores e compiladores. Os seus trabalhos permitiram esclarecer grandes épocas da história de África, sobretudo no que concerne aos períodos menos conhecidos da história do continente e das primeiras formações estatais africanas. Mais tarde, essas fontes também ajudaram a desmantelar os mitos europeus sobre a história de África.

A estas fontes segundo Ki-Zerbo (1999, p.133-134):

«Deve-se adicionar a tradição oral, uma vez que em 1914 quando Bonnel de Mézières questionou aos povos de Walata onde estava localizada a capital do Gana, estes povos que só dispunham de conhecimentos obtido por via oral, mencionaram um lugar que coincidiu com as informações dos documentos árabes».

Assim, entre os principais autores de fontes árabes sobre o estudo da história dos Estados da África Subsaariana destacaram-se: «Masudi, Ibn Hawkal, Al Idriss, Al Bakri, Al Omari, Abulfeda, Ibn Batuta, Ibn Kaldhum, Al Hassan, Es Saadi e Mahmoud Kati» (Ki-Zerbo, 1999, p.15-16).

Esses autores transmitiram à historiografia africana importantes trabalhos informativos e científicos, esclarecendo grande parte do período histórico que se estendeu do século VIII ao XVI, em que se assistiu à formação de importantes conjuntos políticos (Bilal-es-Sudan). Explicaram detalhadamente os modos de vida, as estruturas socioeconómicas, culturais e políticas dos Estados. Demonstraram a existência de uma África que tinha uma organização sociopolítica, que estava em contacto com as mais variadas regiões do mundo,

e não uma África estática e desequilibrada como revelam muitas fontes, principalmente europeias (Keita, 2009, p.31).

Segundo Santos (2019, p.120), para o estudo da história da África Subsaariana, e não só, tornou-se também importante o uso da fonte arqueológica, pois vestígios arqueológicos foram encontrados em toda a parte do continente africano.

### **3.3-O Gana**

Entre os Estados pré-coloniais africanos, o Gana foi o primeiro da África Ocidental que a história conheceu. Também era designado por “País do Ouro”, nome atribuído pelos autores árabes do século VIII. O comércio do ouro organizado pelas diversas caravanas trans-saarianas com os países islamizados da região do Magrebe foi a principal causa da formação e do progresso deste primeiro Estado<sup>62</sup>.

No que concerne à sua localização geográfica, o Gana foi um Estado que ocupava a região entre os rios Senegal e Níger. Na sua origem foi apenas uma aliança de tribos pertencentes ao grande grupo étnico dos Sarakolé. Estas tribos estavam divididas num determinado número de clãs, que tinham funções de acordo com a divisão do trabalho. Por exemplo, os Kandé eram ferreiros e os Cissé pertenciam ao clã real (Pedro, 2006).

Pedro (2006), acrescenta ainda que no clã cada família vivia de forma independente, mas sob autoridade de um patriarca que exercia funções especializadas, tais como: chefe da terra (que se encarregava de repartir as terras), chefe das cerimónias religiosas (para garantir bons resultados das colheitas) e chefe da guerra. No entanto, o chefe de clã dos Cissé era também o chefe da guerra e do ouro, o que lhe permitiu acumular mais riqueza e poder, tornando-se assim no rei dos Sarakolé. O chefe dos Cissé unificou o território sob seu domínio. A esse território, Uagadu, e à sua capital, Kumbi-Saleh, os árabes atribuíram o nome de Gana.

Segundo Nsiangengo et al. (2018), o antigo reino do Gana estava dividido em províncias, que eram dirigidas pelos governadores que por sua vez ajudavam o

---

<sup>62</sup>Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe.

rei na administração do império. Existiam distinções de classes, sendo a mais importante a classe dominante que era constituída pelo rei, pelos governadores e pelos conselheiros do rei. A classe dominada era constituída pelo povo.

Os governantes do antigo Gana foram bem-sucedidos na participação no comércio trans-saariano. Os comerciantes que vinham do Norte através do deserto do Saara deveriam primeiramente negociar com os agentes do rei do Gana porque de outra forma não obteriam o ouro que o Norte de África e a Europa necessitavam. Os negociantes do Gana garantiam as condições seguras e regulares do comércio. Apesar de alguns contratemplos, o Gana pode ser considerado como a primeira região de África a integrar um sistema unificado de lei e ordem (Davidson, 1976).

Os comerciantes do antigo Gana traziam a Kumbi-Saleh o ouro em pó, onde os comerciantes árabes do Norte de África vinham adquiri-lo, trazendo como produtos de troca o sal de Teghaza, o trigo, o cobre e os tecidos. O rei do Gana tinha direitos sobre esse comércio. A capital Kumbi-Saleh subdividia-se em duas distintas cidades, uma que era comercial, onde habitavam os comerciantes árabes e berberes vindos do Norte, e a outra que era a cidade real, onde se localizava o palácio do rei, as florestas sagradas e os túmulos dos reis. A casa real era o núcleo central do Gana, onde estavam os príncipes, os dignatários, a guarda real, o pessoal doméstico e os escravos<sup>63</sup>.

O antigo Gana tinha um sistema económico bem estruturado e organizado entre o Norte e o Sul. Existiam agentes comerciais, que eram bons conhecedores do mundo, chamados “Diulas”. Possuía uma estrutura estatal flexível nalguns casos, aberta e rigorosa. O ouro era a unidade fundamental de troca e era obtido sob forma de pepitas e de pó nas regiões Sul do Bambuk (rio Senegal) e do Buré. Além do ouro em pó utilizava-se também para as trocas comerciais os caurins (espécie de conchas oriundas do Oceano Índico), assim como por vezes o sal, que era outro produto essencial (Keita, 2009).

Keita (2009), referiu ainda que o antigo Gana possuía um sistema aduaneiro organizado, bastante desenvolvido para a altura. Esse sistema aduaneiro

---

<sup>63</sup>Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe.

assegurava ao Estado grande parte das receitas indispensáveis para o sustento do aparelho estatal. Assim, os agentes do Estado aplicavam uma taxa sobre as mercadorias para exportação e importação. Naquele tempo podia-se falar já da existência de uma moeda-ouro no Gana, onde a vida económica girava em torno de três grandes cidades, nomeadamente Kumbi-Saleh, que era simultaneamente a capital política, Walata e Awdaghost.

A maioria dos visitantes árabes que viajavam para as grandes cidades do Magreb e mesmo para a Espanha, quando chegavam ao antigo Gana ficavam impressionados com a prosperidade e a segurança do mesmo. O grande conselho do rei era constituído por altos dignatários, entre eles alguns eram antigos escravos e muçulmanos. Os filhos dos reis também eram incorporados no governo. Todas as manhãs o rei (tunka) fazia uma ronda a cavalo na capital e em outras áreas, acompanhado de todos os seus oficiais. Parava para ouvir possíveis queixas dos seus subordinados mais humildes, a fim de fazer justiça. Neste estado, a sucessão do poder era matrilinear, isto é, era o filho da irmã do rei que lhe sucedia, uma prática corrente entre os povos africanos (Ki-Zerbo, 1999).

No ano 1000 d.C, no auge do seu poder político e comercial, o antigo Gana controlava a maioria dos portos do Sul. Os seus reis controlavam as nascentes do rio Níger, local de onde vinha o ouro. Eles tinham domínio total da exportação do ouro e serviam-se deste domínio para aumentarem os seus rendimentos. No período anterior a 800 d.C, os governantes do Norte de África chamavam o Gana de “a terra do ouro” e os seus reis tinham o título de “senhores do ouro”. O comércio do ouro permitiu aos reis do Gana obter dinheiro suficiente para suportar não só o governo como também fortalecer política e militarmente os seus exércitos e equipamentos militares (Davidson, 1981).

Segundo Ki-Zerbo (1972), a prosperidade do Gana esteve igualmente ligada às suas tecnologias. Nas suas guerras de expansão, os soldados do reino utilizavam lanças e espadas, lutando contra as comunidades vizinhas que por não terem domínio do ferro usavam paus e cacetes feitos de marfim. Por isso, eram facilmente vencidos e conquistados, o que permitiu ao Gana expandir o seu domínio.

O antigo Gana também se destacou na construção de grandes edifícios. Davidson (1981) referiu que a comodidade e a durabilidade da cidade de Kumbi-Saleh foram reveladas por edifícios de pedra encontrados no subúrbio muçulmano. Esses edifícios apresentavam grossas paredes, que os protegiam do calor do meio-dia ou do frio da noite. Algumas dessas habitações tinham dois andares, com diversas divisões em cada um. As casas mais pequenas eram destinadas aos mercadores ou aos visitantes das cidades ou terras distantes, tais como o Egito, a Tunísia, a Líbia, entre outras.

Um dos grandes méritos que se teve em conta no antigo reino do Gana foi «o de ter transmitido um sistema de organização política e administrativa que até aos dias actuais ainda perdura, com realce para o regime de sucessão matrilinear e o sistema militar» (Almeida, s.d, p.23).

Segundo Lopes e Macedo (2017), pode-se dizer que o poder do antigo reino do Gana e a sua expansão em termos de dimensão imperial tiveram como origem fundamentalmente as suas reservas de ouro, as suas vastas redes de comércio, os impostos, as taxas que recebiam e ainda a sua eficiente administração política. O antigo Gana, como primeira e vasta região de África a integrar um sistema de lei e ordem, tinha aliados, mas também fez vários inimigos. Assim, os exércitos berberes da Mauritânia invadiram o Gana no princípio do século XI, provocando deste modo a decadência final desse império. Face ao seu enfraquecimento, o Gana foi submetido por um outro povo da África Ocidental, “os Mandinga”, que vieram a fundar um Estado ainda mais vasto, isto é, o império do Mali (Davidson, 1976).

No que concerne à decadência do Gana existem ainda outras versões. Segundo Pedro (2006), a tradição atribui o declínio deste império a secas prolongadas, que ocorreram na região. Registou-se também a deslocação das rotas do comércio trans-saariano e a expansão militar dos Almorávidas (provenientes de Marrocos e da Argélia) no século XI. Assim, o Gana perdeu a sua hegemonia em 1077. Próximo do seu território, nos locais auríferos habitados pelos Malinké desenvolveu-se um novo Estado, isto é, o Mali, que veio a substituí-lo.

### 3.4-O Mali

Segundo Pedro (2006), como resultado do declínio do antigo reino do Gana, os territórios de onde vinham o ouro em pó para trocar com o sal dos comerciantes árabes do Norte escaparam ao seu controlo. Assim, um pequeno reino da região Mandinga, que se situava entre o rio Níger e Buré, antes dependente do Gana, passou a ser o fornecedor de ouro e de escravos aos comerciantes árabes do Norte, tendo o seu chefe se convertido ao islamismo. Assim, no século XIII o império do Mali ou Mandinga foi oficialmente fundado por Sundiata Keita, que anexou e conquistou outros reinos, expandindo o seu império e transformando-se no senhor das minas de ouro, sal e cobre. Passou ainda a controlar o comércio trans-saariano.

O império do Mali surgiu de um pequeno Estado, que era dominado pelo Gana até se desenvolver numa grande organização política e social, comandada pelo sultão muçulmano ou *Mansa*. O império se estendia desde o Atlântico às fronteiras actuais da Nigéria e da orla das florestas no Sul até ao Sul do deserto do Saara. O conhecido dirigente Mansa Kankan Musa do século XIV foi uma das mais importantes figuras africanas, pois o Mali no momento da sua governação foi um dos mais extensos impérios do mundo (Davidson, 1976).

O império do Mali desenvolveu-se quase nas mesmas condições que o antigo Gana. Davidson (1976) referiu que, tal como o Gana, o Mali também foi resultado das várias modificações organizativas e tecnológicas que estavam em curso em África. E, como os chefes do Gana, os do Mali igualmente estiveram preocupados em controlar toda a vasta rede comercial que cobria grande parte da África Ocidental. Foi este também o objectivo dos impérios do Songhai e de Kanem-Bornu. Assim, é legítimo considerar a longa história da África Ocidental a partir da fundação do antigo Estado do Gana até o século XIX como uma série de tentativas de unificação dessa vasta região em prol da paz, que era necessária para as actividades comerciais e a governação.

O império do Mali teve como capital a região de Niani. A sua principal actividade económica, tal como na maioria dos estados pré-coloniais, foi o comércio. De Kabara, porto do rio Níger que também servia Tombuctu, as mercadorias provenientes do Norte eram transportadas por barcos até Djené e Niani, cidades

onde se concentrava o ouro que saía de Bambuk e Buré. Das florestas do Sul, vinha o óleo de palma, a cola e os escravos. O comércio enriqueceu os negociantes Malinké e alguns chefes religiosos. Niani foi um grande centro comercial no qual residiam os comerciantes do Norte de África, que asseguravam o escoamento de grandes quantidades de ouro e escravos para o mundo mediterrâneo (Pedro, 2006).

O antigo Mali também estava dividido em províncias, cada uma das quais era governada por um chefe designado Tigui ou Farba. As províncias, por sua vez estavam repartidas por conselhos e aldeias. Os chefes das aldeias exerciam funções políticas e religiosas. O Farba tinha a função de ministro, fiscalizava o trabalho do chefe local e fazia a recolha do imposto pago. Além do comércio, a população também se dedicava à agricultura e à criação de gado (Nsiangengo et al., 2018).

Conforme a tradição, o rei Sundiata Keita organizou a população Malinké em cerca de trinta clãs, com funções distintas. Dezasseis clãs de homens livres, cinco de marabus, cinco de artesãos e quatro de bardos. Assim, a maioria dos homens livres eram camponeses, que podiam ser recrutados como soldados em caso de ocorrência de guerras e pagavam impostos sobre as colheitas. Já a classe dominante, era composta pelos líderes religiosos (marabus), pelos chefes dos clãs e pelos funcionários reais. No entanto, neste império reinava um tipo de administração descentralizada. A região habitada pelos Malinké (Mandinga) estava submetida à administração directa do rei e estava ainda subdividida em pequenas províncias lideradas por um Farba, que detinha funções judiciais e administrativas<sup>64</sup>.

O rei Sundiata Keita transformou o Mali num Estado altamente eficiente, quer do ponto de vista económico, político e militar. Foi ele que fundou o primeiro exército profissional e o mais temido da antiga África Ocidental. Utilizou o exército como o principal meio para a expansão territorial do seu reino. Ele próprio era também um soldado, que zelava pela manutenção da lei e da ordem no império que

---

<sup>64</sup> Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe.

fundou. Fruto da sua dedicação no governo e na guerra era tido como um grande exemplo, fonte de inspiração e confiança dos seus subordinados (Boakye, 1982).

Boakye (1982), acrescentou ainda que durante o governo de Sundiata Keita usaram-se padrões administrativos que igualmente foram seguidos por outros governantes do Sudão Ocidental. Como exemplo temos a divisão do império em províncias governadas por homens da confiança do rei. No plano económico, Keita incentivou a prática da agricultura, do artesanato, do comércio em grande escala e colocou o seu exército na abertura de novas rotas de comércio e na vigilância contra assaltantes.

M'bokolo (2009, p.161-163) também ressaltou os feitos de Sundiata, afirmando que «Keita proveniente do povo mandinga, durante o seu governo, isto é, no século XIII, conseguiu construir um exército com mais de cem mil homens». Marques (2008, p.48), nesta senda, acrescentou ainda que «naquele tempo, Keita já havia conseguido submeter ao seu poder várias províncias que desde o século XI se encontravam desvinculadas do antigo Gana».

O Mali foi uma prodigiosa formação política na África Ocidental. Constituiu a mais elaborada construção política africana na parte Sul do Saara durante a “Idade Média”, produto da criatividade puramente africana. A agricultura, a extração do ouro, a metalurgia e o comércio foram as suas principais actividades produtivas (Keita, 2009).

Segundo Davidson (1981), a ascensão do antigo império do Mali e o seu poder sobre muitos territórios da África Ocidental foi o resultado do trabalho do povo Mandinga de Wangara, da antiga região africana produtora de ouro e de algumas áreas vizinhas. A partir de 1250, o Mali se expandiu de forma ininterrupta até se transformar num dos maiores Estados de qualquer parte do mundo daquela época, quer seja em África como fora dela. O antigo Mali tornou-se famoso por causa da riqueza dos seus monarcas, pela paz que prevaleceu durante muito tempo no seu território e ainda pela influência dos seus homens cultos.

O antigo império do Mali teve uma reputação que ultrapassou o continente africano. Por causa do seu ouro, muitos países da Europa começaram a emergir da pobreza, como foi o caso das grandes cidades-estados, como Florença, que

se desenvolveram na Itália. Logo em 1252, os banqueiros de Florença deram um estímulo ao comércio longínquo dentro do continente europeu com a criação de uma nova moeda de ouro, o florim, que produziam através do metal trazido de África. Esses avanços que se registaram na Europa levaram os europeus a terem um interesse mais activo pelas fontes de ouro, sobretudo as do Mali (Davidson, 1981).

O antigo império do Mali se destacou em vários aspectos, pois a «cidade de Tombuctu havia se tornado num dos maiores centros religiosos e culturais islâmicos, provavelmente na altura o maior a nível da África Negra» (Almeida, s.d, p.24). Segundo Niane (2010), nos séculos XII e XIV a cidade de Tombuctu era considerada como mais escolarizada quando comparada com muitas cidades similares do continente europeu. Esta antiga cidade maliana era escolarizada na língua árabe, mas também nas línguas subsaarianas. Ensinavam nas instituições superiores cientistas e professores reconhecidos não só em África, como no mundo árabe e na Europa. Assim, vários estudantes estrangeiros tinham de atravessar o deserto do Saara para assistirem e ouvirem os grandes mestres de Tombuctu, Gao e Djené.

Apesar da grande reputação do Mali no século XIII, na segunda metade do século XIV este Estado entrou em decadência. O seu poder enfraqueceu por causa de conflitos no seio da família real. A somar-se a isso, as suas províncias passaram a ser roubadas pelos Tuaregues e pelos Songhai, que mais tarde conquistaram as cidades de Tombuctu e Djené e, inclusivamente, a totalidade do Mali (Pedro, 2006).

### **3.5-O Songhai**

O antigo Reino de Songhai surgiu no século VIII nas margens do rio Níger e teve como primeira capital Kukia. Mais tarde, a capital foi transferida para Gao, também situada nas margens do Níger, no término de uma das principais vias do comércio trans-saariana. Este reino foi igualmente conquistado pelo Mali no princípio do século XIV, passando deste modo a pagar impostos. No final desse século, devido à debilidade do poder político do Mali, os Songhai conseguiram expulsar definitivamente os chefes Mandingas da região de Tombuctu e Djené.

Deste modo, fecharam a comunicação do Mali com o Norte de África e aos privilégios do comércio do ouro (Pedro, 2006).

A prosperidade do reino de Songhai esteve intimamente ligada à existência de uma economia mista, sustentada na agricultura, na pesca, na pecuária e no comércio do ouro, que alimentou as trocas com o Norte de África, principalmente com o Egito. As fontes de rendimento para o rei Songhai eram, tal como as do Gana e do Mali, as taxas, os impostos e o saque. Neste reino, o ouro, os cauris e o sal serviam de moeda corrente e para se evitar fraudes no século XV procedeu-se a uma unificação dos pesos e das medidas<sup>65</sup>.

O Songhai foi diferente dos demais impérios africanos, pois caracterizou-se por uma forte centralização política e administrativa durante o reinado de Askia Mohamed. Ele privilegiou a nobreza africana, contratando intelectuais das universidades da região a fim de exercerem funções de destaque nas administrações das cidades e na burocracia<sup>66</sup>.

Segundo Pedro (2006), considera-se Askia Mohamed como o verdadeiro fundador do império de Songhai, pois foi ele que já em finais do século XV conseguiu aumentar as conquistas dos seus antecessores, estendendo o seu poder desde o Atlântico a Bornu, Kano e Taghaza. Segundo Kamabaya (2014, p.42), «esse rei também era conhecido por “Askia o Grande”, foi ele que naquela época construiu o maior império da África Ocidental e Central».

Ainda de acordo com Kamabaya (2014), citando Dubois (1975), Askia Mohamed durante a sua governação conseguiu conquistar e consolidar um império cuja extensão territorial era equiparada a toda Europa Ocidental. Askia dividiu o seu território em várias províncias e como governantes delas nomeou administradores profissionais para a manutenção da lei e o desenvolvimento do reino em vários aspectos.

Os Songhai, tal como os Soninké do Gana e os Mandinga do Mali, desde cedo, como já se fez menção, se dedicaram ao comércio longínquo e com isso conseguiram prosperar. Não se sabe em que altura os Songhai começaram com

---

<sup>65</sup>Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.ª Classe.

<sup>66</sup> Cf. Braick, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História das cavernas ao terceiro milénio. São Paulo: Moderna, 2016. v. 3

esta actividade, mas foram encontrados antigos trilhos de caravanas berberes da época dos cartagineses, que desceram pelo Saara Central até ao Níger Médio, próximo do território de Songhai. Estes rastros demonstraram que próximo do extremo Sul provavelmente foi fundado o principal centro comercial Songhai ainda antes de 700 d.C. Continuando a sobreviver como mercado ribeirinho, actualmente Gao é uma das cidades mais velhas do mundo (Davidson, 1981).

A decadência de Songhai deveu-se à imensurabilidade do seu território, pois este grande conjunto era demasiado vasto. Dada a sua extensão, era difícil a sua manutenção, pois eram constantes os protestos das populações subjogadas que reagiam à dominação. Registavam-se constantes lutas internas, que foram enfraquecendo o poder. A presença estrangeira agudizou ainda mais a situação, pois em 1585 os marroquinos invadiram o reino e apoderaram-se das salinas de Thegaza, cortando assim os Songhai da sua principal moeda de troca para a obtenção do ouro. Finalmente, em 1591 os marroquinos conquistaram todo o Songhai e essa vitória deveu-se fundamentalmente à posse de armas de fogo<sup>67</sup>.

### **3.6-O Benim**

Este Estado formou-se a partir do século XII, à volta do baixo Níger. Atingiu uma grande dimensão territorial, chegando a apresentar uma estrutura política complexa e manifestações culturais extremamente elaboradas. O Estado do Benim não teve influência árabe, pelo que foi um exemplo de um reino africano autêntico que se desenvolveu sem influências externas. Tinha uma economia predominantemente agrícola e uma grande parte da população cultivava produtos como o inhame e a banana e exploravam as palmeiras de óleo. O artesanato era muito desenvolvido, pois trabalhavam o ferro, o bronze e as peles, desenvolveram a tecelagem, fabricavam tambores, esculturas de madeira e marfim, entre outros (Pedro, 2006).

Ainda segundo Pedro (2006), as tradições orais mencionam que o Benim foi fundado por emigrantes Yoruba, vindos de Ifé, no século XII. Esses emigrantes se fundiram com os Edo na região do Delta do Níger. No reino do Benim destacou-se o rei, denominado Oba, que tinha um domínio político e religioso absoluto sobre os seus súbditos. O Oba também detinha o monopólio dos

---

<sup>67</sup>Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe.

principais produtos de exportação, isto é, escravos, óleo de palma e marfins. Variadíssimos escravos trabalhavam para ele em aldeias ou explorações agrícolas, que estavam espalhadas pelo reino, que tinha duas capitais uma política (Oyo) e outra religiosa (Ifé).

Segundo Lopes (2011), este reino foi inicialmente um dos vários miniestados Edos que foram erguidos no Sudão Ocidental. Os seus primeiros dirigentes mandaram construir grandes muralhas e os mesmos tinham o título de *Oguissô*, “rei do céu”. Antes da fundação do Estado do Benim, os Edos já haviam desenvolvido por volta do século X uma forma de governo autónomo dirigido por líderes muito poderosos, eleitos entre integrantes de um conselho formado por anciãos e chefes de linhagem. Assim, por volta do século XII o Benim, aquando da sua fundação, recebeu de Ifé as bases de formação de um governo monárquico (Davidson, 1981).

O Oba do Benim era considerado como um “deus”. Os povos acreditavam que ele não tinha as mesmas necessidades que os outros homens, tais como comer, beber e dormir. Acreditavam ainda que escapava à doença e à morte, que controlava as forças da vida e da fecundidade. Pensava-se que a sorte das colheitas e do bem-estar do povo dependiam da forma como o Oba se comportava. Ele exercia autoridade política e religiosa absoluta sobre os seus subordinados, mas na realidade era um conselho real que se ocupava das funções administrativas. O Oba monopolizava também os principais produtos de exportação<sup>68</sup>.

Segundo Ki-Zerbo (1999), o Benim foi uma cidade que em termos de urbanismo excedia grande parte das cidades europeias da época. Apresentava uma planta retangular, cercada por um grande muro de terra e um fosso profundo. Possuía várias ruas ladeadas de árvores muito bem alinhadas e casas com um estilo original. Possuía também um muro interior retangular, um pátio apetrechado e preparado para o escoamento das águas das chuvas torrenciais. As residências apresentavam uma excelente estética e até possuíam varandas ao ar livre.

---

<sup>68</sup>Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe.

Alguns viajantes que passaram pela África Ocidental fizeram descrições sobre a cidade de Benim e o seu povo, tal como refere Ki-Zerbo (1999, p.207):

«Era constituída por um conjunto de construções que ocupavam tanto espaço que nem algumas cidades europeias, a cidade era constituída por trinta grandes ruas muito direitas, além de uma infinidade de pequenas ruas transversais, as casas possuíam tectos, guarda-ventos, balaústres, e recebiam as sombras das palmeiras e das bananeiras porque tinham apenas um piso, possuía povos que não ficavam atrás dos holandeses em termos de limpeza, lavavam e esfregavam tão bem as suas casas que até ficavam lisas e brilhantes como um espelho».

O povo do Benim também se destacou na arte, pois as suas formas artísticas tinham um grande apuro técnico, perfeição realística e expressividade. As esculturas de bronze e latão, placas metálicas trabalhadas em relevo e obras de cerâmica em tamanho natural mostraram o grande domínio técnico atingido pelos artistas do Benim. Geralmente as suas esculturas representavam reis ou pessoas notáveis a mando do Oba. Foi, portanto, uma arte que se desenvolveu em um Estado com poder centralizado, cujo objectivo era enaltecer o soberano e aqueles que o rodeavam<sup>69</sup>.

Segundo Ki-Zerbo (1972), por volta do século XIV, o Oba rei do Benim recebeu do rei de Ifé um grande mestre de fundição de estatuária, que foi o iniciador da grande escola artística que concedeu ao mundo as célebres obras de bronze do Benim. Ifé produzia uma arte extremamente refinada. As figuras que representavam os seres humanos eram feitas de bronze e cobre. Eram ornamentadas com tecidos, pulseiras, colares e representavam reis, soldados, músicos deuses ou ainda personalidades próximas em termos de consanguinidade ao rei<sup>70</sup>.

Segundo Silva (2006), as placas de bronze que eram produzidas no reino do Benim possuíam um carácter narrativo, pois representavam bocas, olhos e orelhas bem sublinhados por linhas altas e grossas e também acentuavam o contraste entre o escuro e o claro. Intensificavam de tal maneira a sombra que até davam a ideia de que estavam em movimento.

---

<sup>69</sup>Cf. Manual de História-Ensino de Base-7.ª Classe

<sup>70</sup>Cf. Braick, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História das cavernas ao terceiro milénio. São Paulo: Moderna, 2016. v. 3

Por isso, o antigo reino do Benim e Ifé tornaram-se famosos em todo mundo por causa da descoberta das suas obras-primas artísticas em bronze (latão). Tratou-se de uma arte de corte, com veia naturalista e tinha como propósito embelezar de forma luxuosa o reino. Esta arte foi a mais antiga, proveio da cultura de Nok. Foram produzidas várias obras-primas, muitas das quais foram levadas pela expedição militar britânica de 1897 e outras foram descobertas em 1910 pelo alemão Leo Frobenius através de escavações.

A decadência desse estado também esteve ligada à intervenção estrangeira. Tal como referiu Du Bois citado por Appiah (1997), «o fracasso dos Estados pré-coloniais africanos deveu-se de maneira geral ao sistema de escravidão imposto pelos europeus e árabes».

## Quadro Síntese de Alguns Estados Pré-Coloniais Africanos

ESTADOS	FUNDADORES	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	PRINCIPAIS ACTIVIDADES ECONÓMICAS	CAPITAL	CAUSA DO DECLÍNIO
<b>GANÁ</b> Séc.VIII era também conhecido como país do ouro.	Tribo Sarakolé.	Ocupava a região entre o rio Senegal e o rio Níger.	O comércio do ouro, a agricultura e a pastorícia.	Kumbi-Saleh	Por causa da seca prolongada e a insegurança devido ao avanço dos Almorávidas.
<b>SONGHAI</b> Séc.VIII, era também conhecido como império do Gao.	Askia Mohamed.	Localizava-se nas margens do rio Níger.	O comércio do ouro, a agricultura e a pastorícia	Kukia, mais tarde foi transferida para Gao.	Manutenção difícil por ter sido uma região muito vasta, associada a lutas internas, à invasão dos marroquinos e por último à presença europeia.
<b>BENIM</b> Séc. XII.	Tribos Yoruba e Edos.	Situava-se no delta do rio Níger.	Agricultura e artesanato: trabalhavam ferro, bronze, madeira, marfim, pele, fabricavam esculturas, tambores...	Oyo (capital política); Ifé (capital religiosa).	Tráfico de escravos praticado pelos ingleses, franceses e portugueses.
<b>MALI</b> Séc.XIII, era também conhecido como Terra do Príncipe Leão .	Sundiata Keita.	Entre o rio Níger e o rio Buré.	O comércio do ouro, a agricultura e a pastorícia	Niani.	Por causa de conflitos no seio da família real, e também à invasão dos Tuaregues e do Songhai.

Fonte: PEDRO, Bengui (2006) Manual de História 10.<sup>a</sup> Classe.

## **CONCLUSÃO GERAL**

## CONCLUSÃO GERAL

Este estudo incidiu sobre a historiografia do continente africano no período compreendido entre finais do século XIX ao século XX, no que concerne à desconstrução dos mitos erguidos por alguns intelectuais europeus, fundamentalmente contra a história da África Subsaariana. Várias teorias falaciosas sobre a história da África Subsaariana foram escritas por intelectuais, que de acordo com Kamabaya (2014), mesmo não sendo bem fundamentadas, promoveram a desconsideração do homem negro, convencendo muitos africanos de que eram de forma natural inferiores ao homem branco. Essas ideias contribuíram para que o tráfico negreiro e tantas outras formas de exploração durassem tanto tempo.

Apesar das variadíssimas provas evidenciadas pela historiografia africana de que o continente africano desde sempre teve movimentos históricos mesmo antes da presença europeia, os mitos elaborados pelos historiadores europeus perduraram. Por isso, houve um forte contributo de intelectuais africanos e estrangeiros africanistas que muito escreveram e continuam a escrever com vista a se restituir a verdadeira história do continente africano.

Mas importa referenciar que os intelectuais africanos tiveram muitas vezes coragem e audácia perante o mundo para reverem a verdadeira história do seu continente, uma vez que em alguns casos ainda reinava a ditadura colonial.

Como resultado das pesquisas dos intelectuais africanos e de estrangeiros africanista, as sociedades africanas passaram a ser encaradas e tratadas como as demais do planeta terra, isto é, como pertencentes a um continente onde também existe História, desde o aparecimento do homem na terra a hodiernidade, descartando-se definitivamente a teoria eurocêntrica.

Todas as fontes ou métodos de pesquisa sobre a história de África demonstraram que o nosso continente é de facto parte integrante da história universal. E é assim que a África e as suas sociedades devem ser analisadas e estudadas por todos os historiadores e outros intelectuais. A África foi muitas vezes exposta pela negativa, isto é, por aquilo que não é. Agora mais do que nunca é preciso

destruir essa imagem negativa e falsa sobre a África e interessar-se pelo dinamismo das suas sociedades (Ela, 2013).

Não se pode aceitar que a África não tem história. Os africanos muito deram e contribuíram para o dinamismo da história universal. Entre as várias provas disso destacaram-se por exemplo as invenções técnicas do paleolítico, a relevância do ouro e dos negociantes do Sudão no antigo comércio euro-asiático durante a Idade Média, a forte participação da mão de obra africana naquilo que foi o desenvolvimento da revolução industrial ou o papel da diáspora na formação do sentido artístico e cultural mundial. Houve um grande intercâmbio cultural e não só entre africanos e europeus. Marcas indeléveis europeias ficaram em África, mas na Europa também ficaram as marcas dos africanos.

Os africanos nunca foram passivos durante os contactos que estabeleceram com o Ocidente. No que tange à comunicação observou-se que, tanto os europeus quanto os africanos, demonstraram grande capacidade de apropriação dos elementos políticos, culturais e jurídicos recíprocos.

Em suma, a desconstrução dos mitos europeus erguidos contra a história de África teve como objectivo não só a restituição da verdadeira história do continente africano, como também colocar o “negro e o branco” no mesmo patamar sem distinção de cor. A ideia é que os dois partilham os mesmos direitos, colocando de parte aquelas vozes ancestrais que lhes colocaram em posições diferentes, sendo o branco tido como superior. Ambos devem afastar-se daquelas vozes, devem construir um novo mundo onde haja o respeito pelo ser humano onde cada um tenha o direito de expressar aquilo que sente e pensa sem discriminação. Daí a necessidade de serem livres, livres de conceitos negativos e de estereótipos envolvidos na negatividade.

## RECOMENDAÇÃO

Desconstruir os mitos europeus contra a história de África não é só da responsabilidade dos historiadores, mas as populações académicas em geral também podem dar o seu contributo. Actualmente, ainda se faz sentir o peso do colonialismo, principalmente o racismo como ideologia da superioridade branca. No campo económico, político e social, esse fenómeno carece de denúncias, pois só era justificado no passado, isto é, na era do tráfico negreiro. Daí que o combate pelos direitos do homem torna-se também num combate de memória, uma vez que a ignorância dos factos históricos faz com que as pessoas não assumam o seu passado. Para se evitar tais discriminações raciais na actualidade a UNESCO<sup>71</sup> tem levado a cabo campanhas de sensibilização, que visam educar os jovens sobre a tragédia do tráfico de escravos e a restituição da verdade histórica de África.

É necessário que as instituições competentes incentivem os jovens intelectuais europeus, americanos e não só a estudarem melhor a história africana. A formarem equipas universitárias, envolvendo-se seriamente na pesquisa de obras sobre a história de África cujos autores não sejam preconceituosos. Assim, a contribuição dos intelectuais americanos e europeus tornar-se-á decisiva no resgate da imagem do processo histórico africano que foi deturpado ao longo do tempo na diáspora e não só.

A identidade dos africanos deve ser dada e definida por eles próprios e não por estrangeiros egocentristas, que mal conhecem as suas culturas. Para perceber é necessário ouvir o que os africanos falam, mas os africanos muitas vezes são mais falados do que falam. Por outro lado, entre os que falam estão embeberados de discursos coloniais, utilizando-os em conceitos, ideias e palavras<sup>72</sup>, que aos poucos estão sendo descolonizados para um futuro melhor longe dos mitos onde o africano e a africana sejam dignificados.

---

<sup>71</sup> Cf. UNESCO, “Rota do Escravo”.

<sup>72</sup> Cf. Ela, Jean-Marc. Restituir a história às sociedades africanas, promover as Ciências Sociais na África. Lisboa: Mangualde (Portugal); Luanda (Angola):2011.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AFONSO**, M., Pedro, E., & Segundo, F. (2014). *Método para Gostar de Ler e Escrever- Módulo 3- Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar-PAAE* (3ª ed.). Editora das Letras, S.A. Luanda-Angola.

**ALENCASTRO**, L.F. (2000). *Trato dos Viventes* (1ª ed.). Editora: Companhia das Letras, 2000. –Brasil.

**ALMEIDA**, C. (2011). *Despojos do Demónio na Casa da Igreja Curiosidades de um Missionário Capuchinho no Kongo (1962)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**ALMEIDA**, E. C. (s.d). *África- Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*. Editora: Autonomia 27. Porto-Portugal.

**ALVES**, C. R. (2023). *Os Reflexos das Diásporas Africanas na Periferia de São Paulo: A Força do Slam no Diálogo com a Identidade, Representatividade e Ancestralidade*. [As Áfricas e suas Diásporas]. Editora: Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

**AMIN**, S. (1973). *Le Développement Inégal. Essai sur les Formations Sociales du Capitalisme Périphérique*. Éditions de Minuit- Paris.

**AMSELLE**, J.-L. (2008). *L'Occident Décroché. Enquête sur les postcolonialismes*, Paris. <https://doi.org/10.4000/etudesafricaines.13262>.

**ANTUNES**, L. F. D. (2011). *A Sociedade Colonial: Estilos de Vida Europeus em Moçambique Setecentista*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**APPIAH**, K. A. (1997). *Na casa de meu pai: a África na Filosofia da Cultura* (2ª ed.). Editora: Contraponto- Rio de Janeiro.

**BA, A. H.** (1972). *Aspects de la civilisation africaine*. Paris. Editora: Presence africaine.

**BARBOSA, M.S.** (2008). *Eurocentrismo, História e História da África*. Revista Sankofa: São Paulo. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2008.88723>.

**BARBOSA, M.S.** (2012). *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral de África* (UNESCO). Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**BARBOSA, M.S.** (2018). *A Perspectiva Africana na História Geral da África* (UNESCO). <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542x2O18V240301>.

**BARREIRA, A., & MOREIRA M.** (1998). *Páginas do Tempo 7. 3º Ciclo do Ensino Básico 7º Ano* (3ª ed.). Edições ASA-Lisboa.

**BOAHEN, A. A.** (2010). *História Geral da África, VII: África sob Dominação Colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen (2ª ed.). rev, -Brasília: UNESCO.

**BOAKYE, J.** (1982). *Revision Questions And Notes On the History Of West Africa*. Accra, Editora: Asempa Publishers.

**BORGES, M.** (2011). *O Conhecimento Etnológico da Guiné-Bissau. Uma Perspectiva de Género*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**Carlyle, T.** (1849). *Discursos Ocasionais sobre a Questão do Negro*. Editora: Fraser's Magazine.

**CARMO, H., & FERREIRA, M.M.** (2008). *Metodologia de Investigação Científica*. Editora: Universidade Aberta (UAB).

**COELHO, J.P.B.** (2011). *Notas em torno da Representação Africana de África (ou Alguns Dilemas da Historiografia Africana)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História

de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**CONDE**, B.O. (2023). *Além das Placas de Homenagem: Aspectos Políticos, Culturais e Patrimoniais em Torno das Obras do Mestre Jorge e do Museu Histórico e Pedagógico de Araraquara – São Paulo*. [As Áfricas e suas Diásporas]. Editora: Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

**COUPLAND**, R. (1928). *L'Histoire de l'Áfrique Orientale*. Editorial: Cahiers d'études africaines.

**CUNHA JÚNIOR**, H. (1999) *O ensino da História Africana* (2ª ed.). <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>

**DARCH**, C., & **LITTLEJOHN**, G. (1983). *Endre SíK and the Development of African Studies in the USSR: A Study Agenda from 1929*. <http://www.jstor.org/stable/3171691>.

**DAVIDSON**, B. (1976). *Guia para a História de África*. Edição UEA-União dos Escritores Angolanos-Luanda.

**DAVIDSON**, B. (1981). *À Descoberta do Passado de África*. Edição: Sá da Costa Editora: Portugal-Lisboa.

**DELGADO**, L. A .N. (2006). *História Oral: Memória, Tempo, Identidades*. Autêntica Editora, 2017.

**DEMARET**, M. M. (2011). *Portugueses e Africanos em Angola no século XVII: Problemas de Representação e de Comunicação a partir da História Geral das Guerras Angolanas*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**DIALLO**, C., & **LIMA**, C. (2020). *Revisitando a Historiografia Africana: Subsídios para a Disciplina História da África nas Licenciaturas*. **Debates em Educação**. <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

**DILOLWA**, C. R. (2000). *Contribuição à História Económica de Angola* (2ª ed.). Edição: Editorial Nzila. Luanda-Angola.

**DIOP**, C. A. (1964). *Nations Nègres et Culture* (3ª ed.). Paris. Ed. Présence Africaine.

**DIOP**, C. A. (1974). *A Origem Africana da Civilização, Mito ou Realidade*. Editora: Chicago Review Press (1 julho 1989).

**DIOP**, C. A. (1989). *The Cultural Unity of Black Africa: The Domains of Matriarchy and of Patriarchy in Classical Antiquity*. London. Editorial: Karnack House publishers.

**DIOUF**, Mamadou (1999). 'Des Historiens et des histoires, pourquoi Faire? L'historiographie africaine entre l'État et les Communautés'. Ed. Révue Africaine de Sociologie-CODESRIA.

**DIRLIK**, A. (2006). 'Postcoloniality and History', Online Journal of the CHA, New Series.

**ELA**, J.- M. (2013). *Restituir a História às Sociedades Africanas. Promover as Ciências Sociais na África Negra*. Edições Pedagogo, LDA-Portugal e Edições Mulemba-Luanda.

**ELA**, J.- M. (1982). *L'Afrique des Villages*. Ed. Karthala, Paris.

**Endre**, S. (1965). *Histoire de l'Afrique Noire*. Ed. Akademiai Kiado, Budapeste.

**FAGE**, J. D. (2010). *A Evolução da Historiografia da África*. In.: Ki-Zerbo, Joseph (editor) [História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África]. Brasília: UNESCO.

**FELIPE**, D. A. (2020). *A Construção do Plano de Ensino de História da África no Ensino Superior desafios, temas e referências*.  
<https://doi.org/10.20949/rhhj.v9i17.517>.

**FERREIRA, R.** (2010). *A Institucionalização do Estudos Africanos nos Estados Unidos: Advento, Consolidação e Transformações*. Ed. Revista Brasileira. SICELO.

**FILHO, S., & NASCIMENTO, W.** (2019). *Intelectuais das Áfricas* (2ª ed.). Campinas, SP: Pontes Editores.

**Gil, A. C. C.** (2011). *África na Obra de António Lobo Antunes*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**GILROY, P.** (2007). *Entrecampos, Nações, Culturas e o Fascínio da Raça*. Annablume Editora.

**GOBINEAU, A.** (1983). *L'Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (2e éd.). Éditeur: Firmin-Didot.

**GONÇALVES, J.** (2011). *A Economia ao Longo da História de Angola* (1ª ed.). Edição: Mayamba Editora. Luanda-Sul/Angola.

**HAMA, B., & KI-ZERBO, J.** (1982). *Lugar da História na Sociedade Africana*. In.:KI-ZERBO, Joseph (Editor.). [História geral da África: I. Metodologia e pré-história da África]. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR.

**HAMA, B.** (2010). *Lugar da História na Sociedade Africana*. [História Geral da África]. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR.

**HEGEL, G. W. F.** (1946). *Lecciones Sobre la Filosofia de la Historia Universal*. Tomo I, Boenos Aires. Editora: Revista de Occidente Argentina.

**HENRIQUES, I. I. C.** (2011) *Os Africanos na Sociedade Portuguesa: Formas de Integração e Construção de Imaginários (Séculos XV-XX) Inventários de Problemáticas*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**HERNANDEZ, L. L.** (2005). *A África na Sala de Aula*. Ed. São Paulo: Selo Negro.

**HODGKIN, T.** (1957). *Nationalism in Colonial Africa*. Ed. New York: New York University Press.

**HORTA, J. S.** (2011). *Perspectivas para o Estudo da Evolução das Representações dos Africanos nas Escrituras Portuguesas de Viagem: O Caso da “Guiné do Cabo Verde” (Sécs. XV-XVII)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**JEWSIEWICKI, B., & MUDIMBE, V.** (1993). ‘*African’s Memories and Contemporary History of Africa*’, *History and Theory*. <https://doi.org/10.2307/2505629>.

**JULIÃO, L.** (2006). *Apontamentos sobre a História do Museu*. in: **CADERNO de Directrizes Museológicas**. 1. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamentos de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, pp.17-30.

**KAMABAYA, M.** (2014). *O Renascimento da Personalidade Africana* (1ª ed.). Mayamba Editora. Luanda-Sul/Angola.

**KEITA, B. N.** (2009). *História da África Negra* (1ª ed.). Texto Editores, Lda.-Angola.

**KI-ZERBO, J.** (1972). *História da África Negra I* (3ª ed.). Portugal: Publicações Europa-América.

**KIZERBO, J.** (1999). *História da África Negra I* (3ª ed.). Editor: Francisco Lyon de Castro- Portugal: Publicações Europa-América.

**KI-ZERBO, J.** (2009). *Para quando a África? entrevista com René Holenstein*. Editor: Campo de Letras, abril de 2006.

**KI-ZERBO, J.** (2010). *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*. Editado por Joseph Kizerbo (2 ed.). rev.-Brasília: UNESCO.

**LAUREANO, M. A.** (2008). *O Ensino de História da África*. Ed. Ciências e Letras-Porto Alegre, nº44.

**LEVINAS, E.** (2000) *Totalidade e Infinito*. Lisboa. Edições 70.

**LOCKE, A.** (1969) The New Negro. <https://www.buala.org/pt/mukanda/o-novo-negro>.

**LOPES, N., & MACEDO, J.** (2017). *Dicionário de História da África séculos VII a XVI* (1ª ed.). -Belo Horizonte: Autêntica Editora.

**LOPES N.** (2011). *Dicionário da Antiguidade Africana*. Editora Civilização Brasileira e Editora José Olympio LTDA.

**LOVEJOY, P.** (2002). *A Escravidão na África: uma História de suas Transformações*. Editora Civilização Brasileira.

**LUGAN, B.** (1992). *Afrique, bilan de la décolonisation*. Perrin, Paris-França. ISBN-10 2262011842.

**M'BOKOLO, E.** (2004). *África Negra, História e Civilizações Do Século XIX aos nossos dias, Tomo II*. Salvador: EDUFBA/ Casa das Áfricas.

**M'BOKOLO, E.** (2009). *África Negra. História e Civilizações. Tomo I (até o século XVIII)*. Salvador: EDUFBA/ Casa das Áfricas.

**MARCONI, M., & LAKATOS, E.M.** (1992). *Sociologia Geral*. São Paulo. Editora Atlas.

**MARCONI, M., & LAKATOS, E.M.** (2009). *Metodologia Científica: Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variações Metodológica Jurídica* (5ª ed.). Editora Atlas.

**MARQUES, D. S.** (2008). *O Comércio Transaariano e os Estados do Sudão Ocidental: séculos VIII-XVI*. [Desvendando a História da África]. Editora da UFRGS.

**MARTINS, C. F.** (2023). *Uma Crítica Decolonial da Obra de Monteiro Lobato e sua Abordagem na Educação Básica*. [As Áfricas e suas Diásporas]. Editora:

Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

**MASONEN, P.** (2006). *Léon l'Africain et l'Historiographie de l'Afrique Soudanaise*. <https://www.jstor.org/stable/20141084>.

**MBEMBE, A.** (2001). *As formas Africanas de Auto Inscrição*. Ed: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº1.

**MBEMBE, A.** (2013). *África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na Sociedade Colonial*. Edições Pedagogo, julho de 2013.

**MBEMBE, A.** (2014). *Crítica da Razão Negra*. Editora: Antígona-Lisboa.

**MBEMBE, A.** (2014). *Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África Descolonizada*. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba.

**MEDEIROS, E.** (2011). *O Islão e a Construção do «Espaço Cultural e Social Macua*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**MENESES, M. P.** (2007) Os Espaços Criados pelas Palavras: racismo, etnicidade e encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (Editor.). *um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*.

**MERRIAM, A. P.** (1963). *Congo nos Bastidores do Conflito*. Editôra Letras e Artes -Rio de Janeiro.

**MICELI, S.** (2011). *A Procura do Passado em o Outro Pé da Sereia de Mia Couto*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**MONTEIRO, R. L.** (2000). *A África na Política de Cooperação Europeia*. Editora: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997.

**MUDIMBE**, V.-Y. (2013). *A Ideia de África*. Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba.

**MUDIMBE**, V.-Y. (2013). *A Invenção de África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba.

**NASCIMENTO**, B. (1986). *O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural negra*. Ed. Revista de Cul-tura Vozes.Petrópolis- Rio de Janeiro.

**NIANE**, D. T. (2010). *O Mali e a Segunda Expansão Manden*. In: NIANE, Djibril Tamsir (editor). [História Geral da África Vol IV. Brasília: UNESCO/MEC/USFCAR].

**NSIANGENGO**, P., Santana, R., Helena, R., & Gouveia, V. (2018). *Manual de História 6ª Classe Reforma Educativa*. Editora: Livraria Mensagem Editora. Luanda-Angola.

**OLIVA**, A. R. (2003). *A História da África nos bancos escolares. Representações e Imprecisões na literatura didática*. Ed. Estudos Afro-asiáticos.

**PEDRO**, B. (2006). *Manual de História 10.ª Classe (1ª ed.)*. Texto Editores, Lda.- Angola.

**PENRAD**, J.-C. (2004). «*Commerce et religion: expansion et configurations de l'Islam en Afrique*»,. in *o Islão na África Subsariana (Actas do 6º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana, realizado, de 8 a 10 de Maio de 2003, na Faculdade de Letras do Porto)*.

**PEREIRA**, A. M. S. (2011). *Ritos que Separam, Elos que Unem: Práticas Mágicas e Negociação de Conflitos no Brasil Colonial (Africanos e Afrodescendentes no Bispado do Rio de Janeiro, Séc. XVIII)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**PEREIRA**, A. D. (2013). *África Pré-colonial: ambiente, povos e culturas*. [História da África e dos Africanos. Petrópolis: Vozes]. (3ª ed.). ISBN-13 978-8532644336.

**PEREIRA, T. M.** (2011). *As Artes Plásticas nos Labirintos da Colonialidade*. S. Paulo: Canal6 Editora.

**QUNTINO, F.** (1969). “Os Povos da Guiné II”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV, nº 96, Bissau. Ed. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

**RODRIGUES, J.D., & RODRIGUES, C.** (2011). *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura séculos XV a XXI*. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**RODRIGUES, C. J. S.** (2011). *Várias Educações Múltiplas Representações*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**RODRIGUES, E.** (2011). *Imagens da África Oriental na Época da Ilustração: As coleções de História Natural do Governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro (1780-1786)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**ROQUE, A. C.** (2011). *Portugueses e Africanos na África Austral no século XVI: da Imagem da Diferença ao Reforço da proximidade*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**ROQUE, F., Gameiro, A., & Neves, O.** (2005). *O Desenvolvimento do Continente Africano na era da Mundialização*. Edições Almedina SA. Coimbra-Portugal.

**SAMB, D., & DIOP, C.A.** (1992). *Les nouvelles Editions Africaines Du Senegal*. Dakar- Association Sénégalaise des Editeurs.

**SANTOS, B.S., & MENEZES, M.P.** (2009) *Epistemologias do Sul*. Coimbra-Almedina/CES.

**SANTOS, J. F.** (2019). *Historiografia e Metodologia em História da África: Construindo o Conhecimento no Chão das Escolas Quilombolas*. <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20190007>.

**SÍK, E.** (1965). *Histoire de l'Áfrique Noire*. Editora: Akademiai Kiado, Budapeste, Tomo I.

**SILVA, A. C.** (2006). *A enxada e a lança* (5ªed.). *A África antes dos portugueses*. Editora: Nova Fronteira.

**SILVA, L. S.** (2011). *Quando a Lente Trespasa o Corpo: Representações de Africanos na Fotografia Ocidental (1870-1920)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**SILVA, R. M. B.** (2013). *Política Colonial em Angola- Da 1ª República ao Estado-Novista de Salazar*. Ed. Centro Universitário la Salle do Rio de Janeiro.

**SILVA, S. S.** (2011). *Representações de África na Imprensa Açoriana (Micaelense) de Finais do século XIX (1880-1900)*. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**SILVA, T. S. M.** (2010). *Caminhos e Descaminhos da Historiografia da História de África (1840-1990)*. Monografia elaborada pelo académico Thiago da Silva, como exigência do curso de graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação da prof. Doutora Carla Almeida.

**SILVÉRIO, V. R.** (2013). *Síntese da Coleção História Geral da África: Pré-história ao Século XVI*. In.: Válder, SILVÉRIO (editor). Brasília- UNESCO. ISBN 978-85-7652-062-7.

**SOUSA, S. F.** (2011) *A Coleção Africana do Museu Carlos Machado. [Representações de África e dos Africanos na História e Cultura- Séculos XV a XXI]*. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

**THOMPSON, L. A** (1989). *Romans and Blacks*. Norman, London: University of Oklahoma. Publishers Routledge. ISBN 10 0415749930.

**VANSINA, J.** (1993). *Oral Historical Narrative in A South African Chieftdom*. Bruxelles.

**ZELEZA, P.** (2006) *The Inventions of African Identities and Languages: The Discursive and Developmental Implications, in Olaoba F. Arasanyin & Michael A. Pemberton, selected Proceedings of the 36 Annual Conference on African Linguistics: shifting the center of Africanism in Language Politics and Economic Globalization, Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.*

### **Outras Referências**

Anne-Marie MERCIER-FAIVRE, “La danse du Hottentot généalogie d’un desastre (ou Kolbe réécrit par l’Encyclopédie, Prévost, Diderot et se que s’en suivit)”, in S. MOUSSA (Org), *L’idée de «race» dans les sciences humaines et la littérature (XVIIIe-XIXe siècles)*, Paris, L’Harmattan 2003.

Auguste Comte. *Cours de Philosophie Positive (1830-1843)*. Discours sur l’esprit positif.

Braick, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História das cavernas ao terceiro milénio*. São Paulo: Moderna, 2016. v. 3

DARWIN, 1859.

DIOP, Cheikh Anta, ou l’honneur de penser.

Études Maliennes, I.S.HM., n.3, set.1972.

Hegel, *La Raison dans L’Histoire*.

<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>>.

<https://www.buala.org/pt/mukanda/o-novo-negro>.

<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>.

HUNWICK, J.O.1973, p.195-208. *O autor corre o risco do argumento a silentio: “Se Ibn Batutta tivesse atravessado o Níger ou Senegal, teria feito referência a isso”*.

J. Servier, Histoire de l’utopie, N.R.F.,1967.

João de Barros, Ásia- Década I, Livro X, Cap 1, Imprensa Nacional –Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

Lynn THORNDIKE, The Sphere of Sacrobosco and its Commentators, University of Chicago Press, 1949.

M. Duchet, Anthropologie et histoire au Siècle des Lumières, Flammarion, Paris, 1977.

M. Eliade, Aspects du Mythe, Gallimard, Paris, 1966 & G. Gusdorf, Mythe et Métaphysique, Flammarion,1984.

Malcolm LETTS, Mandeville’s Travels, Texts and Translations, Londres, Hayluyt Society 1967 & W.G.L. RANGLES. Da Terra Plana ao Globo Terrestre. Lisboa, Gradiva, 1990.

Manual de História-Ensino de Base-7.<sup>a</sup> Classe: Gabinete Técnico da Plataforma Editora.

Maria Manuela Borges DOMINGUEZ, *Estratégias femininas entre as bideiras de Bissau, (tese dout. Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa)*.

Newbury, David. Historiography. In: MIDDLETON, 1997.

PRESENCE AFRICAINE, 1959.

SOUTHALL, Aidan. The contribution of Anthropology to African Studies. *African Studies Review*, 1983; MOORE,1987.

UNESCO, “Rota do Escravo”.

UNESCO, *Coletânea seletiva de textos em árabe proveniente dos arquivos marroquinos, pelo professor Mohammed Ibraim EL KEITANI, SCH/VS/894.*

## **ANEXOS**

## ANEXO nº 1

### Alguns Intelectuais Europeus que Elaboraram Mitos contra a História da África Subsaariana

#### Figura 1

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830)



Fonte: [www.educabras.com>blog>hegel-...](http://www.educabras.com>blog>hegel-...)

#### Figura 2

Endre Sík (1891-1978)



Fonte: [en.m.wikipedia.org>wiki>Endre\\_...](http://en.m.wikipedia.org>wiki>Endre_...)

**Figura 3**

Thomas Carlyle (1795-1881)



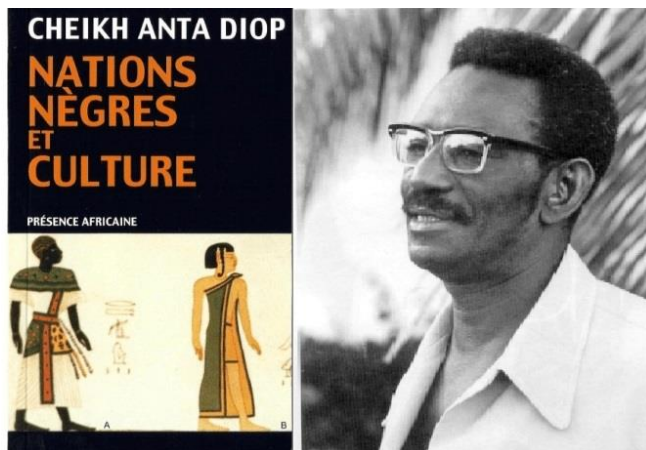
**Fonte:** [en.m.wikipedia.org>wiki>Thoma...](https://en.m.wikipedia.org/wiki/Thomas_Carlyle)

## ANEXO nº 2

### Alguns Intelectuais Africanos que Desconstruíram Mitos sobre a História da África Subsaariana

#### Figura 4

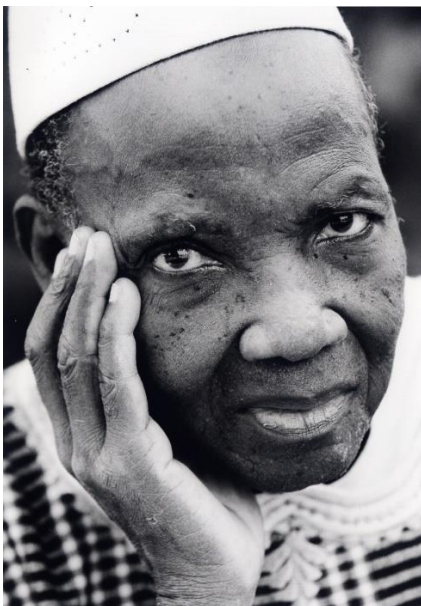
Cheikh Anta Diop (1923-1986).



Fonte: [pt.m.wikipedia.org>wiki>Cheikh...](http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Cheikh...)

#### Figura 5

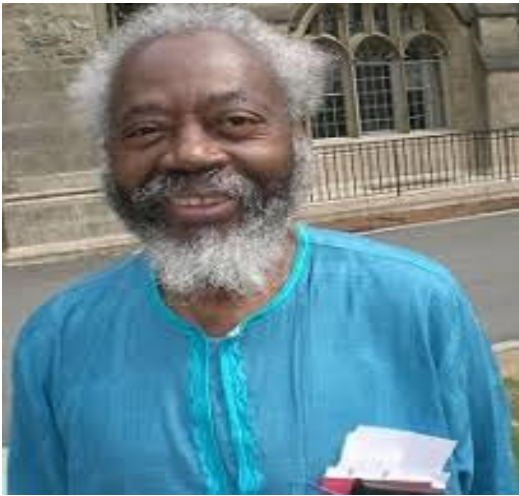
Joseph Ki-Zerbo (1922-2006)



Fonte: [pt.m.wikipedia.org>wiki>Joseph\\_...](http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Joseph_...)

## Figura 6

Jean-Marc Ela (1936-2008)



Fonte: [en.m.wikipedia.org>wiki>Jean-M...](https://en.m.wikipedia.org/wiki/Jean-Marc_Ela)

## Figura 7

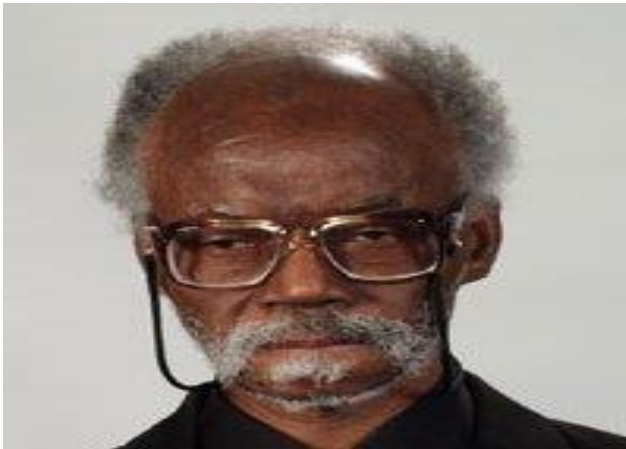
Achille Mbembe (1957)



Fonte: [pt.m.wikipedia.org>wiki> Achille...](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Achille_Mbembe)

### Figura 8

Valentin-Yves Mudimbe (1941)



Fonte: [pt.m.wikipedia.org>V.\\_Y.\\_Mudimbe](https://pt.m.wikipedia.org/V._Y._Mudimbe)

### Figura 9

Elikia M'Bokolo (1944)



Fonte: [pt.m.wikipedia.org>wiki> Elikia\\_...](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Elikia_...)

### ANEXO nº3

#### Alguns Intelectuais Estrangeiros Africanistas que Desconstruíram Mitos sobre a História da África Subsaariana.

##### Figura 10

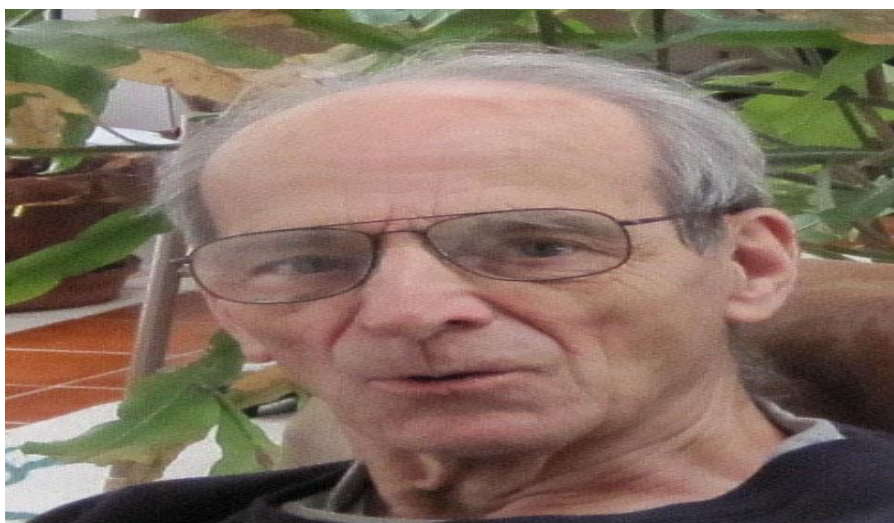
William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963)



Fonte: [pt.m.wikipedia.org>wiki>w.\\_E.\\_...](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/w._E._...)

##### Figura 11

Jan Vansina (1929-2017)



Fonte: [en.m.wikipedia.org>wiki>jan\\_va...](https://en.m.wikipedia.org/wiki/jan_va...)

**Figura 12**

Maurice Delafosse (1870-1926)



**Fonte:** [fr.m.wikipedia.org>wiki>Maurice...](https://fr.m.wikipedia.org/wiki/Maurice_Delafosse)

**Figura 13**

Philip Dearmond Curtin (1922-2009)



**Fonte:** [www.historians.org>philip-d-curtin](http://www.historians.org/philip-d-curtin)